

NOVEMBRO • DEZEMBRO/97 • JANEIRO/98 Nº 47 R\$ 7,50

ENCARTE ESPECIAL
Saúde no Brasil

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

M
A
N
I
F
E
S
T
O

C
O
M
U
N
I
S
T
A

150 ANOS



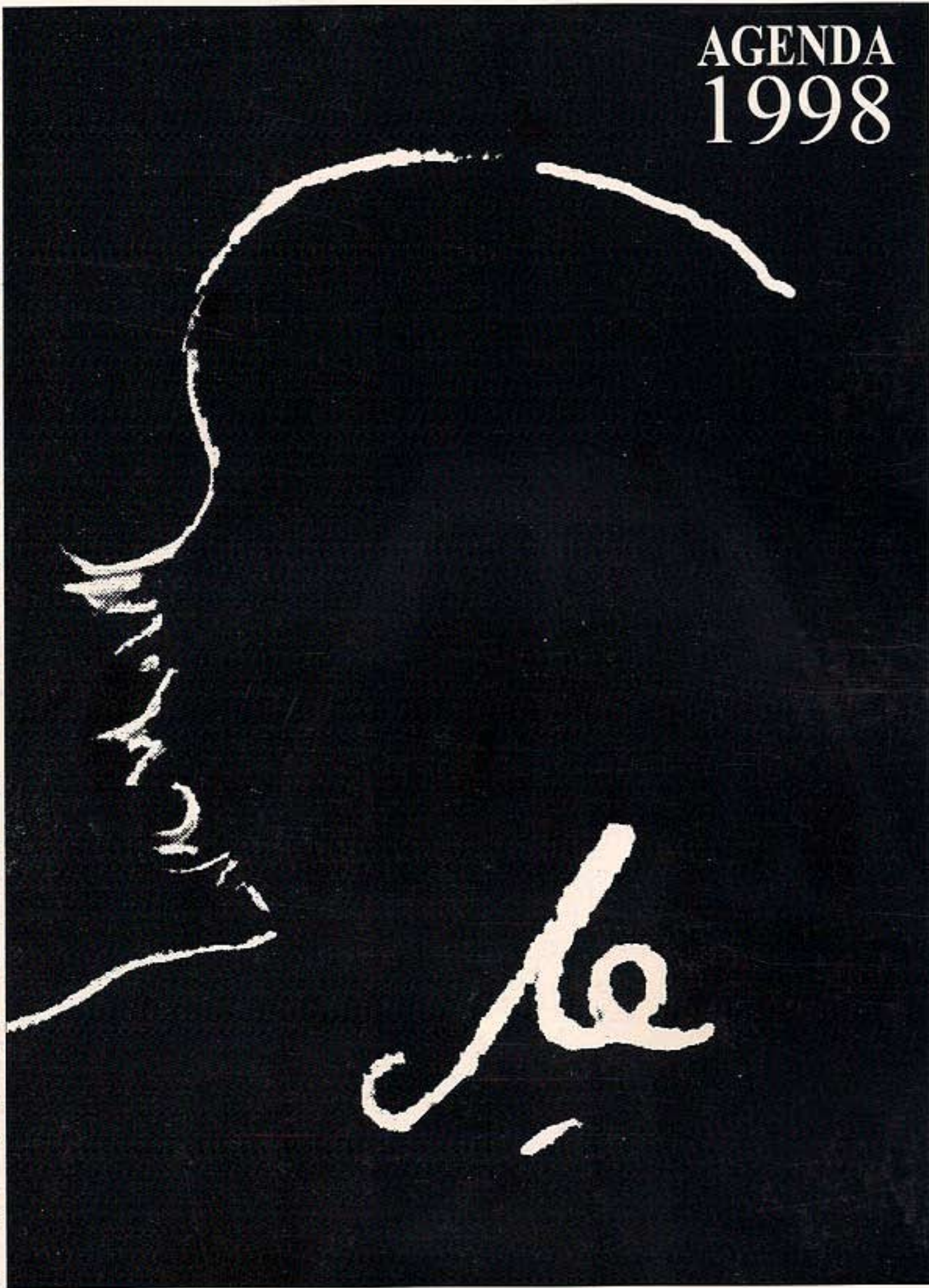
1848 - 1998



Anita Garibaldi

*Hasta la victoria,
siempre*

AGENDA ILUSTRADA



**Capa em percalux
cor: preta
imagem prateada
384 páginas**

A agenda ilustrada 98 traz textos do próprio Che Guevara sobre Juventude, Universidade, Revolução, Partido e muito mais. Peça já a sua! E se quiser aproveitar a oportunidade e revender a agenda Che aos colegas e amigos neste final de ano, temos descontos muitos especiais:

Exemplar avulso	= R\$ 18,00	51 a 100 exemplares	= R\$ 11,00
5 a 10 exemplares	= R\$ 15,00	101 a 200 exemplares	= R\$ 10,00
11 a 50 exemplares	= R\$ 12,50	Acima de 200 exemplares	= R\$ 9,00

**FAÇA SEU PEDIDO
PELO CUPON
NA PÁGINA 33
DESTA EDIÇÃO!**

O P I N I Ã O

1917 – Uma etapa nova e superior na história da humanidade

O ponto mais alto da experiência em nosso século foi a construção do socialismo na URSS, iniciada com a Revolução de 1917, cujo 80º aniversário se comemora neste mês de outubro. Experiência audaz, que teve o mérito de provar, na prática e por um período prolongado, a verdade da utopia revolucionária que, no pensamento de Marx, Engels e Lênin, recebeu uma formulação científica avançada e concreta. Ela foi a prova prática da tese de que os trabalhadores podem construir um mundo mais justo e humano.

A construção do socialismo na URSS e, depois, nos demais países do Leste da Europa, sofreu os percalços de um processo histórico complexo, contraditório e, por vezes, cruel. Muitos encaram essas vicissitudes como “erros” ou “desvios” do projeto comunista originário, decorrentes da atuação da liderança bolchevique.

É um engano. A ênfase apenas na atuação de indivíduos, por mais notáveis que sejam, sem compreender ou investigar os processos históricos objetivos, caracteriza uma visão idealista da história, estranha ao marxismo. A crítica materialista combina a análise das dinâmicas coletivas e sua relação dialética, contraditória, complementar, multifacética, com a ação das vanguardas organizadas e das lideranças. Na análise materialista dialética, aquilo que se considera “erro” aparece mais propriamente como resultado objetivo de determinações presentes no próprio processo histórico.

A ousadia da liderança bolchevique, com Lênin à frente, foi não recuar frente às enormes tarefas que a história lhes impôs a partir de *fevereiro* de 1917, quando se abriu o processo revolucionário na Rússia e que culminou, meses depois, na tomada do poder pelos trabalhadores, soldados e camponeses.

Os acertos da liderança bolchevique, apesar dos erros cometidos, tiveram a dimensão dessa tarefa histórica – foram grandiosos, enormes. Deixaram uma marca indelével na história da humanidade. Sinalizam a conquista de uma nova etapa histórica, superior, e indicam o começo da derrocada do capitalismo.

O fracasso dessa experiência, que se completou no final da década de 1980, provocou, em muitos, a convicção da invencibilidade do capitalismo. Os que pensam assim estão errados, e não compreendem a característica crítica que Marx identificou nas revoluções proletárias: ao contrário das revoluções burguesas, elas “se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos, até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: *Hic Rhodus, hic salta!* (Aqui está Rodes, salta aqui!)” (in *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, parte I).

Essa crítica proletária é a melhor homenagem que os revolucionários podem fazer aos protagonistas de 1917 e da construção socialista na URSS – ela é a garantia de que a experiência acumulada nessas décadas tumultuosas vai iluminar e impulsionar a reconstrução da proposta revolucionária de superação do capitalismo. Essa é nossa homenagem àqueles homens e mulheres que, com determinação, heroísmo e sacrifício, viraram uma página decisiva na história da humanidade – aquela que passa das milenares sociedades divididas em classes para uma sociedade sem classes e sem dominadores.

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: Olival Freire Jr. (licenciado)

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Martorano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, João Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretários de Redação: Edvar Luiz Bonotto e Priscila Arantes

Projeto Gráfico: Augusto L. de Oliveira

Distribuição e Vendas: Divo Guisoni

Administração: Márcia Regina Viotto

Assinaturas: Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Paper & Publisher - Produções Gráficas Ltda.

PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Ltda.

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331
E-mail: agprincipios@ax.ibase.org.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estadão - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 23-7108 GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311.

Brasil

6 O Brasil e a América Latina frente a uma economia globalizada

O que está por trás da proposta americana de acelerar o processo de formação da ALCA em prejuízo do Mercosul - poderoso instrumento de barganha dos países da região, no atual processo de globalização da economia.

LUÍS ANTONIO PAULINO E ALDO REBELO

14 O terceiro ano do Real: a operação vende Pátria

As ilusões positivas que o governo tinha com o Plano Real foram para o lixo: o governo entrega a preço de banana o patrimônio nacional ao capital estrangeiro e o crescimento da economia nacional entra em crise.

JORNAL ABRA OS OLHOS



Trabalho

19 Os empregos estão diminuindo



A política neoliberal de FHC provoca diminuição no emprego; alternativas para se combater o desemprego.

NIVALDO SANTANA E LUCIANA BENTO

24 Para onde vai o emprego?

A redução da jornada de trabalho como alternativa para enfrentar o desemprego.

INÁCIO ARRUDA E LUIZ CARLOS ANTERO

Internacional

28 Depois da revolução no ex-Zaire, aparece uma outra África

A reorganização geopolítica do centro da África, depois da derrota de Mobuto pelas forças lideradas por Laurent Kabila.

PHILIPPE LEYMARIE



Entrevista

34 *A história não chegou ao fim*

Entrevista com Henri Alleg.

MIGUEL URBANO RODRIGUES

38 Documento

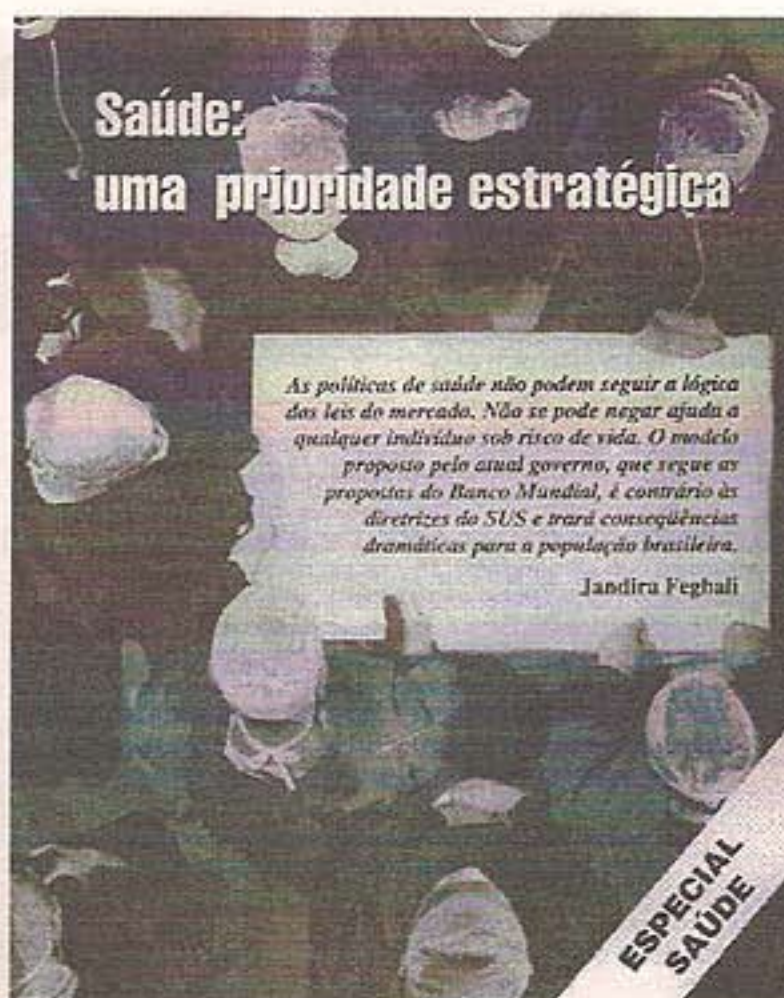
Documentos do 9º Congresso do PCdoB

58 Marxismo

O Manifesto do Partido Comunista, 150 anos depois

Atualidade política e histórica do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels.

LORETA VALADARES



Encarte Especial

66 Educação

A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação

A política educacional neoliberal e as estratégias para um projeto educacional compatível com as necessidades nacionais.

DEMERVAL SAVIANI



Ruínas da Igreja de Santo Antônio.
Bahia, 1897

73 Cultura

Canudos, Cem anos: a guerra está sendo reavaliada

A revisão histórica sobre Canudos foi iniciada por diferentes setores da sociedade.

HAROLDO LIMA

78 *Castro Alves, o poeta do povo*

A poesia e a vida de Castro Alves.

RONIWALTER JATOBÁ

80 Resenhas

Infinite Potential – The Life and Times of David Bohm, de F. David Peat, por **Olival Freire**. Sobre televisão, de Pierre Bourdieu, por **Simonetta Persichetti**.

82 Cartas dos leitores

Capa: Edição Gráfica de Flávio Nigro
Contra-capa: Cartaz premiado pelo concurso Che Guevara, promovido pelo Centro de Estudos Sindicais (CES) e Instituto Maurício Grabois (IMG)

O Brasil e a América Latina frente a uma economia globalizada

Não é possível aceitar que a ALCA seja uma mera extensão do NAFTA, simplesmente desconhecendo todo o esforço de integração regional da América Latina representado pelo Mercosul

LUÍS ANTÔNIO PAULINO E ALDO REBELO

"Las leyes deben tener en cuenta el físico del país, el clima, la calidad del terreno, su situación, el género de vida de los pueblos, el grado de libertad que la Constitución puede dar, la religión de los habitantes, sus inclinaciones, sus riquezas, su número, su comercio, sus costumbres: Este es el código que debemos consultar, no el de Washington".

Simón Bolívar

As necessidades de acumulação do capital, enfrentadas pelo capitalismo neste final de século, levaram às últimas conseqüências sua condição de sistema mundial, gerando mudanças significativas no modo de se produzir as coisas, na organização das empresas e em todo o espaço institucional sobre o qual se assentam as relações de mercado. A concorrência oligopolista, marca central do capitalismo contemporâneo, se estende de uma escala basicamente nacional para a escala planetária. Os novos desenvolvimentos tecnológicos, particularmente na

área da microeletrônica, informática e telecomunicações, representam forte estímulo a esse processo de mudança, em proporção talvez comparável ao das ferrovias e navegação a vapor no início do século.

Por outro lado, é um fato incontestado que a economia mundial vem crescendo na década de noventa a taxas relativamente modestas quando comparadas com períodos anteriores, o que reforça ainda mais a necessidade de domínio de amplos mercados por parte das empresas e dos países imperialistas, para gerar retornos que viabilizem os montantes de investimento exigidos pelas novas tecnologias. O resultado concreto dessa nova situação é que uma empresa, para firmar sua imagem comercial precisa dominar, às vezes, 5%, 10% do mercado mundial em seu ramo de atividade, levando às últimas conseqüências a tendência do sistema para a concentração e centralização da produção e do capital. Mega fusões, incorporações e privatizações exacerbam, neste final de século, a substituição da livre concorrência pelo domínio dos monopólios, traço fundamental do capitalismo em sua etapa imperialista.

A Globalização Aumenta A Desigualdade

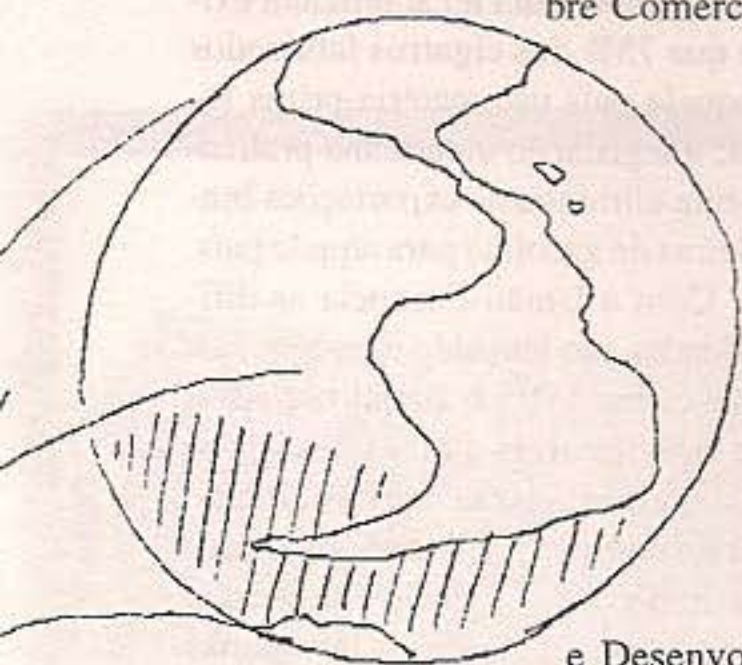
Existem hoje no mundo, segundo o relatório da ONU sobre investimentos mundiais de 1996, 38.747 empresas multinacionais que, juntamente com suas 265.551 filiais estrangeiras, dominam parte significativa da economia do planeta. Em 1995 essas empresas empregavam em todo o mundo cerca de 73 milhões de pessoas e possuíam um estoque de investimentos externos de 2,7 trilhões de dólares. O grau de concentração mundial do capital é, entretanto, muito maior do que esses números aparentam. Apenas as primeiras 100 maiores empresas respondem, sozinhas, por cerca de um terço do estoque total dos investimentos externos.



Na realidade, não mais que 200 grandes multinacionais controlam a economia mundial. Enquanto o PIB mundial alcançou, em 1995, US\$ 25,2 trilhões de dólares, o faturamento das 200 maiores empresas multinacionais do mundo totalizou US\$ 7,85 trilhões de dólares, ou seja, 31,1% daquele montante. Seu lucro acumulado foi de US\$ 251 bilhões. São grandes conglomerados que atuam em todas as áreas econômicas: da agricultura e extração mineral até a indústria e, hoje, principalmente nos serviços.

Além da brutal concentração do poder econômico nas mãos de uns poucos atores globais – as grandes multinacionais –, a globalização, longe do que o sentido usual do termo possa dar a entender, não aponta para a convergência dos padrões de desenvolvimento no mundo. Ao contrário, o que se vê, é uma aumento sem precedentes da desigualdade, que ocorre tanto entre os países como dentro de cada um deles.

A UNCTAD, órgão das Nações Unidas que se ocupa do desenvolvimento por meio do comércio e do investimento, em seu "Relatório Sobre Comércio



e Desenvolvimento 1997", faz uma série de advertências sobre algumas características perturbadoras da economia mundial que apontam inequivocamente para o aumento das disparidades econômicas entre as nações e entre seus cidadãos.

De acordo

com o relatório, o crescimento da economia mundial é lento demais, e insuficiente para gerar o número de empregos necessários para atenuar a pobreza; o fosso entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento se acentua cada vez mais e a desigualdade aumenta entre ricos e pobres no chamado Primeiro Mundo e no Terceiro.

Em 1965, o Produto Nacional Bruto (PNB) médio por habitante nos países ricos, representando 20% da população mundial, era 30 vezes maior que o dos 20% mais pobres; 25 anos depois, em 1990, essa diferença dobrou passando para 60 vezes. Na África, a renda média per capita é hoje de apenas 7% daquela dos países industrializados. Na América Latina, a média, que no final da década de 1970 era 1/3 da renda dos países desenvolvidos, caiu para apenas 1/4. A parcela da renda destinada aos salários cai em todo o mundo, enquanto a parcela da renda apropriada pelo capital, na forma de lucros, aumenta. A classe média, que nos países em desenvolvimento detinha entre 40% a 80% da renda, está cada vez mais reduzida. Mesmo entre trabalhadores qualificados e não-qualificados a diferença aumenta, tendo esses últimos experimentado uma queda, em termos absolutos, de 20% a 30% nos seus rendimentos. Enquanto isso, emerge uma nova classe de rentiers que encontraram na rápida expansão da dívida pública e privada e das altas taxas de juros, que em vários países em desenvolvimento consome até 15% do Produto Interno Bruto (PIB), um mecanismo eficiente de valorização da riqueza e transferência de renda. A concentração pessoal de renda nunca foi tão grande. Segundo a revista Fortune, um total de 358 bilionários concentra em sua mãos o equivalente à soma da renda dos 45% mais pobres da população mundial, ou seja 2,3 bilhões de pessoas. Só a riqueza pessoal de Bill Gates,

dono da Microsoft, de US\$ 36 bilhões, seria suficiente para comprar meia dúzia de países pobres.

As taxas de desemprego praticamente dobraram em todo o mundo nos últimos anos. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), um bilhão de pessoas, ou 30% da força de trabalho mundial, encontram-se desempregadas ou subempregadas. Na União Européia o número de desempregados já passa dos 34 milhões de pessoas, número só atingido no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial. Na América Latina a média do índice do desemprego vem crescendo ininterruptamente, desde 1993. Na Argentina a taxa de desemprego é de 18,3%, no Uruguai 12,5%, na Colômbia 11,2%, no Peru 9,2%, no Equador 6,8%. Mesmo nos países com taxas menores de desocupação – o Brasil, com 5,9%, entre eles –, parcelas muito altas da população sobrevivem graças ao subemprego.

Em recente artigo sobre o tema, o jornal inglês *The Guardian* chamou atenção para o fato de que, enquanto nas prateleiras dos supermercados de Londres é possível encontrar frutas e hortaliças produzidas em países africanos como Zaire, Quênia ou Moçambique, as populações subnutridas desses países dependem pesadamente da importação de grãos dos Estados Unidos. Os fazendeiros de regiões inteiras desses países deixam de produzir alimentos para o consumo local e dedicam-se à plantação de flores para exportação, enquanto grande parte da população morre à mingua. Em nome do livre comércio e para fazer caixa para pagar as dívidas nacionais a comida deixa de ser algo produzido e consumido localmente. Na economia globalizada, as terras aráveis de qualquer parte do mundo tornam-se, assim, um recurso para ser utilizado pelo mundo rico e industrializado. Grande parte das terras mais produtivas da América Latina, África e

outras regiões pobres do mundo estão voltadas para a produção de suco de laranja, cacau, café, chá e flores para os consumidores do Primeiro Mundo. Enquanto isso a produção de grãos vai sendo dominada por grandes companhias internacionais. A Cargill, empresa americana que domina grande parte do comércio mundial de sementes, tem 140 filiais, 800 fábricas, 300 escritórios em 60 países e fatura 23 bilhões de dólares por ano.

Esse quadro de extrema concentração do poder econômico em nível mundial está em profunda contradição com as centenas de regulações nacionais a que estão sujeitas essas grandes corporações em suas operações globais. Daí surgirem pressões cada vez mais

fortes por parte desses conglomerados no sentido de gerar espaços econômicos e institucionais (leia-se reformas neoliberais) mais homogêneos e estáveis, capazes de reduzir em parte o alto grau de incerteza que ronda permanentemente as decisões capitalistas de investimento.

Esse processo de homogeneização das regulações nacionais não ocorre, entretanto, de maneira uniforme em nível mundial. Em que pese a predominância atual dos Estados Unidos nos planos político, econômico e militar — para o que contribuíram de forma decisiva a desintegração do antigo Bloco Soviético e do Leste Europeu, os seis anos de crescimento contínuo da economia americana e a retomada da dianteira tecnológica por empresas americanas em segmentos industriais de ponta, particularmente,

a microeletrônica(1) — a hegemonia americana é relativa. Enquanto no final da II Guerra Mundial os Estados Unidos respondiam por quase metade do PIB mundial, hoje sua participação mal passa dos 20%. A Europa e o Japão praticamente eliminaram a defasagem tecnológica em relação à indústria americana na maioria dos setores e têm presença relevante em importantes segmentos da economia mundial, como eletrônica de consumo, automobilística e bens de capital. A União Européia, assim como o Japão — para não falar da China, que desponta como uma potência emergente na virada do século — rivalizam com os Estados Unidos em importantes segmentos industriais. Na medida em que novas potências econômicas vão se firmando, buscam polarizar em torno de si uma determinada área de influência, valendo-se dos laços econômicos, políticos e culturais que proporcionam uma relação privilegiada. A esse processo denominamos globalização com regionalização.

200 grandes multinacionais controlam a economia mundial. Elas atuam em todas as áreas econômicas: da agricultura e extração mineral até a indústria e, hoje, principalmente nos serviços

dada em que novas potências econômicas vão se firmando, buscam polarizar em torno de si uma determinada área de influência, valendo-se dos laços econômicos, políticos e culturais que proporcionam uma relação privilegiada. A esse processo denominamos globalização com regionalização.

O GATT 94 e a OMC

A conclusão da Rodada Uruguai (1986-1994) de negociações do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) e a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio) reflete o novo quadro da globalização em curso. Nos acordos anteriores, celebrados sob os auspícios do GATT, havia cláusulas que facultavam o acesso preferencial dos pa-

íses menos desenvolvidos aos mercados dos países desenvolvidos. Era facultativa a adesão a acordos internacionais, como os que regulavam a propriedade industrial. As margens de proteção à indústria e ao mercado nacional eram grandes. Com o novo acordo, tudo isso acabou. Deixou de haver tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento.

Mais que isso, forçou-se a abertura dessas economias às exportações dos países desenvolvidos. Em troca, praticamente nada foi dado, uma vez que as duas áreas de maior interesse para as exportações dos países em desenvolvimento, que eram a agricultura e o setor têxtil, continuam protegidas nos países desenvolvidos pelo Acordo sobre Agricultura e o Acordo sobre Têxteis e Vestuário por pelo menos mais dez anos.

Reveladoras desse quadro são as dificuldades encontradas pelo Brasil em suas relações comerciais com os Estados Unidos. O governo americano taxa nossas exportações de suco de laranja em US\$ 454 por tonelada, metade do preço do produto. As importações de carnes e aves brasileiras estão proibidas nos Estados Unidos; uma lei americana exige que 75% dos cigarros fabricados naquele país use matéria-prima local; a legislação americana praticamente eliminou as exportações brasileiras de gasolina para aquele país.

Com a União Européia as dificuldades não tem sido menores. Enquanto em 1995 o Brasil importou de apenas dois países asiáticos 50.000 toneladas de tecidos artificiais e sintéticos, pelo sistema de cotas imposto pela União Européia o Brasil conseguiu exportar apenas 2.288 toneladas para o conjunto de países europeus.

Os acordos celebrados na conclusão da Rodada Uruguai do GATT refletem, no plano institucional, aquilo que a nova realidade do capitalismo mundial já vinha impondo na prática: maior abertura

dos mercados dos países em desenvolvimento, alterações das regras para oferecer mais garantias aos investimentos estrangeiros, extinção dos subsídios destinados a proteger as indústrias nacionais da concorrência estrangeira, maior rigor na proteção da propriedade intelectual.

No Brasil, a aprovação da lei de patentes, o fim do dispositivo constitucional que estabelecia a distinção entre empresa brasileira de capital nacional e empresa estrangeira, e o gigantesco déficit na balança comercial - realizações do governo FHC - expõe a amplitude da aplicação do projeto neoliberal em nosso país.

Mercosul: sentido político e econômico

A formação do Mercado Comum do Cone Sul da América Latina (Mercosul) entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, se de um lado pode ser vista como mais um passo do Brasil no sentido de se adaptar às imposições dos senhores do universo, por outro não apresenta as características centrais dos demais grandes blocos econômicos. Paralelamente a outros blocos de menor porte, como a Asean, que congrega Tailândia, Malásia, Filipinas, Indonésia e Vietnã, da EFTA, que reúne Noruega, Islândia, Liechtenstein e Suíça, o Mercosul não se caracteriza como um bloco marcado pela presença de um centro de poder político e econômico. O processo de formação do Mercosul apresenta mais elementos de integração do que de simples

submissão ou adesão a um centro hegemônico de poder. Em que pese o fato de o Mercosul ter nascido com o claro objetivo de promover e acelerar o processo de liberalização comercial na região, aos poucos vai ficando claro que ele pode ser um valioso instrumento de integração latino-americana, de forma a potencializar a capacidade de barganha dos países da região no atual processo de globalização da economia. Não se deve, naturalmente, confundir essa potencialização do poder regional de barganha com o simples protecionismo, como alguns querem fazer crer. Acusações, como a do economista do Banco Mundial Alexandre Yeats, de que o Mercosul é um bloco protecionista não fazem o menor sentido. As importações totais que o Mercosul faz do resto do mundo têm crescido a uma taxa anual de quase 20%, tendo aumentado de US\$ 23 bilhões em 1990 para US\$ 66 bilhões em 1996. No mesmo período, só as importações brasileiras de países fora do Mercosul aumentaram a uma taxa de 24% ao ano, passando de US\$ 18 bilhões, em 1990, para US\$ 45 bilhões, em 1996.

As preocupações nos meios políticos e acadêmicos norte-americanos de que negociar em bloco com os países da região seria muito complicado para os Estados Unidos, revela, por contraste, que esse é o caminho correto para os países da região. A proposta americana de negociar uma Área de Livre Comércio das Américas, tendo os Estados Unidos como núcleo e estabelecendo um processo de negociação caso

a caso, tentando desconsiderar a existência do Mercosul, é uma clara evidência de que, mesmo tendo reduzido substancialmente as barreiras comerciais com o resto do mundo, o bloco em si mesmo representou um importante avanço na defesa dos interesses econômicos da região.

O Brasil e a ALCA

A proposta americana de acelerar o processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), destinada a liberalizar o intercâmbio comercial em 2005 do Alasca à Terra do Fogo, incluindo 34 países, exceto Cuba, não interessa ao Brasil e nem aos demais parceiros do Mercosul.

O fortalecimento das relações entre os países do continente é um objetivo desejável e passa necessariamente pela intensificação de seu intercâmbio comercial. Imaginar, contudo, que o caminho seja a adoção do livre comércio incondicional, nos moldes propostos pelos Estados Unidos, é um enorme equívoco.

Na história do capitalismo, os países que têm abraçado sem maiores restrições a bandeira do livre comércio são aqueles economicamente mais desenvolvidos, que têm possibilidade de tirar vantagens de sua posição dominante. Inversamente, os países mais distantes da fronteira tecnológica sempre procuraram atuar no sentido de defender suas próprias indústrias e tentar evitar que as antigas e novas barreiras, impostas pelos oligopólios mundiais, impeçam o seu acesso aos setores industriais mais lucrativos e geradores de maior rentabilidade. Assim agiram os Estados Unidos e Alemanha no final do século passado e o Japão e os Tigres Asiáticos mais recentemente.

Ainda mais se considerarmos que a proposta americana de ace-

O fosso entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento se acentua cada vez mais e a desigualdade aumenta entre ricos e pobres no chamado Primeiro Mundo e no Terceiro

lerar o processo de liberalização é um caminho de mão única, onde o objetivo explícito dos Estados Unidos é, como afirmou a sua Secretária de Estado, Madeleine Albright, “assegurar que os interesses econômicos dos Estados Unidos possam ser estendidos à escala planetária”(2).

Em almoço recente com um grupo de embaixadores latino-americanos, a representante de comércio dos Estados Unidos, Charlene Barshefsky, afirmou que a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) representa um tremendo “almoço grátis” para os Estados Unidos.

Independente de tal incontinência verbal - aliás cínica e arrogante - ter como principal objetivo convencer o cada vez mais protecionista Congresso americano a aprovar, antes da viagem do presidente Clinton à América Latina, a autorização para que ele possa celebrar acordos de livre comércio com países latino-americanos e, desta forma, dar um impulso definitivo à formação da ALCA, aponta para o fato concreto de que a referida afirmação é rigorosamente verdadeira.

Em que pese o radical processo de abertura comercial ocorrido na América Latina nos últimos anos, levando, inclusive, a que a balança comercial da região com os Estados Unidos se tornasse negativa, o fato é que ainda persistem, em determinados setores, barreiras tarifárias e não-tarifárias que os Estados Unidos gostariam de eliminar no comércio bilateral.

A figura do “almoço grátis” surge exatamente porque, em troca dessas vantagens, os Estados Unidos não necessitariam dar praticamente nada em troca. Tal assimetria se deve, em primeiro lugar, ao fato de os países latino-americanos serem pouco competitivos nas novas áreas que os Esta-

dos Unidos querem abrir ao livre comércio (serviços de telecomunicações, informática, serviços financeiros, investimentos, etc.). Desta forma, não seria a existência de barreiras comerciais que nos impediriam de exportar produtos de alta tecnologia ou serviços de alto valor agregado para os Estados Unidos, mas sim, o fato de não

Maior abertura dos mercados dos países em desenvolvimento, alterações das regras para oferecer mais garantias aos investimentos estrangeiros são alguns pontos do acordo celebrado na conclusão da Rodada Uruguai do GATT

produzimos nada disso. Portanto, não teríamos do que reclamar. Segundo, nas áreas em que somos competitivos - produtos agrícolas, agroindústria, têxteis, calçados, siderurgia -, ou os Estados Unidos estão cobertos por acordos internacionais que os desobrigam a abrir imediatamente seu mercado, como os casos dos acordos sobre agricultura e sobre produtos têxteis celebrado na OMC, que jogaram a abertura desses mercados, de forma condicional, para depois de 2005, ou impõem, através de sua nada transparente lei de comércio, sobretaxas absurdas às nossas exportações alegando a prática de dumping pela indústria brasileira. Como não passa nem de longe pela cabeça deles alterar esses procedimentos, está absolutamente certa a

senhorita Charlene Barshefsky ao afirmar que a ALCA será um tremendo “almoço grátis” para os Estados Unidos. E é desnecessário dizer quem pagará a conta!

Se os Estados Unidos estão tão interessados no livre comércio da região, por que não eliminam a tarifa aduaneira de US\$ 477,00 por tonelada de suco de laranja concentrado que exportamos para lá, e que aumenta o preço ao consumidor em mais de 40%? Por que nos impingem uma cota de exportação de apenas 280 mil toneladas de açúcar, num mercado que importa 2,7 milhões de toneladas por ano? Por que nos impedem de exportar álcool, gasolina, frutas, camarões, carne bovina, suína e aves? Porque sobretaxam nossas exportações de tabaco em 350%?

O Brasil, em seu processo recente de abertura comercial, reduziu sua tarifa média de importação de 52% para 14% sem obter dos Estados Unidos nenhuma contrapartida em termos de acesso a nossos tradicionais e mais expressivos mercados de exportação. Alguns segmentos industriais foram literalmente dizimados, e milhares de empregos desapareceram. Ir ainda mais fundo nesse processo sem dar aos agentes econômicos tempo suficiente para completar sua adaptação seria uma total irresponsabilidade do governo brasileiro.

Finalmente, não é possível aceitar, como querem os americanos, que a ALCA seja uma mera extensão do NAFTA (Tratado de Livre Comércio entre EUA, Canadá e México), simplesmente desconhecendo todo o esforço de integração regional da América Latina representado pelo Mercosul, que enquanto união aduaneira está inclusive num estágio superior ao de Zona de Livre Comércio, como propõem os Estados Unidos. Não podemos aceitar que toda a lógica e dinâmica do processo seja ditada exclusivamen-



te pelos interesses americanos. Temos, por exemplo, boas relações comerciais e diplomáticas com Cuba, e para nós não há razão nenhuma para que ela esteja fora da discussão por simples imposição dos Estados Unidos

Da mesma forma, a discordância americana quanto à proposta brasileira de formação de uma comissão parlamentar para acompanhar as negociações relativas à ALCA revela que os Estados Unidos não estão nada interessados em discutir mais amplamente os termos de formação dessa área de livre comércio. Querem, na realidade, exercer sua prerrogativa de império econômico, e enfiar goela abaixo dos governos da região a sua proposta, sem que os principais interessados, isto é, o conjunto da sociedade de cada um dos países envolvidos, possam opinar sobre o assunto.

Mercosul e América Latina: presente e futuro

Se o Mercosul vier a diluir-se numa área de livre comércio polarizada pelos Estados Unidos, principal-

mente se o processo de adesão vier a ser negociado caso a caso, isto é, com os Estados Unidos no centro e os demais países a ele ligados como os raios de uma roda de bicicleta, com toda certeza as rotas de comércio acabarão totalmente livres no sentido Norte-Sul, e contingenciadas no sentido oposto. Sua única função terá sido a de servir de etapa no processo gradativo de homogeneização de políticas nacionais no

mente ao comércio exterior e investimento estrangeiro sob o domínio de um centro hegemônico. Esse é um cenário possível.

Outra possibilidade seria a adesão em bloco dos países da região à proposta americana da forma da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Seria uma alternativa menos danosa, dado que haveria, pelo menos em princípio, a possibilidade de negociar em posição um pouco mais vantajosa os termos dessa integração. Nenhuma dessas duas possibilidades, contudo, são realmente de interesse para os países do Mercosul, e da América Latina em particular.

Melhor seria ampliar o Mercosul de modo a integrar os demais países da América do Sul, e quem sabe do Caribe, num único grande bloco. Esse bloco, por ter características econômicas, políticas e culturais semelhantes poderia funcionar de forma muito mais harmônica e teria a vantagem de poder estabelecer acordos de comércio tanto com o Nafta, quanto com a União Européia ou os países e blocos da Ásia, levando em conta os interesses da região.

Esse tipo de integração nos parece um caminho muito mais razoável para lidar com as tendências globalizantes da economia mundial, mas sem perder de vista que esse processo não pode ocorrer, como hoje, apenas para o benefício de uns poucos países e empresas.

Luís ANTÔNIO PAULINO é engenheiro, mestre em administração pública pela FGV/SP e doutorando em economia pela UNICAMP. ALDO REBELO é deputado federal pelo PCdoB/SP:

NOTAS

(1) Hoje as cinco mais importantes empresas mundiais na área de microeletrônica e informática são americanas. A Microsoft domina a área de softwares, a Cisco, o mercado de roteadores da Internet, a IBM, os softwares para grandes computadores, a Intel, a produção de microprocessadores e, Intuit, os softwares de finanças pessoais.

(2) *The Wall Street Journal Europe*. Bruxelas. 21 de janeiro de 1997.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry, "Balanço do neoliberalismo" in SADER, Emir e GENTILI, Pablo, *Pós-neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Paz e Terra. São Paulo.
BITTENCOURT, Getúlio, "Queixas do Brasil contra os Estados Unidos" in *Gazeta Mercantil*, 30/6/95, São Paulo.

FERRARI, Livia, "Mais déficits comerciais", *Gazeta Mercantil*, 13/7/95, São Paulo.

MACADAR, Becky Moron, "La Propuesta Neoconservadora del Mercosur" in *Nueva Sociedad, Comercio, Estado Y Estrategias de Desarrollo*, Dez/1994, Venezuela.

PAULINO, Luis Antonio, *O Projeto de Integração Competitiva (Uma Avaliação Crítica da Política Industrial do Governo Collor)*, Tese de Mestrado, EAESP/FGV, 1992, São Paulo.

PAULINO, Luis Antonio, "Novos Marcos Institucionais Para Formulação de Política Industrial no Brasil", *Princípios*, Maio/Junho/Julho de 1996.

Regionalização, etapa e limite do processo de globalização

As contradições entre o Mercosul e a ALCA se situam no processo de "Globalização com regionalização", associado ao esgotamento de um determinado modelo do funcionamento do capitalismo mundial.

Entre o processo de globalização e o de regionalização existe uma relação dialética. De um lado, o processo de regionalização pode ser entendido como uma etapa no processo de globalização, na medida em que a unificação de políticas e regulações em nível mundial pode ser mais facilmente alcançada por etapas, onde cada bloco submete sua área de influência a determinados padrões, facilitando assim as etapas seguintes de integração; por outro lado, a regionalização é também um limite.

É um limite porque esses mesmos pólos disputam entre si o domínio de áreas de influência e tendem, portanto, a delimitar seus campos de influência através de uma série de mecanismos políticos e econômicos, que vão desde tarifas externas comuns, regras de origem, até formas mais profundas de integração, como moeda única, podendo até mesmo chegar à unificação política.

O fato dos fluxos de comércio se concentrarem em primeiro lugar intrablocos, em segundo interblocos e por último entre eles e os não-participantes dos blocos dá uma dimensão clara do seu poder de aglutinação. Hoje, aproximadamente 59% do comércio mundial é realizado intrablocos, 23% entre os três grandes blocos: U.E. - Nafta - Japão/Sudeste Asiático e apenas 13% do comércio mundial ocorre entre os países fora desses blocos.

A experiência mais bem sucedida, e também a mais antiga, de formação de um bloco econômico é a União Européia. A mais recente é o NAFTA. Há diferenças significativas entre ambas. No caso da UE, em que pese uma aparente predominância da Alemanha, graças à força de sua economia, não há diferenças de grande monta entre os quin-

ze países que hoje formam a União Européia, talvez com exceção dos países mediterrâneos. O NAFTA, ao contrário, é apenas uma área de livre comércio imperfeita, aglutinando países de desenvolvimento extremamente desigual. O acordo de livre comércio dos Estados Unidos com o México significou, até certo ponto, uma anexação econômica do México pelos Estados Unidos. E ainda com o inconveniente de não se permitir o livre trânsito de mão-de-obra do México para os Estados Unidos. É bem elucidativo desse fato o incidente provocado pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, durante a campanha eleitoral. Ao defender a aprovação do Nafta afirmou que o mesmo traria para a economia americana os mesmos efeitos estimulantes que a compra da Louisiana aos franceses no século passado. A recente crise mexicana reflete a forma desequilibrada como se deu a integração das duas economias.

É possível afirmar, ainda, que esse processo de "globalização com regionalização" está associado ao esgotamento de um determinado modelo de funcionamento do capitalismo mundial. Tal modelo, com sua base tecnológica apoiada na II Revolução Industrial, sua base produtiva no modelo "fordista" de produção e sua base socioeconômica no "Estado de bem estar social" e nas políticas keynesianas de estabilização, esgotou seu ciclo. E como não há crise sem saída, o que vemos à nossa frente é uma nova configuração do capitalismo mundial, da qual a globalização com regionalização é uma característica destacada.

Ao mesmo tempo em que a produção, o comércio e as finanças, sob o comando dos grupos financeiros internacionais, tornam-se cada vez mais

integrados em nível mundial, os trabalhadores, vítimas do ressurgimento de formas agressivas e brutais de intensificação da produtividade do trabalho, vêem ser contestada, cada vez mais, o seu direito de organização. A busca obsessiva do aumento da produtividade tem levado tanto à adoção de formas inovadoras de organização do trabalho — o “toyotismo” —, cujo objetivo é obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, como ao retorno a formas de exploração características do início do capitalismo, a exemplo do trabalho doméstico, envolvendo todos os membros da família, inclusive crianças, resultado do processo predatório de terceirização de atividades rotineiras. O que essas novas e antigas formas de exploração do trabalho têm em comum é a necessidade da mais completa desregulação do mercado de trabalho e a contestação aberta do direito de organização sindical.

Do ponto de vista dos interesses nacionais, é importante destacar que a globalização neoliberal - e o caso do México é exemplar - está longe de ser a panacéia universal.

Quando se fala em globalização, abertura de mercados, maior integração mundial no comércio e na produção, normalmente se dá a esse discurso uma conotação positiva, de algo de interesse universal, como a liberdade, a democracia. Bem vistas as coisas, entretanto, esse processo tem um centro de controle - alguns poucos Estados nacionais e as tais 200 a 300 grandes empresas que hoje dominam o cenário econômico mundial - que elege os problemas que serão considerados realmente importantes. Sempre haverá, portanto, tomando outras perspectivas, problemas não contemplados e soluções não satisfatórias. O Nafta, por exemplo, pode ter trazido benefícios para uma parcela da sociedade mexicana integrada a esse circuito produtivo mundial e que, pela dimensão do descontentamento social que se espalha pelo país, é bem pequena. Os eventos de Chiapas, no entanto, fazem parte desse mesmo quadro. Os problemas dos agricultores daquela província mexicana certamente não encontram resposta nos marcos da

nova situação. O mesmo se pode dizer em relação aos milhões de desempregados que existem hoje no mundo capitalista, não importa o grau de desenvolvimento de cada país.

Vale ainda destacar que a esse processo, ao qual, correta ou incorretamente, deu-se o nome de globalização, está associada uma ideologia. E muito embora não seja correto dizer que a globalização é simplesmente uma ideologia, não há como negar que existe uma “ideologia da globalização”, o neoliberalismo, que articula os interesses do capital financeiro internacional e, com um grau relativo de contradições, das nações ou blocos imperialistas, em plano mundial. Não é de estranhar que sejam esses os beneficiários maiores da globalização seus mais destacados arautos e propagandistas.

Como recentemente observou o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Jr. “globalização vem servindo de biombo para políticas indefensáveis, ou difíceis de defender, nos campos cambial, monetário, comercial e tributário. Os males provocados pelas decisões ou omissões da política econômica nacional são descarregados sumariamente em cima da “globalização”.

Dizer, enfim, que a globalização é um processo irreversível do qual ninguém, em canto algum do planeta, pode escapar, e que nada pode ser feito a não ser deixar-se levar pela enxurrada, é a forma mais cômoda de justificar a submissão passiva do país ao sistema econômico internacional - e esta tem sido a escolha das classes dominantes no Brasil e de seu governo.

O aprofundamento que assistimos, nesse final de século, da internacionalização do capitalismo, se de um lado é um desdobramento necessário do seu próprio processo de acumulação, por outro é facilitado pela ação consciente das nações imperialistas e de suas empresas, que são os seus beneficiários diretos. Jamais teríamos chegado a tal ponto não houvesse a mão visível de estados nacionais poderosos, moldando toda a máquina institucional que facilita e impulsiona esse processo. Não há nele, portanto, nada de inexorável e irreversível.

O terceiro ano do Real: a operação vende Pátria

O Plano Real acelerou a tendência inaugurada por Collor. Desde 92 se observa um movimento de venda do controle de empresas privadas nacionais aos capitais de fora

JORNAL ABRA OS OLHOS *

De depois de três anos de aplicação do Plano Real, o Brasil está muito mais dependente do exterior. Neste ano de 1997, o país precisará de mais de 50 bilhões de dólares de dinheiro de fora para fechar suas contas internacionais. O desequilíbrio é generalizado. Na balança comercial - o saldo entre o que o país exporta e o que importa -, havia um saldo médio de 10 a 15 bilhões de dólares entre 1984 e 1994; com o real, o saldo transformou-se num déficit; de 3,0 bilhões em 1995, de 5,5 bilhões em 1996 e, tudo indica, mais de 10 bilhões este ano. Em turismo, o buraco aberto é também espetacular: foi de 3,6 bilhões em 1996, e prevê-se para 1997, 5,0 bilhões. Na conta de fretes, em virtude de os governos recentes terem praticamente desmontado a marinha mercante nacional, o déficit, que era de menos de 1,5 bilhão de dólares em 1992, foi de 3,5 bilhões em 96 e pode passar de 4,0 bilhões de dólares este ano. As remessas de lucros por parte das empresas estrangeiras instaladas no país nunca foram tão altas: de me-

nos de meio bilhão de dólares em 1992. E dispararam em 1997: só no primeiro semestre já foram de 3,0 bilhões. E, a conta mais pesada, por conta dos pagamentos de juros e amortizações da dívida externa, simplesmente dobrou: pulou da média de 10 bilhões entre 1987 e 1993, para mais de 20 bilhões entre 94 e 96.

De onde virão os dólares para tapar esse estrago? Cerca de 30 bilhões virão de novos empréstimos: uns 20 para pagar as prestações - do principal e juros -, da dívida que vence este ano; e mais uns 10 de dívida novíssima (A dívida do país cresceu muito com a abertura de Collor e muito mais com o Real. Em números redondos, a dívida total, que contabiliza a dívida estatal e a das empresas aqui instaladas, tanto de curto quanto de longo prazo, foi de 120 bilhões para 150 bilhões, de 1990 para 1994; chegou a 180 bilhões no final de 96; e é estimada para 190 bilhões de dólares ao final deste ano.)

Ficam faltando, portanto, 20 bilhões para cobrir o buraco. Como

isso será feito? Parte poderia vir das reservas, que estão perto de 60 bilhões de dólares. O governo, no entanto, só fará isso em último caso. Na estratégia oficial, o nível atual de reservas é sinônimo de tranquilidade. O governo acha que, se esse nível começa a baixar, os investidores externos podem entrar em pânico e fugir em massa. Há poucos meses, quando começou a crise monetária na Ásia, as reservas diminuíram. A preocupação do governo foi tanta que fez o Conselho Monetário Nacional aprovar uma medida incrível: autorizou os bancos a tomarem dinheiro emprestado lá fora, mesmo sem terem a quem emprestar aqui dentro - o dinheiro pode ser aplicado em títulos do Tesouro Nacional, aos quais se garante juros reais dos mais altos do mundo e, ainda, correção cambial. Ou seja, se o Real tiver de ser desvalorizado, o governo cobre a diferença na hora de pagar os dólares.

Sem poder apelar para as reservas e remendar com ela os estragos que causou nas finanças do país, o

(*) O jornal Abra os Olhos é editado pela liderança do Partido Comunista do Brasil na Câmara dos Deputados. Deputados: Agnelo Queiroz (DF), Aldo Arantes (GO), Aldo Rebelo (SP), Haroldo Lima (BA), Inácio Arruda (CE), Jandira Feghali (RJ), Ricardo Gomyde (PR), Sérgio Santana (MG) e Socorro Gomes (PA). Edição de Raimundo Rodrigues Pereira.

Plano Real acabou tendo de comemorar os seus três anos adotando um novo lema: o vende-pátria. A ordem agora é vender ou alugar patrimônio nacional - concessões telefônicas ou de exploração de rios, lagos e florestas, empresas estatais, cooperativas ou empresas privadas locais - aos capitais de fora. De novo, o Real apenas deu força nova e acelerou a tendência inaugurada por Collor. Desde 92 se observa um movimento de venda do controle de empresas privadas nacionais aos capitais de fora. De acordo com levantamento de notícias de jornal feito pela KPMG Peat Marwick, uma empresa de consultoria sediada no Brasil, de 1993 a meados deste ano, 301 empresas brasileiras foram compradas por estrangeiros: 3 em 93; 36 em 94; 62 em 95; 119 em 96; e 74, neste primeiro semestre de 97. O movimento começou pelo setor de alimentação - com a venda de

empresas como a Pilar, de Recife, fundada em 1875 e entregue à Nabisco e à Bunge Born, e da Lacta, paulista, vendida à Phillip Morris. O setor nacional de eletrodomésticos praticamente desapareceu: a francesa SEB comprou a Arno, a sueca Electrolux comprou a Prosdócimo, a Continental foi adquirida pelo consórcio alemão Bosch-Siemens. No setor de autopeças, de acordo com o levantamento da KPMG, 23 empresas nacionais foram compradas no período 93-meios de 97. A Cofap e a Metal Leve, as duas maiores empresas brasileiras do setor, que tinham até presença internacional, foram compradas pela alemã Mahle. De acordo com o Sindipeças, o sindicato dos patrões do setor, das 1300 indústrias que atuavam na área em 1995 e que eram praticamente todas brasileiras, até o ano 2000 cerca de 1000 terão sido fechadas ou adquiridas pelas 300 sobreviventes - e todas terão ou controle ou participação de capital estrangeiro.

Outro setor cujo controle pode sair do país é o de bancos e seguradoras. O grande negócio do capital estrangeiro nesse campo foi a tomada do Bamerindus. O senador Andrade Vieira, dono do banco, dirigente do PTB, tentava se articular a um grupo com participação de capitais privados nacionais para enfrentar crise antiga no Bamerindus. Mas o Banco Central trouxe clandestinamente para o Brasil uma equipe do Hong Kong and Shanghai Banking Corporation e forçou a venda do banco a esse grupo inglês (a revista Veja diz que o HSBC não pagou nada - e ainda levou um troco). O Multiplic, de um banqueiro carioca, foi vendido ao Lloyds, também britânico. O Santander, espanhol, comprou o Banco Noroeste e o Banco Geral do Comércio. O setor de seguros nacional sumiu em poucos meses. A Allianz, alemã,

elevou de 20 para 50% sua parte na seguradora do Bradesco, a segunda do setor. A Aetna americana passou a controlar a Sul América, a primeira seguradora do ranking, por 425 milhões de dólares. A espanhola Mapfre, a alemã Hannover e a americana Liberty Mutual adquiriram o controle acionário da Vera Cruz, Hannover Paulista e Paulista Seguros. O Itaú associou-se à suíça Winterthur. A Cygna americana anunciou agora a compra de 50% da corretora do Unibanco.

A corrida estrangeira ao setor deve-se a um conjunto de medidas recentes do governo: o fim da proibição de firmas estrangeiras terem o controle de empresas de seguros, a quebra dos monopólio estatal do resseguro e a abertura da previdência privada e dos seguros de acidentes de trabalho.

A venda de patrimônio privado nacional a estrangeiros vem sendo um processo contínuo e amplo envolvendo centenas de negócios. Em geral - com meia dúzia de exceções - eles, no entanto, não muito altos. O total teria atingido uns 20 bilhões de dólares nos últimos quatro anos e meio. É pouco para cobrir os rombos que o Real já provocou e continuará provocando, a curto prazo. O governo quer mais dinheiro e rapidamente. Seu negócio, então, é acelerar a venda do gigantesco patrimônio acumulado pelo povo brasileiro na forma de empresas estatais. O governo já vendeu a Vale do Rio Doce, está vendendo a Rede Ferroviária Federal. Quer vender a Telebrás e suas 27 operadoras nos Estados, além de 10 concessões de telefonia celular, muito valiosas. Só isso daria uns 45 bilhões. Quer vender também 34 estatais de energia elétrica, o que daria mais 50 bilhões para jogar no buraco do desequilíbrio externo dos próximos anos.

Quando o governo anunciou o Real, o plano era outro: a equipe



de Fernando Henrique Cardoso achava que a questão do endividamento externo e da dependência do país eram problemas superados; que o mundo do dinheiro havia entrado numa nova era, de internacionalização, na qual as diferenças entre externo e interno eram problemas da época dos dinossauros - só existiriam na cabeça de intelectuais do movimento popular e patriótico que não teriam percebido que o mundo mudou. Resumidamente, nas contas do governo, a equação do Real era a seguinte. Com a mudança da conjuntura internacional e o grande afluxo de capitais externos nos anos 90, estava encerrada a fase da política cambial armada por Delfim Netto no início dos anos 80, de continuada desvalorização da moeda nacional para favorecer os exportadores e garantir um saldo comercial elevado para pagar a dívida externa. Essa política, diziam os realistas, implicava numa forte contenção das importações - essenciais para a modernização tecnológica do país. E tinha grandes reflexos inflacionários: como o governo era o grande devedor, era ele quem tinha de comprar dólares a taxas cada vez mais altas, tendo que emitir muito para fazer isso, seja em dinheiro ou títulos públicos. Até aí seus argumentos não tinham nada de novo: a oposição democrática e popular à política de Delfim Netto durante o Regime Militar também dizia a mesma coisa. A diferença estava no passo seguinte: a política cambial. Para a equipe de FHC, e em particular para o atual presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que desde 1993 comanda a política externa da moeda brasileira, o Real deveria se caracterizar pela implantação de um mercado de moedas no Brasil livre da interferência abusiva do Estado, na qual o BC atuasse apenas como um con-

A ditadura que comanda dois Presidentes

O Brasil de hoje está muito distante de um regime de democracia popular, no qual os governantes seriam escolhidos por suas ligações mais profundas e diretas com os verdadeiros sentimentos e necessidades do povo trabalhador, que forma a esmagadora maioria da população. Fernando Henrique Cardoso, no entanto, vem exagerando no sentido de piorar ainda mais a democracia elitista que substituiu a ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Para tocar seu projeto de globalização ancorada no dólar, foi aos poucos mudando as características do sistema político estabelecido no país após a redemocratização: passou a governar quase que por decreto, acelerando o uso de medidas provisórias; reformou a toque de caixa a Constituição de 1988, tocando o Congresso tal como um rebanho; desprezou a federação, asfixiando economicamente os Estados; agora trabalha para desfigurar a representatividade política e cassar os pequenos partidos; e para restringir a propaganda política, com uma reforma eleitoral desenhada para reelegê-lo presidente da República.

O atual regime político brasileiro engana muito, diz um conhecido democrata da época da luta contra a ditadura, o jurista Modesto Carvalhosa. Ele é "sacramental", diz ele: reveste-se dos rituais democráticos. Fernando Henrique Cardoso costuma responder aos que o acusam de estar seguindo uma orientação danosa aos interesses da maioria do povo apelando

para essa "cobertura democrática": diz que foi eleito pela maioria e que os seus projetos são aprovados pelo Congresso, também escolhido pela vontade popular. Ele comete um engano comum aos democratas elitistas. Se eleição pela maioria garantisse a qualidade do processo democrático, Hitler, que foi eleito com apoio da maioria dos votos do povo alemão, seria um democrata como FHC. Os generais que governaram o Brasil de 1964 a 1984 e foram todos eleitos no Congresso Nacional, também.

As eleições e as votações por uma assembleia de representantes do povo são parte indispensável do processo democrático; mas sempre se dão sob condições e limitações determinadas que influem decisivamente nos resultados que proporcionam. Um dos aspectos centrais do atual processo político brasileiro, diz Modesto Carvalhosa, é a forma pela qual se transferem recursos do povo para os grandes grupos. "Um verdadeiro exército de especialistas governamentais" elabora intrincados instrumentos de repasse desses benefícios, diz ele. Carvalhosa e outros críticos concentram seus ataques, no atual processo de gestão da economia através de medidas provisórias do Presidente e de resoluções, circulares, normas e portarias do outro presidente, o do Banco Central. E têm razão: em última instância, o regime político que tenta se consolidar no Brasil poderia ser representado por uma imagem tirada da revista inglesa The Economist - o operador de uma mesa do open-market global fica observando o

mercado e ditando ao governante de plantão o que deve ser feito. A imagem poderia ser completada com as observações feitas por Carvalhosa: o governante, então, vai fazer com que a decisão que veio de cima seja revestida com roupagens democráticas, como as aprovações pela imprensa, pelo Congresso, etc.

O sistema financeiro brasileiro serve diretamente hoje a cerca de 30% da população. Setenta por cento do povo sequer tem conta em banco, mesmo a mais simples, na forma das cadernetas de poupança. No entanto, o regime autoritário de Fernando Henrique Cardoso trata os interesses do sistema financeiro, a estabilidade da moeda na qual ele se apóia, como a questão número um da segurança do país. Os plutocratas estão inquietos e ameaçam levar seus capitais de novo para fora do país, porque o México quebrou e as contas externas do Brasil parecem seguir o mesmo caminho? Então, muito bem: aumentem-se as taxas de juros a níveis estratosféricos, para agradá-los; editem-se a seguir todas as medidas provisórias que sejam necessárias para que os grandes bancos não quebrem e possam ser incorporados por outros, maiores, de preferência estrangeiros. "Mas isso eleva os juros a serem pagos pelo Estado, desmantela o projeto de gastos sociais que o próprio governo acabou de enviar ao Congresso!", objetam alguns. Não importa!, diz FHC; o importante é a estabilidade e a integração. Os partidos que apóiam o governo chamam a esse processo de democracia, sem adjetivos. É compreensível que o façam. Na verdade, trata-se de um tipo de ditadura do grande capital.

trolador e não como um definidor da cotação que a moeda brasileira teria em relação à de seus principais parceiros internacionais, ao dólar, em particular. Apoiado em reservas internacionais de mais de 40 bilhões de dólares, acumuladas em função de uma política de juros altos garantida desde a gestão de Marcílio Marques Moreira, ministro da Fazenda de Collor desde maio de 1991, o Real foi criado tendo como sua âncora básica, uma política de liberdade de compra e venda de dólares jamais vista na história brasileira. E, de início, pareceu funcionar maravilhosamente. A economia brasileira, que vinha crescendo desde o segundo semestre de 1992, após a dramática recessão de início do governo Collor, disparou: no primeiro semestre do real, o segundo de 1994, a taxa de crescimento econômico disparou para 15% em termos anuais, como no apogeu do Regime Militar; os salários reais, a massa salarial subiram; o desemprego continuou caindo; e a moeda nacional, milagre dos milagres, sem que o Banco Central comprasse um dólar sequer, começou a subir - em fevereiro de 1995 um real valia 25% mais que um dólar. Era a festa para se comprar lá fora, para os turistas brasileiros, para todos os importadores. E mesmo para a massa popular compradora de bens no país, que não só deixara de ter seus salários corroídos pela inflação galopante de 40% ao mês, como também continuava a comprar a crédito, graças a financiamentos externos - como já vinha acontecendo desde 1992 - e internos obtidos pelo comércio e pela indústria.

O mercado livre de moedas do real logo desabou, no entanto. Em dezembro de 1994 o México quebrou em função de uma política semelhante à do real: apoiada na maciça entrada de capitais externos e

num grande déficit na balança comercial. Em março de 1995 o governo foi forçado a mudar a política de câmbio livre e passou a intervir continuamente no mercado de moedas, no sentido de empurrar o dólar para cima, mais ou menos como Delfim fazia. De lá para cá, todos os números básicos das previsões que o governo fazia para um futuro risonho do Plano Real foram jogados no lixo. O governo mandou para o Congresso no início de 95 o seu Plano Plurianual de governo para 1996-99 prevendo um saldo na balança comercial positivo, de 1,5 bilhão por ano. Previa um déficit de 11 bilhões de dólares por ano nas chamadas transações correntes - que contam os saldos de comércio e de serviços - lucros, turismo, fretes, juros - mais as transferências unilaterais, basicamente as remessas de dinheiro para o Brasil por parte de nossos emigrantes nos EUA e Japão. Previa que a dívida interna do país iria diminuir, basicamente porque iria parar de comprar dólares através do Banco Central para honrar os pagamentos externos. Todas essas previsões foram furadas escandalosamente. Restou mexer num aspecto que o Real tinha desde o início: a venda de 21 bilhões de dólares de patrimônio federal, ao longo de vários anos, basicamente para ter uma margem de segurança nas contas nacionais e para investir no setor social.

Outra opção seria mudar a política cambial mais uma vez e voltar a comprar dólares exatamente como Delfim fez no início dos anos 80, quando começaram os grandes saldos da balança comercial brasileira: com uma desvalorização brusca e forte da moeda nacional. Mas isso seria contra os interesses dos que armaram o Real: favoreceria todos os exportadores; por outro lado, prejudicaria todos os que hoje ganham tomando dólares a juros baixos lá fora para trocar com títulos do go-

Quem paga a conta e quem lucra com o Real

No Brasil, do total da riqueza produzida, menos de 25% vão para salários, mais de 75% são do capital. Essa proporção vem crescendo desde meados dos anos 60. Quando faz propaganda dos feitos do Plano Real, além de omitir que as melhorias na renda familiar foram provisórias e limitadas, o governo deixa de lado também esse fato essencial: a renda das famílias é parte pequena da riqueza produzida no país. A parte do leão é dos rendimentos do capital - dinheiro das empresas e do Estado, para investimento e reposição do capital gasto. Nos rendimentos do trabalho está o dinheiro para gastos pessoais, tanto

das famílias dos capitalistas e latifundiários, como das dos trabalhadores e pequenos proprietários em regime de produção camponesa. Nas estatísticas da distribuição de renda no Brasil, diz um grupo de estudiosos do IPEA, se nota com nitidez que o problema maior da concentração está no alto. Quando se comparam os números de vários países, vê-se que a camada de renda mais alta no Brasil é a que mais se distancia da camada imediatamente anterior.



verno aqui dentro a juros muito altos. A saída, para eles, foi então esquecer as promessas sociais e acelerar a venda do país aos estrangeiros.

Um dos mais persistentes mitos do Real é o de que ele vem sendo um dos mais fantásticos planos de distribuição de renda da história brasileira, uma ação que teria eliminado grande parte da pobreza existente no país. Como toda boa mentira, essa se apóia em meias-verdades:

- 1) É verdade que de julho de 1994 até o começo de 1995 a estabilização monetária e o crescimento de alguns setores industriais, especialmente a indústria de bens duráveis, acelerou o crescimento econômico do país, que atingiu, em alguns poucos setores, níveis extraordinários;
- 2) É verdade que, nesse período, os salários médios se elevaram, a massa global de salários cresceu e o desemprego diminuiu.

A verdade por inteiro, no entanto, é outra. Entre meados de 1995 e

agora, em meados de 97, a economia brasileira entrou num processo que os economistas chamam de stop-and-go, anda e pára, ditado pelas limitações da dependência externa. O elevado crescimento promovido pelo consumo com base no endividamento do segundo semestre de 1994 agravou todos os desequilíbrios da economia nacional. E, para corrigi-los, sem mexer no essencial, o governo pisou violentamente nos freios. Do segundo trimestre de 1995 ao segundo de 96, o crescimento econômico foi praticamente zero. A seguir, num movimento ditado pela aproximação das eleições, o governo começou a soltar os breques e o crescimento novamente se acelerou. No início de 1997, o crescimento baseado na expansão do crédito e no consumo de bens duráveis passou a dar sinais de fraqueza, com a elevada inadimplência e a formação de estoques no comércio e na indústria. A essa altura, o governo já se preparava para pisar nos freios, no-

vamente, em virtude dos enormes desequilíbrios no balanço de pagamentos verificados no final de 1996. Todas essas brechadas tiveram efeito violento sobre o emprego - tanto a quantidade quanto a qualidade dos postos de trabalho - e sobre a renda, tanto o salário médio, quanto a massa salarial e os outros tipos de rendimentos da população ocupada de forma precária.

O governo utilizou também outras meias verdades para vender a propaganda do real. Uma das principais se baseou no uso das pesquisas mercadológicas que separam as "classes sociais" em cinco - A, a mais rica, B, C, D e E, a mais pobre. Essas pesquisas definem o que são essas "classes" basicamente em função dos bens duráveis que possuem. Com o crescimento muito grande do consumo desses bens de 1991 para 1997, muitas famílias saíram da classe E, deixando - no entendimento do governo - a pobreza. A compra desses bens, no entanto, foi feita a custos muito elevados, tanto mais altos quanto mais pobres os compradores, em função da taxa de juros e da inadimplência. E isso tem reflexos sobre o consumo de outros bens, mesmo alimentos, cujos preços foram os que menos cresceram nesses três anos. O consumo de frango, estável a cerca de um real por quilo, por exemplo, cujo crescimento foi o grande mote publicitário do governo em 1995, caiu em 1996. Muitos trabalhadores que antes levavam quatro a cinco frangos congelados do supermercado para a casa na semana, reduziram essa compra para dois ou três. Outros, além das economias forçadas no consumo de bens essenciais, passaram a vender, a se desfazer, de parte dos bens duráveis comprados, para ter com que pagar o cimento e as telhas necessárias para completar a construção da casa.

Os empregos estão diminuindo

A sociedade deve se mobilizar em busca de soluções que combatam efetivamente as causas do desemprego. As alternativas devem ter o objetivo de garantir o direito ao trabalho a milhões de brasileiros

NIVALDO SANTANA E LUCIANA BENTO

As estatísticas e porcentagens sobre o nível de desemprego no Brasil são controversas. O IBGE calculou em 5.95% em janeiro de 97, na região metropolitana de São Paulo. Já o Dieese estimou que 13.9% da População Economicamente Ativa (PEA) da Grande São Paulo estava desempregada no mesmo período.

Mesma região, mesmo período, resultados diferentes. Acontece que os dois institutos utilizam métodos distintos para suas pesquisas, o que pode mascarar o número de desempregados e sub-empregados do País. Enquanto o Dieese leva em conta os trabalhadores que estão procurando emprego nos trinta dias que antecedem o levantamento, o IBGE considera apenas os últimos sete dias antes da pesquisa. No entanto, nada se compara aos 22% de desempregados espanhóis, pode lembrar algum otimista compulsivo. O fato é que o problema do desemprego é real e não pode ser resumido à fria lógica dos números, enquanto milhões de pessoas desesperam-se com a hipótese de serem mandados para o olho da rua.

A falta de empregos tira o sono dos governantes de praticamente todos os países do mundo, que se vêm às voltas com as conseqüências da reestruturação produtiva, dos novos modos de gerenciamento das empre-

sas e do desenvolvimento tecnológico, que acabam com milhões de empregos do dia para a noite.

Além disso, a globalização da economia, que faz com que multinacionais mudem suas linhas de produção para outros países com matéria-prima e mão-de-obra mais em conta, fechando fábricas e demitindo milhares de empregados, é aceita como mais uma vilã do desemprego em massa, contra a qual não podemos fazer nada.

Só para ter uma dimensão do problema, de 90 a 96, o Brasil perdeu 2,5 milhões de postos de trabalho. No mesmo período a produtividade cresceu 45%. Isto quer dizer que um operário que fabricava cem produtos em 44 horas semanais de trabalho, hoje produz 145 nas mesmas 44 horas (Inácio Arruda e Paulo Paim - *Folha de S. Paulo*, 16/6/97). Ou seja, consegue-se aumentar a produção mesmo cortando funcionários.

Então a falta de empregos seria um processo irreversível, inerente ao estágio de desenvolvimento que a humanidade vive? Por incrível que pareça, a resposta é sim.

“Sejamos adultos e olhemos a realidade de frente: o trabalho acabou. Refiro-me ao trabalho de tempo integral, para sempre, para todos, segundo as formas que conhecemos durante o período industrial, de 1850

a 1975. Somente a partir desta tomada de consciência da realidade poderemos estabelecer nosso plano de batalha. A realidade é que o mundo mudou”.

A afirmação, chocante à primeira vista, é do francês Guy Aznar, autor do livro “Trabalhar menos para trabalharem todos”, que trata da redução da jornada de trabalho. No entanto, em vez de desesperar-se, como se este fosse um processo sem solução, o autor nos oferece duas saídas: aceitar um modelo de sociedade dividido entre “os que trabalham e os que não trabalham” ou enfrentar o problema de frente e dividir o trabalho existente entre todos os cidadãos. A maneira de fazer isto? Reduzindo a jornada de modo que todos possam trabalhar.

No Brasil, governo FHC incentiva desemprego

Às alternativas colocadas por Guy Aznar, o presidente Fernando Henrique Cardoso certamente escolhe a primeira. Não é à toa que o nosso governante alardeou aos quatro cantos a inevitabilidade da existência de pessoas “inempregáveis”, que não serão absorvidas pelo mundo globalizado. Para elas, não existem empregos e assim será para

sempre. Tudo por causa da falta de educação e conhecimentos tecnológicos, diz FHC, quase colocando a culpa nos próprios trabalhadores por não conseguirem empregos.

O que fazer diante disto? Resignar-se, afinal são as conseqüências inevitáveis da modernidade, da globalização. Temos que aceitá-las, se não quisermos continuar caipiras, nas palavras do presidente.

No entanto, ao mesmo tempo que lava as mãos no que diz respeito à políticas de geração de empregos, Fernando Henrique se esquece que o Plano Real é um dos grandes responsáveis pelo aumento desenfreado do desemprego no País.

“Existem outras causas de desemprego que nada têm a ver com a globalização. Suas motivações são mais ‘tupiniquins’, frutos amargos de políticas que o governo jura necessárias para manter o Real na rota traçada. Custo do dinheiro extraordinariamente elevado, câmbio que sacrifica as exportações, abertura das importações de forma exagerada e seguramente num espaço de tempo muito cur-

to, reforma tributária que não vem, restrições ao crédito e ausência quase total de financiamentos de longo prazo são todos motivos que se entrelaçam e constroem a atividade econômica. E levam as empresas a demitir”.

A citação acima foi publicada na revista “Notícias”, editada pela Fiesp, e serve de escudo para os industriais justificarem as demissões em massa que fizeram desde a implantação do Plano Real. Serve também para os empresários exigirem rapidez na aprovação das reformas tributária, previdenciária e administrativa que, segundo eles, são necessárias para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a geração de novos empregos. Querem também a desregulamentação das leis trabalhistas, com a diminuição dos custos de contratação de mão-de-obra que, segundo eles, são muito altos e afetam a competitividade das empresas. Para tanto, defendem mudanças na CLT, menos para facilitar contratações do que para reduzir seus custos e aumentar seus lucros, já que fica difí-

cil diminuir ainda mais os arrochados salários dos trabalhadores brasileiros.

Embora a perspectiva empresarial seja outra, completamente diferente da nossa, a constatação feita pela revista da Fiesp mostra que a política recessiva levada pelo governo de Fernando Henrique tem degingolado a indústria brasileira e jogado no olho da rua milhares de trabalhadores, que ficam sem qualquer alternativa de trabalho.

Sondagem feita pelo Departamento de Pesquisa da Fiesp/Ciesp na primeira metade de 96 demonstrou que 46% das indústrias ouvidas pretendiam dispensar funcionários de seus quadros. De acordo com a pesquisa, 63% dos empresários alegaram motivos ligados à redução de custos, 48% aos processos de busca de maior produtividade, 33% atribuíram sua intenção ao temor de retração do mercado, 26% explicaram como resultado da terceirização e 20% deram como razão a automação da fábrica. Ou seja, a maioria dos empresários demitiriam seus empregados por razões direta-

Horas trabalhadas por ano através dos tempos



Roma.....	3.000
Idade Média.....	2.500
Mercantilismo.....	2.750
Rev. Industrial.....	3.750
Início séc. XX.....	3.000

1979	
EUA	1.607
Alemanha.....	1.719
Japão.....	2.129
Suécia.....	1.451

mente ligadas à abertura das importações (que obrigaram a diminuição de custos e aumento da produtividade) e por medo da retração do mercado, ocasionado pelo fim da festa de consumo dos primeiros meses do Plano Real.

No entanto, de qualquer perspectiva que se olhe, fica claro que o governo Fernando Henrique não está, nem de longe, preocupado em criar alternativas de combate ao desemprego e nem dá sinais de que vai desviar seu governo do caminho neoliberal já traçado. Em resposta à situação caótica que vive o Brasil, FHC corta ainda mais as verbas dos setores sociais e torra nossas reservas no pagamento da dívida pública. Tudo em nome da estabilidade econômica.

Tendência histórica

É claro que uma proposta de redução da jornada de trabalho para gerar empregos é polêmica e mexe com vários interesses enraizados na sociedade capitalista. Mas o fato é que ela é uma tendência histórica. De acordo com estudo do Dieese, enquanto na segunda metade do século passado, época da Revolução Industrial, a média era de 3.750 horas trabalhadas por ano, em 1979 trabalhava-se 1.451 horas na Suécia e cerca de 1.719 horas anuais na Alemanha.

Esta média vem caindo paulatinamente, com jornadas cada vez menores em vários países. Alemanha, Espanha, França, Japão, Argentina, Brasil e Coréia são apenas alguns exemplos de países que reduziram sua jornada de trabalho de 1980 para cá. Talvez os Estados Unidos sejam o único exemplo significativo de país que aumentou a sua jornada de trabalho neste período, ainda assim apenas no setor industrial.

A Conferência Internacional do

Trabalho, em 1919, recomendou a redução da jornada de 48 para 44 horas semanais. E a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomendava, já em 1935, que a jornada fosse reduzida para 40 horas. O Brasil, em pleno final do século 20, ainda mantém a jornada semanal de 44 horas, recém-conquistada na Constituição de 88.

Reduzir a jornada. Mas como?

A Volkswagen diminuiu, em 94, a jornada de seus operários da fábrica de Wolfsburg para 28,8 horas semanais, como alternativa à demissão de 30 mil dos 128 mil trabalhadores das 10 unidades da empresa na Alemanha. Os operários aceitaram diminuir seus salários em 15%, passando-os para 4.500 marcos (ou cerca de 3.000 reais).

Aliás, reduzir jornada com redução de salários ou direitos dos trabalhadores é uma proposta defendida por parte do sindicalismo brasileiro. A Força Sindical defende a redução para 30 horas, o que, segundo a Central, geraria 4.4 milhões de empregos. No entanto, nesta proposta vem embutida a redução de 10% nos salários dos trabalhadores e no lucro líquido das empresas e de 7.8% dos encargos sociais sobre a folha de pagamento. Além disso, haveria uma diminuição de 37.3% nos impostos pagos pelos empresários ao Estado. "Todas as partes envolvidas têm que abrir mão de algumas vantagens", defende o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva. (*Folha de S. Paulo*, 25/5/97 - Tendências/Debates). No entanto, a Força apresentou ao ministro do Trabalho, Paulo Paiva, uma proposta alternativa de redução para 36 horas semanais, como fase intermediária para as 30 horas. A proposta da Força é apoiada por vários sindicatos patronais e

seria negociada entre empresas e trabalhadores de cada categoria.

O governo federal já se pronunciou contra a idéia de renúncia fiscal - os cofres públicos perderiam 9.4 bilhões de reais com a isenção de impostos - mas se diz favorável à livre negociação entre empresários e trabalhadores para a redução da jornada. Para tanto, o governo está disposto a mudar a CLT para permitir a diminuição dos salários dos trabalhadores, o que hoje é proibido.

Mas o diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, levanta que a redução da jornada por empresa ou setor não adianta. "É essencial que se estabeleça a redução da jornada em lei. Para que haja impacto sobre a geração de empregos, a diminuição deve ser feita rapidamente e em massa".

Exemplos disso são as negociações feitas em fábricas da região do ABC. Algumas montadoras de São Bernardo baixaram a jornada semanal de 44 para 42 horas para manter os empregos de seus operários. Medidas paliativas como esta estão sendo tomadas, mas têm pouco impacto no que diz respeito à necessidade global de geração de empregos no País.

Entendemos que a jornada deve ser diminuída paulatinamente, até chegar às 30 horas ou até menos. No entanto, é inadmissível que haja diminuição dos salários dos trabalhadores. A proposta da Força traz embutida o pecado original de colocar em um mesmo nível empresários, que sempre se beneficiaram de benesses concedidas pelo Estado, lucros altíssimos e salários miseráveis pagos a seus empregados, e trabalhadores, que têm seus salários historicamente arrojados, utilizam serviços públicos sucateados e têm seus direitos sociais gravemente atacados.

Além disso, a isenção fiscal significa que a "contribuição" dos empresários, de 10% dos seus lucros,

seria reposta indiretamente, na forma de desconto nos impostos que as empresas têm obrigação de pagar.

A Força Sindical diz que todos os níveis de governo (União, estados e municípios) perderiam 9.7 bilhões com a isenção de 37.3% dos impostos das empresas. A CUT contesta estes números, mostrando que só a renúncia fiscal dos impostos da União chegaria a 40.9 bilhões de reais por ano, cerca de 5% do PIB. De acordo com o Desep (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos) da CUT, só a Previdência teria um rombo de 15.8 bilhões com a renúncia.

Além do mais, arrecadando menos impostos, o Estado conseqüentemente teria menos dinheiro para investir em saúde, educação, habitação e serviços públicos que são utilizados basicamente pela população de baixa renda. Os trabalhadores seriam duplamente atingidos: com a diminuição de seus salários e com a decadência dos serviços públicos que usufruem.

No entanto, mesmo com a isenção, vários empresários discordam da redução da jornada, como é o caso do diretor de Relações Trabalhistas da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Roberto Ferraiuolo, que participou como debatedor da audiência pública realizada pela Comissão de Relações do Trabalho da Assembléia Legislativa de São Paulo. Para ele, a redução da jornada acarretaria o aumento dos custos das empresas. "A flexibilização é mais importante que a redução da jornada, pois ajudaria a reduzir os custos das empresas porque os gastos com demissões são altos no Brasil", levanta Ferraiuolo. Em vez de demitir, quando a produção estivesse menor, os trabalhadores trabalhariam menos. Já em épocas de "pico", os empregados trabalhariam mais. Para o empresário, a redução da jornada só ajudaria a aumentar os custos.

No entanto, de acordo com os economistas Pedro Paulo Martoni Branco, da Fundação Seade, e Antônio Prado, do Dieese, o crescimento sustentado da produtividade nos últimos anos é suficiente para que a redução da jornada de trabalho não cause impacto sobre os custos das empresas brasileiras. A maior parte dos ganhos de produtividade, com as novas tecnologias e métodos gerenciais, está sendo incorporada pelas empresas como lucro.

40 horas semanais: uma proposta viável

Quando a jornada de trabalho baixou de 48 para 44 horas, na Constituição de 88, vários argumentos contrários foram lançados. Da quebradeira geral das empresas à perspectiva de que nenhum emprego seria gerado, tudo foi levantado. No entanto a realidade mostrou que nada disto aconteceu. Postos de trabalho foram abertos e a redução contribuiu decisivamente para que os efeitos nocivos dos anos 80, a chamada década perdida, fossem compensados.

Hoje, a proposta que defendemos é a de redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salários. Está em tramitação na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 231/95), de autoria dos deputados federais Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT-RS), que diminui a jornada de todos os trabalhadores brasileiros para 40 horas semanais e aumenta a remuneração das horas extras de 50% para 75% a mais que as horas normais. Isto porque os empresários preferem pagar horas extras a seus empregados do que arcar com os custos de contratação de novos trabalhadores.

Desde 88, quando a jornada foi reduzida para 44 horas, o número de horas extras aumentou substan-

cialmente. Enquanto em 88, 21.3% dos trabalhadores da indústria trabalharam mais que a jornada legal, em 96 este percentual subiu para 41.4%. No comércio, onde os empregados sempre fizeram muitas horas extras, o número passou de 43.4%, em 88, para 55.1% no ano passado. De acordo com Antônio Prado, coordenador técnico do Dieese, cerca de 1.5 milhão de empregos deixaram de ser criados por causa das 265 milhões de horas extras trabalhadas entre 85 e 96. "Coibir as horas extras é tão importante quanto reduzir a jornada", analisa Prado. Desta forma, a redução da jornada de todos os trabalhadores para 40 horas e coibição das horas extras poderiam gerar, imediatamente, 3.6 milhões de empregos no Brasil, segundo cálculos projetados pelo Dieese. A melhor forma de viabilizar esta proposta é fortalecendo a luta em torno da aprovação da PEC 231/95 no Congresso Nacional. O presidente da Câmara dos Deputados autorizou a instalação da Comissão Especial para analisar a proposta de redução da jornada para 40 horas e em 40 sessões ela poderá ser votada em plenário, onde precisa de 308 votos, em dois turnos para ser aprovada.



Outras iniciativas para combater o desemprego

Iniciativas isoladas não resolverão o problema do desemprego. É preciso que o assunto entre na ordem do dia de toda a sociedade para que as soluções sejam encontradas



Fernando Henrique Cardoso se esquece que o Plano Real é um dos grandes responsáveis pelo aumento desenfreado do desemprego no país

e implementadas o mais rápido possível. No entanto, alternativas devem ser procuradas para minorar os efeitos do desemprego sobre a população.

Desta forma, apresentamos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo três projetos de lei que vão ao encontro das necessi-

dades concretas dos trabalhadores paulistas, sobretudo daqueles que se encontram desempregados:

1) O primeiro cria o passe-desemprego, que seria utilizado pelos trabalhadores desempregados nos trens da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e Metrô durante seis meses, a par-

tir da data da dispensa. O benefício se estende a todos os trabalhadores que não dispuserem de qualquer remuneração assalariada e será distribuído mensalmente. Este projeto de lei visa ajudar os trabalhadores desempregados a procurar um novo trabalho, facilitando sua inserção novamente no mercado.

2) O segundo projeto de lei de minha autoria prevê que o fornecimento de água e luz dos trabalhadores desempregados não seja suspenso durante até seis meses de atraso no pagamento. O benefício apenas será

concedido aos trabalhadores que comprovarem não dispor de qualquer remuneração, bem como os demais moradores do imóvel. O pagamento deverá ser feito tão logo o trabalhador seja empregado. Caso o prazo de seis meses for cumprido, haverá prorrogação por mais três meses. Depois deste pe-

ríodo, a dívida será parcelada, com isenção de multas por atraso, juros e correção monetária.

3) Nosso terceiro projeto cria a Universidade Livre do Trabalhador do Estado de São Paulo, com o objetivo de proporcionar um espaço para a reciclagem, com a realização de cursos de requalificação profissional, palestras, debates e outros eventos de interesse dos trabalhadores. Não é preciso enfatizar a deficiência do sistema educacional brasileiro, que não proporciona nenhuma alternativa para o ensino de adultos, ficando os trabalhadores sem qualquer espaço público e gratuito de aprendizado.

Se é verdade que iniciativas pontuais apenas ajudarão a combater as conseqüências nefastas do desemprego, também é fato que a sociedade deve se mobilizar em busca de soluções que combatam efetivamente as causas do desemprego, tanto o estrutural (causado pelo desenvolvimento tecnológico), quanto o conjuntural (causado pela política neoliberal imposta por Fernando Henrique ao País, com a abertura descontrolada das importações, juros altos e prioridade para o setor especulativo, em detrimento do produtivo).

O esforço deve ser conjunto e urgente. Sem uma mobilização nacional e um governo que coloque como prioridade nacional o combate ao desemprego, pouco pode ser feito. Cabe aos sindicalistas, parlamentares e personalidades progressistas, entidades populares e estudantes, colocar esta preocupação no topo de nossa pauta de reivindicações, encaminhando as lutas e propondo alternativas para garantir a milhões de brasileiros o direito ao trabalho.

NIVALDO SANTANA é deputado estadual pelo PCdoB/SP. LUCIANA BENTO é jornalista.

Para onde vai o emprego?

Reduzir o tempo de trabalho, sem perda salarial, é precondição para que os trabalhadores não levem a pior no confronto com o capital

INÁCIO ARRUDA E LUIZ CARLOS ANTERO

O mundo do trabalho vem passando por profundas transformações. Qual seu rumo previsível e quais as saídas para a grande crise em perspectiva? Diversos autores, no Brasil e no mundo têm abordado o tema sob a crescente preocupação da exclusão progressiva de grandes contingentes de trabalhadores do mercado de trabalho notadamente nos países onde prevalece a ordem capitalista.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu relatório 1996-1997, aproximadamente 30% da força de trabalho do planeta está desempregada e subempregada. Há dois anos, eram 800 milhões; hoje, são quase um bilhão nessas condições. O Brasil apresentava, em setembro de 1996, 3,6 milhões de desempregados numa população economicamente ativa (PEA) de 70 milhões. Isto, sem se falar dos mais de 30 milhões de excluídos que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) define como ingredientes. Esta exclusão é uma regra mais ou menos geral para os países dependentes.

As nações do chamado primeiro mundo confirmam o desastre generalizado. Nos países que compõem a União Européia (UE), pelo menos 34 milhões estão desempregados. E o desemprego cresceu para a média de 11,3% da força de trabalho. O relatório da OIT condena o lugar da

globalização que justifica tudo, inclusive o desemprego, em nome das fatalidades que dela decorrem.

Este falso discurso, que trata o problema como insolúvel, serve como estímulo às dispensas pelos empresários, elevando dramaticamente as taxas de desocupação. A economia cresce de modo e intensidade desiguais nos diversos países, mas cresce. O sentido perverso deste crescimento, contudo, é o que conta, pois não é acompanhado pela elevação quantitativa e qualitativa do emprego. Este rumo é perigoso, pois, além da degradação contínua e crescente da vida das populações, deteriora-se o poder aquisitivo e compromete-se ainda mais as economias nacionais. A OIT atribui o fenômeno, em especial, ao expressivo aumento da força das multinacionais e investidores globais, nos últimos anos.

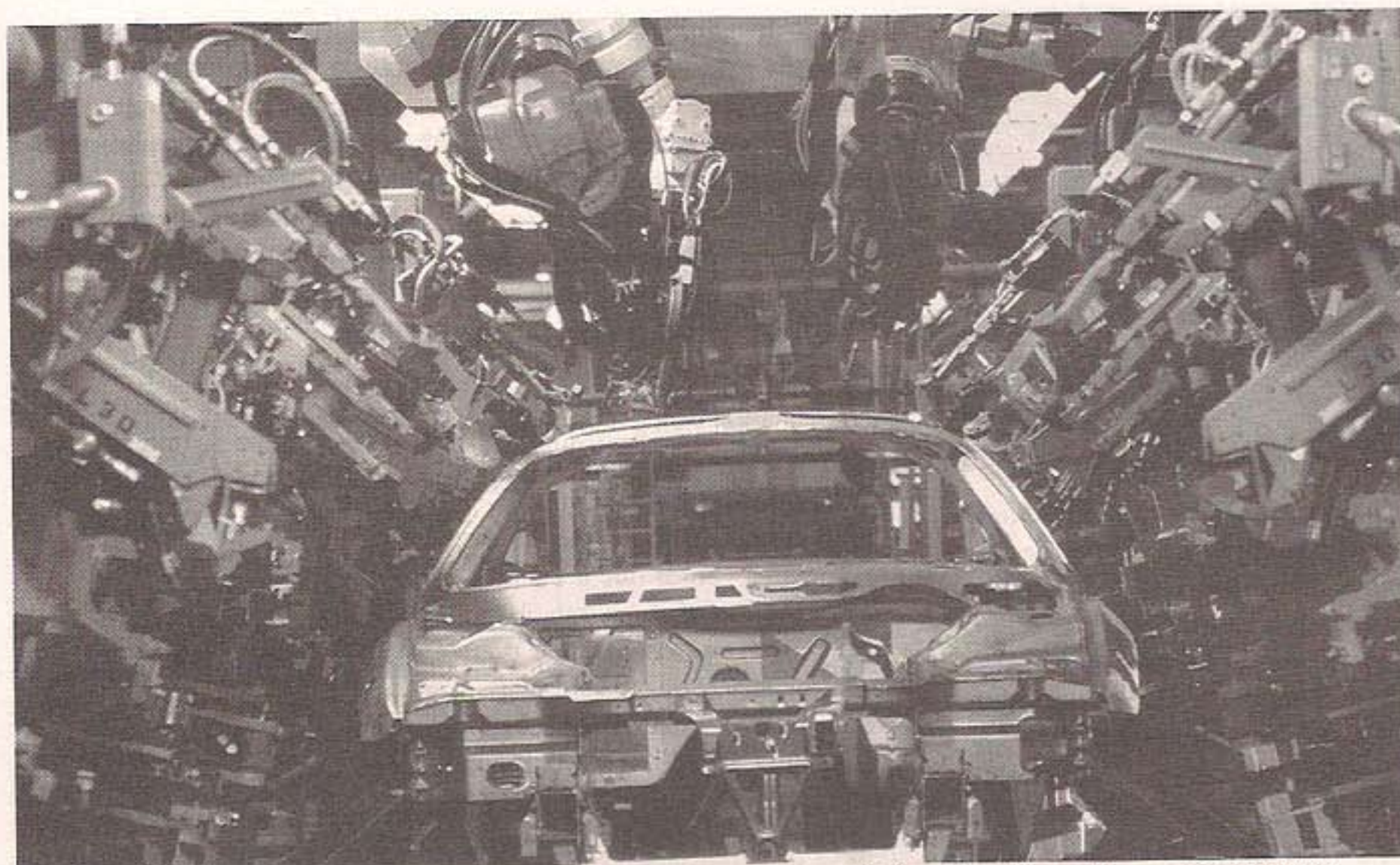
A redução avança no mundo

Para Jeremy Rifkin, em seu livro *Fim dos Empregos*, o desemprego global atingiu agora seu nível mais alto desde a grande depressão da década de 1930. Pela primeira vez no curso do desenvolvimento social, o trabalho humano vem sendo eliminado sistematicamente do processo de

produção. A tendência é a do agravamento, com a introdução acelerada de uma nova geração de sofisticadas tecnologias de informação e comunicação nas diversas situações de trabalho, substituindo a mente humana por máquinas inteligentes, rumo à Terceira Revolução Industrial.

Rifkin afirma que homens e mulheres exibem uma preocupação cada vez maior com seu futuro e os jovens mostram sua frustração e raiva em um comportamento cada vez mais rebelde. Ao lado do desemprego, o aumento da polarização entre ricos e pobres cria condições para levantes sociais e conflitos entre classes, em proporções inéditas na era moderna. Os talentos, a energia e a engenhosidade de centenas de milhões de seres humanos, colocados na ociosidade pelas "forças gêmeas da globalização e da automação", seguirão o rumo construtivo ou a civilização persistirá no processo de desintegração sem retorno fácil.

Mesmo os países que classifica como "em desenvolvimento" enfrentam o desemprego tecnológico à medida que as empresas multinacionais disseminam pelo mundo instalações de produção com tecnologia de ponta, dispensando milhões de trabalhadores de baixa remuneração, eliminando empresas que não podem competir com a eficiência de custos, con-



A introdução acelerada da tecnologia de ponta nas indústrias vem eliminando sistematicamente o trabalho humano do processo de produção

trole de qualidade e rapidez de entrega típica da produção automatizada. A tendência é a de redução do tempo de trabalho para distribuí-lo mais equitativamente e proporcionar poder aquisitivo adequado para absorver os aumentos na produção.

Rifkin admite, desse modo, a redução da jornada como uma tendência histórica. Os ganhos dramáticos de produtividade no primeiro estágio da Revolução Industrial, no século XIX, foram seguidos por uma redução da jornada de trabalho de 80 para 60 horas semanais. No século XX, quando as economias industriais fizeram a transição da tecnologia do vapor para as tecnologias do petróleo e da eletricidade, os constantes aumentos de produtividade reduziram a jornada de 60 para 40 horas. Agora, no terceiro estágio da Revolução Industrial, os ganhos da produtividade do computador e das novas tecnologias da informação e das telecomunicações, sugerem a inevitabilidade da redução da jornada para 30 e até

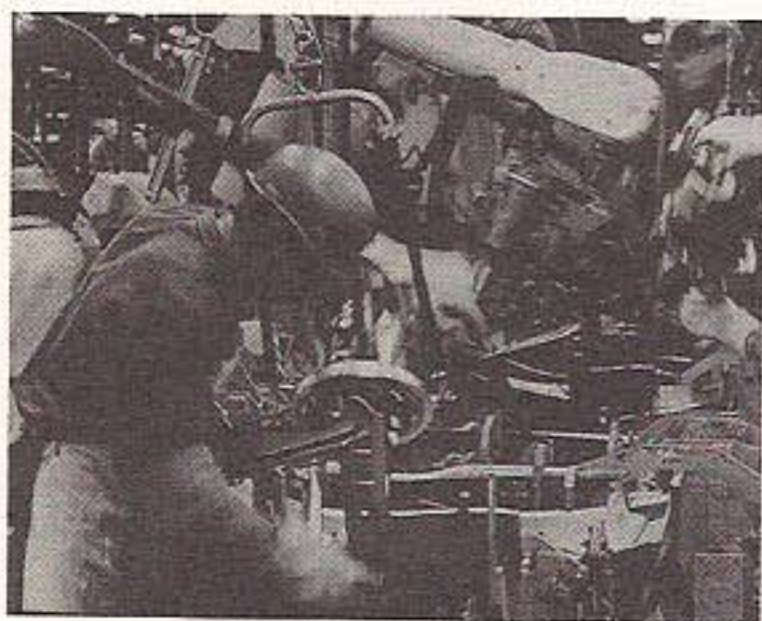
mesmo 20 horas semanais, ajustando requisitos de mão-de-obra à nova capacidade produtiva do capital.

A reivindicação por uma semana de trabalho reduzida está difundindo-se rapidamente por toda a Europa, onde o desemprego atingiu elevados índices depois da Segunda Grande Guerra. Na Itália, os sindicatos marcham sob um novo lema: "Lavorare Meno, Lavorare Tutti" (Trabalhar Menos, Trabalhar Todos). Na França, a idéia tem despertado apoio popular com simpatia na maioria do Parlamento. O Presidente François Mitterrand defendeu a semana de trabalho de quatro dias e Michel Rocard, candidato a presidente pelo Partido Socialista em 1995, incluiu em sua campanha a semana de trabalho reduzida.

A Comissão das Comunidades Europeias e o Parlamento Europeu defendem esta alternativa para enfrentar o desemprego. Um memorando da Comissão alerta que "é importante evitar a inflexibilidade de dois grupos distintos na sociedade aqueles com

emprego estável e aqueles sem; um desenvolvimento que teria sérias consequências e ameaçaria as próprias bases de todas as sociedades democráticas a longo prazo". A mesma declaração acentua que chegou o momento de redução da jornada de trabalho, para alcançar maior justiça social numa época de desemprego muito alto e crescente". O Parlamento Europeu tem dado apoio às iniciativas da Comunidade que "garantem, a curto prazo, uma acentuada redução nas jornadas de trabalho diárias, semanais e/ou anuais e na vida de trabalho, para diminuir significativamente e, subsequentemente, parar a tendência rumo ao crescente desemprego".

A reivindicação por uma semana de trabalho reduzida chegou ao Japão, que Rifkin considera tradicionalmente o bastião da ética do trabalho industrial". Lá, a semana de trabalho vem diminuindo sistematicamente nas últimas três décadas, acompanhada por aumentos expressivos de produtividade e crescimento econômico, des-



mentindo a freqüente afirmação de que menos trabalho e mais ociosidade abalam a competitividade e os lucros corporativos. Em 1992, o primeiro ministro Kiichi Miyazawa anunciou que as horas de trabalho reduzidas seriam uma meta nacional e que o governo comprometeria seus recursos na promoção da "qualidade de vida" no Japão. Em agosto de 1992, foi anunciado o plano quinquenal do Conselho Econômico japonês para tornar o País a "superpotência do estilo de vida". A ênfase é um ambiente mais saudável com mais lazer para os cidadãos. A principal prioridade foi fixada na redução da semana de trabalho de 44 para 40 horas.

Mais recentemente, a redução da semana de trabalho assumiu importância ainda maior no Japão: as empresas japonesas estão empregando pelo menos dois milhões de trabalhadores a mais do que o necessário. Esta é a resposta ao deslocamento tecnológico e à disseminação do desemprego no futuro, a partir da expectativa de redução dos empregos e da folha de salários na próxima década, movidos pela revolução da reengenharia e da automação.

Alguns economistas e líderes empresariais adotam a "linha mínima de resultados", sustentando que é necessário mais tempo livre para estimular a economia de serviços e proporcionar aos trabalhadores japoneses o tempo para compra e uso de mais bens e serviços. Para outros, a preocupação acerca das questões do tra-

balho e do tempo livre é relativa à "qualidade de vida" os trabalhadores precisam de mais tempo para o convívio familiar, participando da vida dos filhos, dos bairros, da comunidade, aproveitando a vida.

O futuro do trabalho

Em sua obra "Trabalhar Menos para Trabalharem Todos" Guy Aznar aborda precisamente o tema da redução da jornada de trabalho. Afirma que a observação histórica leva normalmente a pensar que a evolução do rendimento da hora trabalhada é acompanhada sempre mais ou menos rapidamente de uma diminuição da duração do trabalho. Esta evolução, acentua, não é ilógica na Europa, onde há três grupos de países: os que mantêm a jornada igual ou superior a 40 horas, com recursos freqüentes às horas extra (Espanha, Portugal); os que permanecem entre às 39 e as 40 horas, (Itália, França); e aqueles em que a duração é igual ou inferior às 39 horas (Bélgica, Países Baixos, Dinamarca).

Aznar sugere que, até o final do século, sob o impulso dos sindicatos nacionalmente mais fortes, a tendência global poderia se organizar na Europa em torno das 35 horas, sob uma lenta e progressiva evolução. É lógico, neste caso, que esta evolução continue paralelamente ao crescimento dos lucros de produtividade, que parecem inadiáveis, programados pelo desenvolvimento e pelas inovações da tecnologia.

A questão é saber se esta evolução para as 35 horas gera empregos, instituindo sua redistribuição, constituindo verdadeiro progresso social. A passagem para as 39 horas, em 1982, com a redução de uma hora semanal, não criou realmente empregos, raramente foi acompanhada de uma reorganização do trabalho. Largamente absorvida pela produtividade no primeiro ano, reencontrou seu curso normal em se-

guida. A lenta redução é, desse modo, engolfada pela produtividade. Os ganhos de produtividade se repartem entre as máquinas e o trabalho - entre o capital e o trabalho.

Aznar expõe as alternativas que considera possíveis para que a redução da jornada crie empregos. Destacamos a versão que classifica como "realista", mais próxima da nossa proposta, que reduz em quatro horas o tempo de trabalho semanal no Brasil, considerando-se as diferenças para o caso europeu. Para efeito do nosso objetivo de demonstrar que a redução da jornada é factível e que possui atualidade no debate mundial sobre as possíveis soluções, reproduziremos aqui o conteúdo desta versão.

Para o autor, a redução da jornada cria empregos apenas se for franca e maciça; deve ser superior ao crescimento da produtividade do trabalho. É necessário que a compensação pelas horas extras ou por um crescimento da produtividade seja impossível. As empresas (e, portanto, a economia nacional) somente acreditam na redução sem aumentos nos custos de produção, e os assalariados só a aceitam se não houver queda nos rendimentos do trabalho.

Há três condições que considera necessárias, suficientes e que devem ser preenchidas conjuntamente: as máquinas (o capital imobilizado) devem render mais, desenvolvendo o trabalho em equipe; assegurada compensação salarial em parte pela empresa e em parte por uma receita financeira externamente à empresa (o que ele chama de "segundo cheque", que envolve a participação do Estado); processo operacionalizado à base de um acordo em todos os níveis, envolvendo representantes sindicais e patronais.

A proposta central de Aznar consiste em afirmar que: (a) sempre que uma empresa aumenta significativamente o tempo de utilização de seus equipamentos; (b) diminui também expressivamente a duração do traba-

lho (35 horas ou menos em seu estudo); (c) contratando uma segunda equipe; (d) pagando uma compensação salarial de 50%; (e) com o Estado completando esta compensação de modo a manter o rendimento integral. A participação do Estado é justificada pela diminuição do orçamento de desemprego. E isto traz múltiplas consequências: reduzindo a carga de compensação pela empresa, estende-se consideravelmente o campo das empresas dispostas a fazer a compensação; com uma compensação total por um tempo de trabalho reduzido, supõe-se que nascerá dentro das empresas uma pressão para desenvolver o processo. Neste caso, ele pressupõe uma semana de quatro dias com duas equipes, com a duração de 34, 33 ou 32 horas, sem perda de rendimento, de maneira realista, na medida dos ganhos de produtividade.

Aznar pondera que o sucesso da estratégia das duas equipes está submetida a dois ângulos. De um lado, a tradição histórica do trabalho em equipe é de turno de 3-8 (três turnos de oito horas); do trabalho noturno que gera muitos inconvenientes para o trabalhador e sua família (horários quebrados, ritmos temporais irregulares, chocantes, o marido e a mulher que se cruzam na escada, e as crianças que dormem ou ainda estão dormindo quando os pais saem ou retornam). Seria este um exemplo de trabalho imposto, não negociado, sem contrapartida, sem compensação, e às vezes sem diminuição do trabalho. Considera que, quanto mais a jornada de trabalho diminui, mais se torna possível encontrar soluções que permitam alongar o tempo de utilização dos equipamentos sem prejudicar a qualidade de vida dos assalariados. O outro ângulo está relacionado ao enfraquecimento dos procedimentos de negociação entre os sindicatos, o patronato e o Estado.

A ótica neoliberal da exclusão do Estado desta negociação tem sido nociva também (e com agravantes) nos

países dependentes, onde o desemprego apresenta características particulares e vem se agravando diariamente.

O trabalho criou o homem

O tema, contudo, não é uma preocupação recente, dos tempos neoliberais. Marx e Engels, contemporâneos do velho liberalismo, já examinavam o amadurecimento da grande indústria sob a ótica da introdução de máquinas que substituem tendencialmente o trabalho humano e transformam o trabalhador em apêndice desta maquinaria, eliminando sua condição de sujeito da produção. José Carlos Ruy, em artigo nesta revista, aborda o tema à luz dos Manuscritos de 1844. Nesta obra, escrita há século e meio, Marx verificava que “graças a novas forças motrizes e máquinas aperfeiçoadas, o trabalho de 250 a 350 dos antigos operários” passava a ser feito por um só na indústria têxtil.

É o que acontece hoje, em tempo acelerado, nas indústrias mais modernas e automatizadas, mas, naquele momento, a produtividade alcançada já permitiria uma grande redução na jornada de trabalho - que era, então, de 12 horas diárias ou mais. Diz Marx: “Calculou-se na França que, dado o atual nível de produção, uma jornada média de cinco horas para todos os capazes de trabalhar, bastaria para a satisfação de todos os interesses materiais da sociedade”. Mas a economia de trabalho realizada pelo advento de novas tecnologias surtiu um efeito inverso, aumentando a jornada de um contingente que Marx estimou em “numerosa população”, lançando outros tantos no desemprego e na miséria, incorporando, com salários inferiores, legiões de mulheres e crianças à força de trabalho ativa.

Para Marx e Engels, esta lógica se submete a uma concepção, uma síntese histórica. Nela, o trabalho cria o homem, amplia sua capacidade de in-

tervenção diante da natureza e sua capacidade produtiva, fundamenta em primeira instância as relações sociais, determina a posição individual na produção direta, na gestão da riqueza produzida em comum e na parcela que cabe a cada um. A expressão coletiva desse trabalho, em toda a sua hierarquia, é a força produtiva social de todos os homens, embora o advento da apropriação privada passe a alienar os trabalhadores, subjugando-os. Assim, Marx constata: “A decadência e o empobrecimento do operário são produtos de seu trabalho e da riqueza por ele produzida”. E afirma também: “O operário é tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e volume”.

Marx concluía, desse modo, já naquele momento, que o aumento da capacidade de trabalho, com o progresso técnico que gera instrumentos de produção cada vez mais sofisticados, cria as condições objetivas para que todos possam trabalhar menos. E oferecia as bases para o pensamento que considera a redução da jornada como uma luta fundamental dos trabalhadores, que devem conduzi-la em contraponto à lógica da acumulação do capital. Ou seja: reduzir o tempo de trabalho, sem perdas e sem elevação de produtividade, são precondições para que os trabalhadores não levem a pior no confronto com o capital.

Nas circunstâncias atuais - de expansão sem fronteiras do capital -, o desemprego é um fenômeno que cresce em escala planetária ao sabor da onda neoliberal. Não é, porém, uma inevitabilidade que independe da luta dos trabalhadores. Mesmo em condições desfavoráveis, deve ser compreendido como parte do confronto histórico entre o capital e o trabalho, apresentando características particulares em cada país.

INÁCIO ARRUDA é deputado federal pelo PCdoB/CE. LUIZ CARLOS ANTERO é jornalista e sociólogo.

Depois da revolução no ex-Zaire, aparece uma outra África

A derrota de Mobuto, no ex-Zaire, gerou uma crise que, pela primeira vez, desde os anos 60, foi resolvida pelos próprios africanos, alterando completamente a geopolítica do centro da África

PHILIPPE LEYMARIE

Ea influência africana?, pergunta um tanto irritado o ex-presidente da Tanzânia Julius Nyerere, um dos "sábios" mais prestigiados da África, considerando como "intolerável e inaceitável" a redução do drama histórico em marcha na África central a uma luta de influências entre americanos e franceses (1).

Na realidade, a história vai registrar que, pela primeira vez desde o fim da guerra fria, uma crise de grande amplitude como a do Congo-Zaire foi solucionada pelos próprios africanos. E principalmente pelos da África Austral e do Leste, com forte implicação diplomática de Pretória, que se colocou imediatamente como parceiro privilegiado e mesmo "padrinho" do novo poder. Ela vai registrar também que, pela primeira vez nos anos 90, uma rebelião armada inverteu em alguns meses um confronto de forças, teve êxito onde todos haviam fracassado, numa advertência aos que, ocupados em atrasar os prazos, a trapacear com as leis e Constituições, e a maltratar suas oposições, podem de agora em diante se defrontar com opiniões públicas em busca de "seu" Kabila...

É mesmo uma "outra África" (2) que tenta se impor no cenário conti-

ental, com novos parâmetros: menor atenção às divisões territoriais e recortes ideológicos que favoreceram os tempos áureos e a paralisia da Organização da Unidade Africana (OUA). A ascensão dos desafios em torno das matérias primas minerais, tornadas novamente essenciais à medida que os outros recursos econômicos do continente se esgotavam, sob efeito do desmoronamento dos créditos dos produtores agrícolas, da demografia, da desertificação, etc.

Ela também é marcada pelo deslocamento dos eixos geopolíticos para leste - África central, oriental e do leste, novos barris de pólvora - e o sul - uma África austral pacificada, exceção feita à permanente possibilidade de novos conflitos em Angola. Uma oscilação de influência que favorece os Estados "mineiros" (África do Sul, Congo-Zaire, Namíbia, Angola, Zâmbia) e vai em direção ao mundo cultural swahili, em direção ao Oceano Índico e à Ásia, em detrimento dos "petroleiros" (Gabão, Congo-Brazzaville, Camerum, Nigéria) e da África do Oeste (3).

Uma África encarnada por uma nova geração de dirigentes - etíopes, eritreanos, ugandeses, congoleses, sul-africanos (4) - às vezes legitima-

dos pela luta armada de libertação contra a ocupação estrangeira ou contra regimes impopulares. Mais pragmáticos, mais dirigentes do que profetas, combinando às vezes - com eficiência - economia liberal e partido único (5). Para muitos deles, como assinala o historiador britânico Basil Davidson, a primeira fase da independência teria sido uma espécie de impostura (6). Eles se sentem mais naturalmente próximos da cultura e das redes de negócios anglo-saxões, portanto mais diretamente envolvidos com a globalização.

Os dirigentes dessa "nova ordem" têm em comum uma homogeneidade comportamental e de pensamento, longe, por exemplo, das fragmentações político-linguísticas alimentadas por muito tempo pelas antigas potências coloniais. Alguns - Uganda, Ruanda, Angola e mesmo Zâmbia - tentaram com sucesso, graças à crise do Zaire, uma diplomacia secreta, inclusive armada, para inverter o destino de um dos gigantes da África, preso há sete anos em uma transição política bloqueada, às voltas





com um ditador que se tornou o símbolo internacional de uma África detestada ou desprezada. Para essas equipes dirigentes, o continente - longe do afro-pessimismo ocidental - lançou-se justamente a um "renascimento", expressão que impressionou na cúpula da

OUA, de 2 a 4 de junho, no Harare (Zimbawe) (7).

Após o extermínio, em Ruanda, em 1994, de centenas de milhares de tutsis, semelhante aos grandes genocídios do século (armênio, judeu, cambojano), essa "volta ao Congo", em maio de 1997, terá a configuração de uma verdadeira revolução, na região dos Grandes Lagos africanos e em todo o continente.

O desmoronamento do "sistema Mobutu" e o "efeito Kabila" terão conseqüências duráveis sobre os últimos aliados do marechal. Jonas Savimbi, líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), durante décadas usou o sul do Zaire como base de retaguarda. Em troca, emprestou centenas de combatentes, nos meses anteriores à queda de Mobutu, para tentar deter o avanço dos homens da Aliança das Forças Democráticas de Libertação do Congo, correndo o risco de prejudicar sua frágil reconciliação com o presidente angolano Eduardo dos Santos. Agora, está mais isolado do que nunca, privado daquele asilo(8). Daniel Arap Moi, o chefe de Estado queniano, que imprudentemente acusou os protagonistas da crise do Zaire de estar "mais interessados nas riquezas desse país do que no seu bem-estar", já foi tratado por Laurent-Désiré

O desmoronamento do "sistema Mobutu" e o "efeito Kabila" terão conseqüências duráveis sobre os últimos aliados do marechal

Kabila como "outro Mobutu, desgastado pelo poder e o roubo (9)". O presidente do "pequeno" Congo, Pascal Lissouba, também era próximo ao ex-marechal. Seu país, desestabilizado pelo afluxo de refugiados ruandeses ou ex-zairenses, entrou a 5 de junho último em uma guerra civil comparável à de setembro de 1993 a fevereiro de 1994, que fez duas mil vítimas em Brazzaville. As milícias dos três candidatos à eleição presidencial, prevista para o dia 27 de julho, enfrentam-se nos combates, usando armas pesadas (10) - no fim de outubro, Lissouba foi deposto pelos guerrilheiros do ex-presidente Denis Sassou Nguesso - nota da redação de *Princípios*.

Aconteceu o mesmo no pequeno mundo dos chefes de Estado de influência francesa moderada - entre os quais o presidente de Camerum, Paul Biya, então presidente-fantasma em exercício da OUA -, que nada pode fazer para ajudar a resolver a crise, a não ser reunir muito tarde - como um sindicato de dinossauros exaustos -, em torno de Mobutu, por iniciativa do presidente do Gabão, Omar Bongo, para apadrinhar uma última e ridícula manobra (11), imediatamente varrida pela entrada em Kinshasa dos "pequenos homens verdes" da Aliança rebelde.

Essa impotência dos francófonos foi semelhante à da sua "madrinha", a França, privada não só de uma política mas também de credibilidade durante a crise na região dos Grandes Lagos. O governo francês ficou reduzido a reclamar sozinho, no vazio e sem descanso - de novembro de 1996 até a entrada dos rebeldes na capital, a 17 de maio último -, uma intervenção militar-humanitária. E ficou prisioneiro de uma incompreensível teimosia em apoiar Mobutu, qualificado de "incontornável" até algumas semanas antes de sua queda (12).

No campo dos vencedores, estava Laurent-Désiré Kabila, extraordinário sobrevivente das lutas das pri-

meiras horas da independência, e irresistível “derrubador” do regime zaireense, graças a uma tática especialmente eficaz: primeiro a destruição dos campos de refugiados ruandeses de Leste, depois a tomada do controle das minas do sul e do Centro, e a entrada nas cidades principais. Nesse campo estavam também, principalmente, seus “mentores” militares e políticos, os governos ugandense, ruandês e burundês. Os planos de guerra foram estabelecidos em Entebbe e Kigali; um grupo treinado foi emprestado à Aliança, além de armas, munições e unidades militares enviadas para operar diretamente, principalmente nas zonas fronteiriças. E também os aliados militares discretos (os governos angolano e zambiano), seus protetores de prestígio (Nelson Mandela e o antigo presidente da Tanzânia, Julius Nyerere) ou distantes: os Estados Unidos multiplicaram os sinais de acomodação, abriram o caminho para suas companhias de mineração, convenceram o Marrocos a não auxiliar mais uma vez seu “amigo” Mobutu, e conseguiram evitar o desencadeamento de uma operação militar internacional suscetível de deter a marcha dos combatentes da Aliança.

Haverá um “preço a pagar” pelo apoio ruandês: a destruição dos campos, a orientação dos refugiados para uma volta forçada ao país, que provocou o espetacular êxodo de dezembro de 1996, ou a fuga desesperada nas florestas do Leste e, para alguns, até as fronteiras da África Central e do Congo-Brazzaville, a dois mil quilômetros, sempre ameaçados pela possibilidade deixada aos comandos especiais ruandeses - composta de tutsis - de “acertar suas contas” com os hutus, vingança que atinge mulheres, velhos e crianças, com o assassinato ou “desaparecimento” de dezenas de milhares.

“O efeito Kabila”, a auréola do guerrilheiro-libertador, parece ter provocado o envelhecimento de estrutu-

ras de poder africanas numa época onde o ajuste econômico imposto pelo FMI e a aplicação mecânica das receitas da democracia ocidental deixam pouco espaço para o heroísmo. A dignidade reencontrada, o chamamento do espírito de Patrice Lumumba (13), a manutenção da unidade de um gigante que parecia condenado à decomposição, são acompanhadas minuciosamente de uma recomposição regional. Dotados de potencialidades naturais e humanas consideráveis, os principais países da África Central, Oriental e Austral esboçam um “mercado comum africano”, defendido - na cúpula da OUA - pelo presidente de Uganda, Yoweri Museveni, que poderá apagar as fronteiras entre anglófonos e francófonos: “O grande vazio no meio da África acaba de ser preenchido. Pode-se construir estradas de leste a oeste, do norte ao sul (14)”.

Para uma grande parte dos regimes do “renascimento africano”, cuja tendência é repelir a democracia como uma “idéia ocidental”, o pluralismo político não é em si um parâmetro universal: as eleições - um luxo fora de alcance se não existirem condições mínimas de bem-estar - não são o vetor obrigatório da representação social e da divisão do poder.

Um dos seus

principais líderes, Yoweri Museveni apoiou a proibição dos partidos políticos no Congo, considerando que eram “sectários” e constituídos sobre “bases tribais”: é o momento, diz, da África sair desse estágio “característico dos países pré-industrializados (15)”. Uma concepção retomada, com mais reserva, pelo antigo presidente Julius Nyerere: “Nossos amigos ocidentais devem parar de nos dar lições... Nós vamos começar com eleições relativamente livres e democracias relativamente livres (16)”.

“Implosão”, “perda da razão”, “suicídio”: a batalha entre as milícias - “cobras” e “zulus” - no Congo-



Refugiados Ruandenses. Dezembro, 1996

Brazzaville, desde 5 de junho último, tendo como fundo a disputa entre as etnias e o petróleo, antecipou o veredito eleitoral, ao qual nenhum dos dois principais contendores parecia aceitar se submeter, num país onde “a consciência nacional se atomizou em regiões, tribos e irmandades” (17). Isso constituiu um outro choque, tocando novamente no âmago do sistema franco-africano, centrado a alguns anos nas “transições”, nas eleições, e na defesa das “novas democracias”. O conflito de Brazzaville, da “França livre”, com seu viés anti-francês - vindo depois dos repetidos motins na África Central e das contestações eleitorais no Mali ou na Nigéria - corre o risco de marcar simbolicamente o fracasso da “democracia” importada.

“Destruição”, “isolamento”, “abandono”, “desastre”, “fiasco”, esse “fracasso” da França na África - segundo as manchetes em moda nesses últimos meses na imprensa - é fruto de concepções geopolíticas antiquadas, centradas na defesa direta dos interesses petrolíferos, no isolamento do Islã, até mesmo no “avanço anglo-saxão”. A contradição tornou-se insustentável entre os fundamentos de uma política apresentada como universalista e generosa e os impecilhos postos à circulação e ao comércio (exigência de passaportes e vistos, expulsões de africanos por vãos fretados, etc). Ou o imobilismo de um dispositivo militar intacto desde as independências e de uma diplomacia muito tempo dividida entre múltiplos centros de decisão, algumas vezes privados, muitas vezes secretos, sempre concorrentes.

Crise de Confiança

É também uma crise de confiança depois de ter abandonado a seu destino regimes amigos, da desvalorização “histórica”, em janeiro de 1994, do franco CFA, e do abandono

do “fardo do homem branco” aos peritos das instituições de Bretton Woods, como o FMI. E a paralisia, nesses últimos anos, de uma rede de forças e de bases militares única no gênero, que era considerada perita em “resolver problemas”, de “apagar incêndios” e desencorajar as veleidades de desordens nos países do “campo”, mas cuja única missão inteligível parece ter sido a retirada dos cidadãos europeus (18).

Os socialistas franceses querem fazer evoluir essa política africana desastrosa, um sistema de relações “que tem resquícios de colonialismo”, segundo o novo Secretário de Estado para a Cooperação (19), que não tem mais condições de antecipar as crises e de contribuir para regulamentá-las nem assegurar à França uma credibilidade suficiente junto às novas potências do continente - a África do sul, o Egito, a Nigéria, no futuro a República Democrática do Congo.

Tendo que dividir o governo com um presidente de direita, no quadro de “coabitação”, os socialistas franceses tiveram que renunciar, por exemplo, a integrar o Ministério da Cooperação ao das Relações Exteriores, uma de suas antigas bandeiras, que daria forte sinal de “normalização” das relações franco-africanas. Mas, “com a faca na mão aos pés do altar, eles recuam sem ousar executar o sacrifício”, escreve Jeune Afrique. “Por que mexer no símbolo e amedrontar os últimos fiéis africanos que ainda acreditam, ou fingem que acreditam, que a França os protege?” (20).

Os novos dirigentes franceses ainda esperam tirar a política africana do “domínio reservado” onde esteve confinada desde o início da Quinta República.

Muitos fatos, nesses últimos meses, mostravam que o desejo de uma “pax” africana começa a tomar corpo: as intervenções de países “amigos” para facilitar a mudança de regime no ex-Zaire, a tentativa do

exército nigeriano - sob a bandeira do Ecomog, a força oeste-africana da intervenção - para restaurar o regime civil em Serra Leoa; a instalação, após os motins na África Central, de uma missão para a aplicação dos acordos de Bangui (Missab); ou as primeiras manobras em comum dos países da África austral, em abril deste ano, no Zimbábue, para provar a aptidão dos africanos em montar operações de paz sem ajuda ocidental. Paralelamente, Paris, Washington e Londres calaram suas divergências concluindo discretamente, a 23 de maio, um acordo sobre a ajuda a alguns países africanos “voluntários e capazes de fornecer no mínimo um batalhão” (21).

A concorrência entre a França e os Estados Unidos no continente negro - outro dado político novo, depois de décadas de complementaridade durante o confronto Leste-Oeste, quando Washington deixava para Paris a incumbência de ser o “policia da África” (22) - leva a capital francesa a imaginar novas formas de parceria, para que não se perpetue a situação paradoxal evocada pelo secretário de Estado francês para a Cooperação, Charles Josselin: “A França traz o principal para a ajuda, mas são os Estados Unidos que recuperam as bases econômicas” (23).

O antigo secretário de Estado americano Warren Christopher, durante sua primeira visita à África, em outubro de 1996, chocou certamente o lobby “França-África” declarando “ultrapassada a época em que a África podia ser dividida em zonas de influência”. Mas ambos reconhecem que há muitas “coisas por trás disso”: “objetivamente, eles têm razão”, afirma o antigo ministro da Cooperação, Jacques Godfrain, que tinha polemizado fortemente com o chefe da diplomacia americana. “A partir do momento que nós preconizamos a abertura da África, que estendemos à zona francesa os critérios do FMI e

do Banco Mundial, era de se esperar que acontecesse isso" (24).

É espantosa no entanto a facilidade com que a diplomacia americana conseguiu "juntar pedaços" na África, e apoiar sem complexos um "revolucionário" como Kabila, em vez de um dos antigos cruzados do Ocidente, o presidente Mobutu Sese Seko, "criação" da CIA. Mesmo se, como o indicava cruamente em abril último o porta-voz do Departamento de Estado, "a razão de ser da amizade com ele acabou junto com a guerra fria".

É certo que nesses últimos anos, "escolhendo" também os ex-guerrilheiros Zenawi na Etiópia, Museveni em Uganda ou Afewerki na Eritreia, Washington parece ter seguido principalmente seu único grande objetivo geopolítico africano: o isolamento e se possível a desestabilização do Sudão islâmico, agindo sobre o conjunto dos seus vizinhos, ainda que com o risco de um conflito geral da parte oriental do continente (25).

Para Washington, o essencial é a abertura dos mercados, ainda inexplorados devido ao habitual arsenal de leis, planos, fóruns, preferências alfandegárias, acordos de livre-comércio. Uma conferência sobre a África, organizada por um lobby afro-americano em nome de "laços emotivos" com o continente, precedeu por alguns dias a cúpula dos 8 Grandes (G8) em Denver (Colorado), de 20 a 22 de junho, onde o presidente Clinton lançou pela primeira vez uma "proposta para a África". E cada ano, agora, uma "cúpula africana afro-americana" celebra, paralela à grande "missa" política da cúpula anual franco-africana, as virtudes da "volta" dos homens de negócios americanos à terra de seus antepassados, mesmo que - por enquanto - esse intercâmbio só represente 1% do comércio exterior americano...

PHILIPPE LEYMARIE é jornalista na Radio France Internationale, Paris. Este artigo foi publicado originalmente em *Le Monde Diplomatique*, julho de 1997. A tradução é de Nair Almeida Salles.

NOTAS

(1) *Le Monde*, 21 de maio 1997. A transferência do poder no Zaire foi "do começo ao fim um assunto africano, e os ocidentais ficaram quase impotentes", notou o ex-presidente da Tanzânia.

(2) *L'Autre Afrique* é o título de um novo semanário pan-africano editado em Paris desde maio de 1997.

(3) Olivier Vallée, *Les Gemmocraties: l'économie politique du diamant africain*, Deselée de Bronwer, Paris, 1997.

(4) É o caso de Thabo Mbeki, vice-presidente sul-africano, provável sucessor do presidente Nelson Mandela.

(5) Flora Lewis, *The International Herald Tribune*, Paris, 30 de maio 1997.

(6) Basil Davidson. "Kabila, une chance pour l'Afrique", *Jeune Afrique*, 14 de maio 1997.

(7) As duas estrelas foram o presidente sul-africano, Nelson Mandela e o novo presidente da República Democrática do Congo, Laurent-Désiré Kabila.

(8) François Soudan, "Après Mobutu, Savimbi?", *Jeune Afrique*, 11 de junho 1997. Houve combates entre forças da Unita e soldados do exército angolano no início de maio na província diamantífera de Luanda Nome. E, em Luanda, a recente coalisão governamental parecia fragilizada com cenas de pugilato na Assembleia Nacional, a 11 de maio.

(9) Agência de Notícias do Quênia, 19 de abril 1997.

(10) Os três candidatos são Pascal Lissouba, atual presidente, Bernard Kolelas, prefeito de Brazzaville e Denis Sassou Nguesso, ex-chefe de Estado, que aspira fazer parte do pequeno grupo dos antigos presidentes "vermelhos" - "espectros transfigurados" que, como o general Mathieu Kerekoo, no Benin, ou o almirante Didier Ratsiraka, em Madagascar, voltaram ao cenário políti-

co em um quadro institucional agitado e graças a eleições.

(11) Tratava-se, em acordo com Paris, de favorecer o ressurgimento tardio de uma "terceira força", entregando o poder ao antigo presidente do Parlamento de transição, Monsenhor Monsengwo, arcebispo de Kisangani.

(12) Esta tese do chefe da diplomacia francesa da época, Hervé de Charente, de março de 1992, foi muitas vezes lembrada pelos críticos da política africana da França.

(13) Elikia M'Bokulo, "Aux sources de la crise zairoise", *Le Monde Diplomatique*, maio de 1997.

(14) Agência France-Presse, despacho de Kinshasa, 30 de maio 1997.

(15) Yoweri Museveni homologou por um referendo, em Uganda, a suspensão dos partidos políticos.

(16) *Le Monde*, 21 de maio 1997.

(17) Stephen Smith, "L'implosion prévisible d'un peuple à la dérive", *Libération*, 9 de junho 1997.

(18) Inger Ostendhl, *La France dans l'Afrique de l'après-guerre froide: interventions et justifications*, Nordic Africa Institute, Uppsala, 1997. A "proteção aos refugiados" serviu por muito tempo como biombo para intervenções políticas, como demonstra este estudo de intervenções francesas no Gabão, Togo, Zaire e Ruanda.

(19) *France-Inter*, 11 de junho de 1997.

(20) Philippe Gaillard, "La coopé est toujours debout", *Jeune Afrique*, 11 de junho de 1997.

(21) *Libération*, 6 de junho 1997.

(22) Michèle Maringues, "France et Etats-Unis en Afrique", *Le Monde*, 11 de junho 1997.

(23) Conferência no *Le Monde*, 14 de junho de 1997. Levando em conta a porcentagem de seu produto nacional, a França gasta em ajudas diversas para a África dez vezes mais que os Estados Unidos.

(24) Conferência em *Politique Internationale*, nº 75, Paris, verão 1997.

(25) Jean-François Bayart, *Le Nouvel Observateur*, 15 de maio 1997.

LANÇAMENTO!

O Grande Salto Atrás -
*reportagem numa Rússia
de ruínas e esperança,*
de Henri Alleg.

O livro que desvenda quem
são, o que fazem e o que
pensam os comunistas
russos do final do milênio;
e como interpretam as
situações que precederam
a proibição e dissolução
do PCUS, partido que
chegou a ter cerca de 20
milhões de filiados.
Leia mais na entrevista
com Miguel Urbano
Rodrigues, nesta edição
de Princípios.

RS 35,00

Peça agora mesmo, através
do cupom abaixo.

Ou ligue 011 289 1331.

LANÇAMENTOS Anita Garibaldi

Agenda CHE 1998

Capa percalux (cor preta) e ilustração prateada.
384 páginas, 12 fotos, biografia do revolucionário
latino-americano, poemas e textos do próprio CHE
sobre universidade, juventude e revolução.



\$ - de 11 a 50 ex. = RS 12,50 - de 51 a 100 ex. = RS 11,00
\$ - de 101 a 200 ex. = RS 10,00 - acima de 200 ex. = RS 9,00

Adquira já a sua! Valor unitário **RS 18,00.**

Cadernos Negros nº 20

Contos Afro-Brasileiros

Edição comemorativa!

Há 20 anos o *Quilombhoje* edita Cadernos Negros e há

quatro anos é lançado em parceria com a **Anita Garibaldi.**

Traz neste número contos de Abilio Ferreira, Aristides Theodoro,

Cuti, Éle Semog, Esmeralda Ribeiro, Fausto Antônio, Henrique

Cunha Jr, Iracema Mendes,

Kasabuvu, Lepê Correia, Lia Vieira, Márcio Barbosa,

Miriam Alves e Wil Martinez.

Apenas **RS 16,00!**

Peça pelo cupom abaixo.

CUPOM PARA PEDIDO - ED ANITA GARIBALDI / P47

Desejo receber as publicações assinaladas abaixo.

O pagamento será feito de acordo com a opção assinalada.

Título	Quantidade	Valor
Agenda CHE 98 - Valor Unitário R\$ 18,00		
Livro O Grande Salto Atrás - R\$ 35,00		
Cadernos Negros nº 20 - R\$ 16,00		
Assinatura revista Princípios (4 edições) - R\$ 30,00		
Assinatura revista Princípios para o Exterior - US\$ 40,00		

Forma de pagamento:

Valor total: R\$ _____

Cheque nominal à Editora Anita

Vale Postal para Agência Brigadeiro/SP

Depósito em conta - Banco Itaú, Agência 0251 c/c 48.678-3

Cartão *Credicard/Diners* ou *VISA* nº _____ Validade ____/____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: (____) _____ Profissão: _____

Data e Assinatura: ____/____/____ _____

**DÚVIDAS, LIGUE
(011) 289 1331**



Anita Garibaldi

A história não chegou ao fim

POR MIGUEL URBANO RODRIGUES

O escritor e jornalista francês Henri Alleg é um veterano comunista. Foi diretor do diário argelino Alger Republicain e secretário de redação de L'Humanité, órgão central do Partido Comunista Francês; publicou os livros La Question (editado no Brasil sob o título A Tortura), SOS América, Réquiem por Tio Sam, e O Século do Dragão (traduzido também em Portugal). Preso durante a guerra da Argélia, foi torturado pelo Exército francês e seu depoimento, reunido em La Question, motivou um manifesto de solidariedade assinado por Jean Paul Sartre, François Mauriac, Roger Martin du Gard e Gabriel Marcel. Foi um sucesso mundial. Seu último livro, Le Grande Bond en Arrière (O Grande Salto para Trás) é uma reportagem sobre a Rússia devastada pela revolução. Hoje, Alleg é uma das personalidades mais destacadas da corrente que vê com apreensão os rumos que o PCF vem tomando atualmente.

Você acaba de publicar um livro que intitulou *O grande pulo para trás* (*Le grand bond en arrière*) no qual são abordados alguns problemas da Rússia atual sob uma ótica bem diferente daquela que existe habitualmente no Ocidente. O que aconteceu com os milhões de comunistas que eram membros do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)? Em que os comunistas de hoje diferem dos de outrora? Qual é a estratégia imediata do Partido Comunista da Rússia?

Henri Alleg - Uma das minhas maiores preocupações, ao escrever este livro, era de mostrar que, ao contrário da idéia comum cultivada hoje pela maior parte da mídia, não chegamos "ao final da história" com a queda da URSS e nem o sistema capitalista é eterno, apesar de sua aparente solidez. A despeito da bancarrota da União Soviética (cujas causas, conseqüências e lições ainda não foram estudadas), a intensa atividade dos comunistas, o lugar que ocupam na vida política do país (com mais de 40% de votos nas eleições presidenciais e uma esmagadora maioria de deputados no Duma) seriam as provas suficientes, se fosse preciso provar que "o comunismo não morreu". Nem na Rússia, nem alhures.

No entanto, é preciso assinalar a diminuição gritante do número de filiados das organizações comunistas russas (como você sabe, há vários partidos) em relação ao efetivo do antigo PCUS. Só na Rússia havia 10 milhões de filiados. Hoje, só o partido mais importante, o Partido Comunista da Federação da Rússia (PCFR), que representa mais de quatro quintos do conjunto de militantes, conta com uns 500.000 membros. Portanto, ele só conta com um filiado em 20. Isso não significa que os demais 19 não fossem verdadeiros militantes, mas, de qualquer forma, indica que era grande a proporção dos oportunistas e carreiristas. Hoje, o PCFR se esforça em reagrupar os verdadeiros comunistas e reconstituir um partido sólido e renovado que levará em conta as lições do passado. Ele luta para impedir que Ieltsin e seus partidários liquidem com todos os valores conquistados pelo socialismo, ao mesmo tempo que tenta juntar as Repúblicas que constituem a União Soviética e criar uma ampla frente patriótica contra o imperialismo estrangeiro que, com a cumplicidade de diversas máfias internas, saqueia o país e tenta colocá-lo sob sua tutela econômica e política.

Dois observações podem ajudar a dar idéia da extensão da catástrofe que já se abate sobre a Rússia: a produção teve uma queda de 40/50 e até 70% nos setores-chave da indústria em relação a 1990, e a expectativa de vida diminuiu em seis anos entre 1989 e 1996, passando de 64 para 58 anos entre os homens. Sem falar dos outros desastres - que eu cito no livro - da falência dos serviços de saúde e educação que eram o orgulho dos soviéticos, do aumento do número de suicídios, do aumento da prostituição e da droga, flagelos quase inexistentes na antiga URSS, do crescente aumento da miséria e da criminalidade, etc.

Como reage o povo russo às humilhações impostas ao país pelo imperialismo americano? Como ele reage ao cerco da OTAN? Ainda existe aquele vivo sentimento de dignidade nacional?

H - Sim, e está bem patente. A ponto de Ieltsin e aqueles que governam com ele, apesar de terem demonstrado sobejamente seu servilismo a Washington, para não correrem o risco de se isolarem completamente do povo, virem-se obrigados a renegar - pelo menos publicamente - a política americana no que se refere ao cerco da OTAN até as fronteiras da Rússia. Com exceção de um grupo de pessoas dispostas a tudo, inclusive à traição de seu país, se puderem tirar vantagem, pode-se dizer que todo o povo russo considera a atitude política e militar americana um insulto e uma ameaça direta à sua segurança e independência.

A visita do presidente da República Popular da China a Moscou pode ser interpretada como um passo em direção a uma atitude comum de resistência dos dois Estados às pretensões de hegemonia mundial de Washington?

H - É difícil prever de que forma irá se efetuar essa aproximação sino-russa. Mas é evidente que a China e a Rússia, qualquer que seja o estilo de seu sistema social atual e futuro, têm o mesmo interesse em enfrentar as ambições de dominação planetária que Washington não esconde mais. O maior questionamento surge quando se verifica que na liderança da Rússia as personagens temem muito mais o seu povo e um eventual retorno ao socialismo do que a ameaça que representa o imperialismo. Se fosse preciso, essas pessoas não estariam prontas a trair os interesses nacionais de seu próprio país para se mancomunarem abertamente com os EUA?

Você voltou otimista da sua visita à China? Como foi recebido o seu livro *Le siècle du Dragon* (O século do Dragão)?

H - Permita-me dar uma resposta evasiva. Não voltei com idéias tão precisas quanto as veiculadas pela maior parte da mídia a respeito da China, ou seja, que não dá para negar os seus incríveis progressos, desfrutados por uma minoria (o que não é verdade) e que, inevitavelmente, a China passará por uma grave crise que questionará todo o seu sistema ou então que ela se transformará aos poucos em um país capitalista. O que eu acho é que, se é verdade que a China ainda tem de resolver grandes problemas, e seus dirigentes têm consciência dos graves pe-

o grande interesse (e esperança também) que despertava a experiência chinesa.

Os Estados Unidos persistem em levar ainda mais longe a “estratégia da globalização”. Quais seriam as conseqüências de uma tal orientação para a humanidade toda e mais particularmente para o Terceiro Mundo?

H - Acho que basta examinar os sinistros resultados obtidos por essa orientação para perceber o alcance do desastre a que pode chegar. Permita-me citar a esse respeito o relatório anual do “Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas” (PNUD),

publicado em junho passado. Os números encontrados constituem uma condenação implacável da política imposta pelos EUA: “20% dos seres mais pobres do mundo” - diz o texto - “tiveram que dividir 1,1% da renda mundial em 1994, contra os 2,3% em 1960”. O que vale dizer que o distanciamento entre pobres e ricos aumentou ainda mais, passando de 1 x 31 em 1960, para 1 x 78 em 1994! Segundo esse relatório, 1,3 bilhões vivem na “pobreza absoluta”, ou seja, com menos de um dólar por dia. E onde estão esses pobres? Ninguém pode se surpreender ao ler que, basicamente, eles vivem nas zonas “tradicionais” de pobreza, isto é, na África, na América Latina e na Ásia. Mas a África, Ásia ou América não são as únicas. No Leste europeu e na ex-

URSS, em seis anos - de 1988 a 1994 - o aumento da pobreza (uma alta recorde de 700%!) constituiu “um fato sem precedentes na história da humanidade”, constata o PNUD. Um terço da população desses países - 120 milhões de habitantes - vive na miséria. Ao mesmo tempo, os relatores indicam que a supressão da miséria não é fruto de mera utopia. Bastariam, segundo apontam, 100 bilhões de dólares (ou seja, 10% dos gastos armamentistas mundiais) para acabar com a miséria da Terra.



S. Podgorkov

Sem falar dos outros desastres que já se abatem sobre a Rússia: a falência dos serviços de saúde, educação (...) o crescente aumento da miséria e da criminalidade. Na foto, acampamento de barracas na Praça Vermelha, Rússia

rigos que a ameaçam, ela é capaz também de enfrentar e de se manter na via social que seu povo escolheu há quase cinquenta anos. Eu também acho que é o que devem lhe desejar todos os homens progressistas do mundo. É nesse sentido que sou otimista. Foi o que quis dizer em *O século do Dragão*. Aqueles que fizeram a gentileza de o ler concordaram com essa maneira de pensar. Pude constatar isso principalmente em Portugal, onde o livro foi traduzido e teve uma recepção particularmente calorosa. Em diversos debates nos quais participei, pude verificar

O “pensamento único” que é denunciado hoje, na verdade, não passa de uma outra maneira de designar essa ideologia de dominação total, política, econômica, militar e cultural que a América acha que pode impor ao universo.

Você foi o diretor do *Argel republicano* (Argel républicain), um jornal que era a expressão de um jornalista revolucionário, algo muito raro hoje. Conhecendo bem a Argélia, como vê a atual crise? Para poder entendê-la, o que há por trás dos sangrentos episódios que dilaceram o povo que lutou com tanto heroísmo contra o colonialismo francês?

H - É uma tragédia para todos os amigos do povo argelino ver a situação em que está se debatendo. Eu só queria dizer, sem entrar no mérito das questões políticas internas do país, onde se desencadeia uma perversão integralista em primeiro lugar, que não dá para compreender isoladamente do estado geral da Argélia pós-independência. Apesar de suas riquezas, da força do movimento popular de liberação, a Argélia ainda não conseguiu se libertar da condição colonial e neocolonial. Como tantos outros países do Terceiro Mundo, ela está subordinada à ditadura do FMI e do Banco Mundial, sendo dizimada pelos mesmos males: pilhagem de suas riquezas pelo estrangeiro, miséria, desemprego e aumento da corrupção, principalmente entre aqueles que detêm postos-chave. Em tal cenário de desesperança para as massas populares, o terreno é fértil para o desenvolvimento de demagogias fascistas e de sangrentos desvios integralistas e obscurantistas, revestidos de uma forma tribal, nacionalista, racista ou de fanatismo religioso.

Você escreveu dois livros sobre os Estados Unidos: *SOS América!* e *Réquiem para o Tio Sam* (SOS America! e Requiem pour l’Oncle Sam). Você continua achando que os Estados Unidos não saíram de uma crise estrutural profunda? O atual reerguimento de sua economia seria puramente conjuntural?

H - Inicialmente, poderia-se fazer a pergunta: reerguimento econômico a favor de quem? Para o benefício das multinacionais, para Wall Street, para os já bilionários? No momento, a resposta é sim. Mas quando se trata da “outra América”, a dos pobres, brancos e negros, a resposta é não. Mesmo a baixa dos números do desemprego - como se proclama - é questionável,

pois sabe-se que são eliminados das estatísticas oficiais os há muito tempo desempregados, considerados “trabalhadores desanimados” (*discouraged workers*). Sabe-se também que as “novas” vagas de emprego são para cargos desqualificados e muito mal remunerados, aparentemente para substituir os de nível mais alto, que foram eliminados e que eram relativamente bem pagos; os números indicam um rebaixamento constante do nível de vida das camadas sociais menos favorecidas e de uma parcela cada vez maior das camadas médias. Acho que as contradições fundamentais que minam o sistema americano continuam e continuarão a ocorrer, mesmo havendo, em períodos mais ou menos longos, “remissões” conjunturais que não devem iludir. Não, o capitalismo americano não está “curado” de seus males.

O que você acha do bloqueio contra Cuba e de leis do tipo Helms-Burton e Amato?

H - Todos sabem, com exceção dos mais reles capachos do imperialismo, que os governos do mundo todo - inclusive aqueles que se alinham com Washington em outras circunstâncias - condenam a atitude criminosa dos EUA em relação a Cuba. Mesmo sancionadas pelo Senado, essas famosas “leis” aproximam-se muito mais dos métodos dignos de gângsteres que de um Estado civilizado, o qual, além do mais, arvora-se o título de defensor intransigente da moral universal e dos Direitos Humanos.

O que significa para você a revolução cubana?

H - O heróico povo de Cuba representa atualmente a honra e a esperança de todos aqueles que se recusam a abaixar a cabeça diante da arrogância, do dinheiro e da prepotência. O dever de todo anti-imperialista é ficar ao lado da revolução cubana, de defendê-la com todas as suas forças, como a seu próprio direito à vida e à liberdade.

Há quase dois séculos, na época em que, enfrentando a todos os seus inimigos, a revolução francesa derrubava reis e feudos, simbolizando o futuro, Thomas Jefferson disse: “Para todos os homens, sua primeira pátria é seu país, a segunda é a França”. Com o mesmo alento, acho que se poderia dizer que todo homem digno desse nome, todo verdadeiro revolucionário hoje também tem uma segunda pátria, e ela se chama Cuba.

MIGUEL URBANO RODRIGUES é jornalista.

Enfrentar a escalada neoliberal construindo ampla frente oposicionista nacional, democrática e popular

I - Situação Internacional

A crise do sistema capitalista

O mundo atual, cenário de grande desordem, desequilíbrio e instabilidade, caracteriza-se pelo agravamento dos antagonismos econômicos, sociais e políticos do sistema capitalista. A chamada nova ordem, globalizada e interdependente, apresenta-se como uma dolorosa e tumultuada transição histórica, durante a qual esse sistema, em prolongada decadência, promove brutal ofensiva contra a soberania das nações, os direitos dos povos, as conquistas das classes trabalhadoras, a paz e a democracia. Nas últimas décadas, em particular nos anos 90, o mundo tem passado por profundas transformações nas esferas econômica, social e política. A concentração e centralização do capital, que assinalaram o trânsito do sistema à etapa caracterizada por V. I. Lênin como monopolista-imperialista, alcançaram inauditas e impensáveis dimensões. Os 200 maiores conglomerados empresariais do mundo, em sua maioria pertencentes a grupos norte-americanos, japoneses e alemães, detêm quase a terça parte (8 trilhões de dólares) do PIB mundial (25 trilhões de dólares). O conjunto das relações econômicas e financeiras é governado por um seleto grupo de países imperialistas conhecido como G-7, que articula, coordena e orienta uma complexa rede de instituições internacionais, dentre as quais se destacam o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio (OMC), instrumentos da estratégia global desses países e simultaneamente palco em que se manifestam as irreconciliáveis contradições entre uns e outros. O domínio do capital financeiro, este fator tão poderoso que, segundo V.I. Lênin, submete mesmo as nações mais livres - outro traço distintivo do sistema capitalista na fase imperi-

alista - atinge o auge. Ao transferir fabulosos recursos para a esfera especulativa, o capitalismo põe a nu sua natureza parasitária, assim como seus limites e sua incapacidade para usar em favor do progresso econômico e social os espetaculares recursos de que dispõe. A humanidade assiste presentemente ao aparecimento de fenômenos novos no funcionamento do sistema capitalista, que, se bem não lhe alterem a natureza espoliadora nem lhe abram a possibilidade de sanar suas contradições inerentes, criam condições objetivas distintas daquelas vividas em períodos anteriores e cenários mais complexos para o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e dos povos. A internacionalização dos processos produtivos, sua "reengenharia" e "reestruturação", a "invenção" de novos métodos e formas de exploração da força de trabalho e extração da mais-valia, a descoberta de novos materiais, o advento de revoluções tecnológicas, com impactos importantes na produtividade, o aparente apagamento das fronteiras relativamente à alocação de investimentos e ao comércio, bem como a onipresença do mercado capitalista, supostamente abririam a possibilidade de superação das crises econômicas e configurariam o advento de uma nova fase de ulterior desenvolvimento, progresso, relançamento e apogeu do capitalismo. Não obstante, é mister constatar e compreender que, neste final de século, **o capitalismo está a braços com uma crise sistêmica crônica e prolongada**, a qual se manifesta através do progressivo declínio das taxas de crescimento, fenômeno que afeta indistintamente, embora de forma desigual, os países capitalistas, em particular os mais desenvolvidos. Este declínio, que traduz uma tendência à estagnação, vem sendo observado desde os anos 70, tendo acentuado-se nas décadas de 80 e 90. Se nos anos 60 a taxa de crescimento médio anual do PIB dos



países capitalistas mais desenvolvidos foi de 5%, nos anos 70 caiu para 3,6%, despencou para 2,8% na década de 80 e situa-se em torno de 2% na atual década. Esta continuada marcha declinante configura uma fase crítica, decadente, que não pode ser confundida com o movimento cíclico da reprodução social do capital e a crise de superprodução que lhe é característica. Atinge todo o sistema, contrastando com o período de relativa prosperidade ocorrido no imediato pós-guerra, quando chegou a criar-se uma situação de virtual pleno emprego (as taxas de desemprego oscilavam em torno de 1,5%) e as perturbações cíclicas então observadas podiam ser amenizadas pelos mecanismos reguladores de inspiração keynesiana. Na fase atual essa regulação tornou-se mais difícil durante as crises de 1974/76, 1980/82 e 1990/93, mais longas e de recuperação mais lenta e acidentada. O fato de não se ter manifestado ultimamente uma crise cíclica de superprodução, de surgirem situações conjunturais de crescimento como a que se verifica agora nos EUA, e surtos de desenvolvimento em determinadas regiões, como no Sudeste asiático, não anula a existência da crise sistêmica, antes confere-lhe novas características.

Na base da crise sistêmica encontra-se a tendência à queda da taxa média de lucro, provocada pelas revoluções na composição orgânica do capital impulsionadas pelo avanço da produtividade, lei tendencial do modo de produção capitalista analisada por Karl Marx em *O Capital*. A crise constitui um componente essencial do sistema capitalista. A reprodução capitalista requer o equilíbrio entre a produção e a circulação dos bens e serviços, entre a capacidade de produção e as possibilidades de venda, entre a acumulação de capital e o poder aquisitivo da população, o que se torna impossível no quadro da existência da contradição fundamental do capitalismo, entre o caráter social das forças produtivas e as relações de produção. Decorrencia desse fator, assim como do declínio continuado das taxas de crescimento, da acumulação de déficits fiscais e da exportação desenfreada de capitais no quadro de uma ulterior internacionalização da economia, manifesta-se com inusitada força como aspecto saliente da atual crise econômica o crescente parasitismo do sistema, cuja maior expressão é a transferência de colossais recursos para a esfera financeira-especulativa. Calcula-se que o montante de transações especulativas representa na atualidade cerca de 50 vezes o valor do comércio mundial. A cada 24 horas, 1 trilhão de dólares são transacionados nos mercados mundiais de moedas. Esse parasitismo influencia ainda mais o declínio das taxas de crescimento e reforça a tendência à estagnação, além de introduzir no cenário da crise econômica o explosivo ingrediente da instabilidade monetária, tornando uma possibilidade sempre factível o colapso das bolsas e a débacle financeira dos países que se tornam presas da ilusão de estabilida-

de ancorada no dinheiro volátil. O atual panorama da economia revela o esgotamento do tipo de desenvolvimento adotado pelos países capitalistas avançados nos anos 30 e intensificado no pós-guerra, que se expressa nos colossais déficits fiscais, cujo financiamento constitui sério obstáculo à reprodução capitalista. As taxas relativamente altas de crescimento de outrora viabilizaram tal modelo, permitindo o financiamento do Estado de bem-estar social, hoje em processo de desmonte acelerado.

As modificações na composição orgânica do capital e o avanço da crise aceleram o processo de concentração, centralização e expansão global do capital, traduzido por uma onda crescente de aquisições, fusões e mega-fusões de empresas. Como resultado, os efeitos da crise têm maior repercussão mundial, tornam-se mais devastadores, na medida em que passam a condicionar as políticas econômicas governamentais na maioria dos países. Para os países do Terceiro Mundo, este processo, facilitado e impulsionado pelas privatizações, tem significado o aumento do grau de desnacionalização e fragilização de suas economias. Os mega-monopólios desempenham papel predominante na vida econômica e são, em última instância, os principais fatores de estagnação e responsáveis pelo nível superior atingido pela internacionalização do capital e da produção. A exportação de capitais teve sua importância relativa elevada comparativamente à exportação de mercadorias, fazendo com que o domínio dos monopólios assumisse dimensão global sobretudo na esfera financeira. Nas condições atuais, o sistema financeiro mundial encarna o caráter crescentemente parasitário do capitalismo, constituindo uma espécie de bomba de sucção da mais-valia gerada pela exploração da força de trabalho.

O resultado mais dramático da crise é o crescimento extraordinário do desemprego, agravado pelo desenvolvimento tecnológico realizado em meio a desenfreada concorrência entre os oligopólios. O atual nível de desemprego supera o alcançado nos anos da grande depressão deflagrada em 1929 nos EUA. O desemprego e o subemprego, de acordo com a OIT, atingem hoje 820 milhões de trabalhadores. Na União Européia, o número de desempregados beira os 20 milhões, enquanto nos países da OCDE (organização que reúne os 24 países mais desenvolvidos do mundo) o desemprego cresceu de 10 milhões em 1970 para mais de 35 milhões em 1995. Expressão maior da crise econômica, o desemprego é, por decorrência, o mais grave problema social por ela gerado. Revela a crescente ineficiência do sistema capitalista na utilização dos recursos colocados à disposição da humanidade pelo progresso das forças produtivas e o desperdício do que, como Karl Marx viu e previu magistralmente, constitui a principal força produtiva da economia moderna - a força de trabalho.

Em contraste com as imensas possibilidades de desenvolvimento material e espiritual da sociedade humana, produzidas pela revolução técnico-científica, a época atual constitui pesada ata de acusação ao capitalismo, incapaz não só de promover esse desenvolvimento, como de oferecer os mínimos meios de subsistência a gigantesca parcela da população do planeta. Mais: o capitalismo é um freio ao desenvolvimento e ao progresso social. Condena milhões e milhões de pessoas à fome, à miséria, à indigência. Retira-lhes a perspectiva de vida, ensombrece-lhes o horizonte, atira-as à marginalidade e à exclusão da atividade produtiva, do consumo, da educação, da fruição da cultura e do entretenimento. Como nunca, o sistema capitalista concentra riquezas num pólo da sociedade e aumenta a pobreza no outro. A quinta parte da população do globo que vive nos países pobres recebe 1,4% do rendimento mundial, enquanto a quinta parte que vive nos países ricos abocanha 85% desse rendimento. Os 358 multimilionários mais ricos do mundo possuem uma fortuna que se iguala aos rendimentos anuais de 45% da população mundial (2 bilhões e 300 milhões de pessoas). Também nos países capitalistas mais desenvolvidos observa-se o alastramento da pobreza. Nos países da OCDE mais de 100 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza. Na União Européia atualmente 55 milhões de pessoas são consideradas pobres. **Enquanto se ouve a litania de um mundo marchando para a prosperidade, a concórdia social e o fim da luta de classes, nunca foi tão flagrante a contradição entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção e tão agudo o antagonismo entre o capital e o trabalho.**

O projeto neoliberal

O neoliberalismo emerge como projeto da burguesia e do imperialismo, num esforço - que só tem agravado as contradições do sistema, aumentado sua perversão e patenteadado sua irracionalidade - visando a escapar da crise e prolongar por certo tempo histórico seu domínio sobre o mundo. O neoliberalismo, que vem sendo aplicado desde os anos 70 e com maior intensidade desde o início dos anos 80, constitui uma "solução" pretensamente global, implementada, segundo as particularidades nacionais e regionais, na esmagadora maioria dos países do mundo. Tendo adquirido ares de verdade absoluta e obstinada após as derrotas sofridas pelo socialismo, o neoliberalismo segue a lógica histórica do capitalismo de maximizar os lucros dos grandes monopólios do capital financeiro, através de impiedosa e voraz espoliação dos povos, das nações dependentes e das massas trabalhadoras. Num momento em que o pensamento único dominante pretende ser a política neoliberal o meio para sair da crise, vale lembrar as palavras de Marx e Engels no *Manifesto Co-*

munista, obra-prima do socialismo científico cujo sesquicentenário a humanidade progressista comemorará no próximo ano. Segundo eles, o capitalismo só poderá sair da crise "preparando crises mais extensas e mais violentas e diminuindo os meios para preveni-las".

A política neoliberal prevê uma ampla desregulamentação e liberalização das regras de comércio e alocação de investimentos internacionais, a quebra de barreiras, a abertura das bolsas e de todos os setores da economia às multinacionais, embora seja preciso destacar que isto esbarra em contradições, como indicam as regras protecionistas, especialmente no setor agrícola, nos EUA, no Japão e na Europa.

É parte essencial do projeto neoliberal uma reestruturação do Estado, visando privatizações em massa, a redução de tributos sobre o capital e o desmanche do chamado Estado de bem-estar social. Nos países dependentes, a ofensiva do neoliberalismo nesse campo constitui séria ameaça à própria existência do Estado nacional. O neoliberalismo implica ainda, em patamar muito mais elevado, a subordinação do Estado aos interesses dos grandes monopólios, particularmente da oligarquia financeira. Nos países desenvolvidos o capitalismo monopolista de Estado manifesta-se com força através da transferência de parte crescente da renda nacional para pagamento das enormes dívidas públicas, cujos credores são os grandes monopólios do capital financeiro.

O neoliberalismo dirige uma ofensiva avassaladora contra os direitos dos trabalhadores, objetivando uma nova repartição do produto entre o lucro e o salário, revelando de maneira cristalina que a velha e perversa base em que se sustenta o sistema capitalista (a extração da **mais-valia**) continua a mesma. Medidas que resultam na redução drástica do padrão de vida dos trabalhadores são ingredientes comuns da receita neoliberal, observadas em todos os países em que é adotada. São iniciativas que implicam a derrogação de legislações trabalhistas e previdenciárias, conquistadas com heróicas lutas da classe operária, a elevação do nível de desemprego, bem como o desmanche da rede de seguridade social. A busca da maximização dos lucros das multinacionais dá-se através de um plano deliberado de arrocho dos salários, associado à degradação (precarização) das condições de trabalho, à eliminação de direitos e à destruição dos serviços públicos.

As potências imperialistas, agrupadas no G-7, têm um razoável consenso e unidade na imposição das políticas neoliberais ao resto do mundo, que para as economias nacionais dos países dependentes adquire sentido destrutivo, uma vez que muitas das regras das políticas econômicas inspiradas no receituário neoliberal são impostas num quadro em que as condições de competição e comércio são bastante desiguais. O resultado de tal política é o aumento do endividamento, da desnacionalização,



da dependência e da espoliação. Em benefício das grandes potências e em detrimento do desenvolvimento dos países dependentes, o neoliberalismo promove uma nova divisão internacional do trabalho, deixando como saldo uma parcial destruição do setor produtivo e em alguns casos a desindustrialização. Baseada na chamada teoria dos círculos concêntricos, a política neoliberal faz com que a produção de bens e serviços de maior densidade tecnológica se concentre nos pólos avançados do capitalismo, ao passo que às regiões mais atrasadas atribui-se a produção de bens que requerem baixa inversão tecnológica.

Tamanha ofensiva contra a soberania nacional dos países do Terceiro Mundo torna falaciosas e ilusionistas as prédicas, difundidas pelos centros de propaganda e elaboração teórica das potências imperialistas, de "inserção" das economias nacionais dos países dependentes na economia internacionalizada. A desindustrialização é fenômeno que se alastra por toda a América Latina, após a implementação das chamadas políticas de ajuste. Amplos setores produtivos nacionais vão à ruína; persistem os baixos índices de crescimento e em alguns casos a recessão; caem o nível de emprego, a renda e o consumo per capita. A economia se movimenta à base da especulação financeira e o modelo de "desenvolvimento" é induzido para o setor terciário. Acentua-se a concentração da propriedade e da renda em mãos de minorias privilegiadas e aumenta a exclusão social.

No quadro de agravamento da dependência dos países do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina, avulta o problema do endividamento externo, que constitui verdadeira sangria dos recursos da região e um freio a qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico-social. O problema do endividamento externo se expressa igualmente na escalada do endividamento interno dos países latino-americanos, já que os governos da região partiram para a emissão crescente de títulos da dívida pública a fim de garantir o pagamento de seus compromissos com os credores externos. Em finais de 1996, a dívida externa dos países latino-americanos atingia a soma de 607 bilhões de dólares. A partir de 1982, quando eclodiu a crise da dívida latino-americana até os dias atuais, os países do subcontinente pagaram o montante de 739 bilhões de dólares a título de serviços da dívida, ou seja, 18% a mais do que a dívida total acumulada. Considerando o período de 1991 a 1996, é de 86 bilhões de dólares a média anual de recursos drenados aos países da região sob a forma de pagamento dos serviços da dívida, que já compromete 30% das suas receitas de exportação. Este problema decorre da vigência de um iníquo modelo capitalista dependente e atualmente encontra-se estreitamente vinculado e/ou influenciado pelos desequilíbrios da economia norte-americana que, no ano passado (festejado como ano de crescimento econômico), registrou o mai-

or déficit no comércio externo - 178 bilhões de dólares - ao lado de um rombo nas contas correntes superior a 160 bilhões de dólares. Esses déficits têm grande repercussão em todo o globo, em especial sobre o fluxo de capitais, e prejudicam as economias dos países do Terceiro Mundo. Recorde-se que durante o ano de 1994, encerrado com a estrondosa crise cambial mexicana, ocorreram sete elevações das taxas de juros nos EUA. Embora se fale de "alívio" e de "solução" para o problema da dívida latino-americana em razão de refinanciamentos e reescalamentos, assim como de uma nova inversão no fluxo de capitais entre países credores e devedores, pelo qual se tornou possível o aporte de bilhões de dólares para os países do subcontinente, a verdade é que a médio e longo prazo o endividamento constitui um problema em agravamento. Em primeiro lugar porque o refinanciamento impõe compromissos forçosos em condições muito mais difíceis. Em segundo lugar, porque o aporte de capitais é constituído, em grande parte, de capital volátil, que tem a capacidade de migrar da noite para o dia de um continente a outro e é extremamente influenciável pelas oscilações na economia norte-americana (flutuações na taxa de juros e necessidade de absorção de capital estrangeiro). A crise cambial mexicana de 1994 mostrou a fragilidade de tais "soluções" e mecanismos. Efetivamente, a dívida externa latino-americana cresceu, resultando em maior dependência, como ilustram a penhora das receitas petrolíferas mexicanas, o comprometimento das reservas cambiais dos países endividados, a submissão ao monitoramento periódico do FMI e a imposição de políticas econômicas antinacionais e antipopulares.

Nova correlação mundial de forças

Nesse ambiente de crise e decadência do capitalismo, de intensificação da ofensiva neoliberal contra as classes trabalhadoras, as nações dependentes e os povos, emerge uma situação política nova, um momento muito particular na história contemporânea, caracterizado pela existência de profundos abalos e alterações nas relações interimperialistas e na correlação de forças mundial. O fato é que, embora comum a todos os países capitalistas, a decadência do sistema manifesta-se de forma desigual. A crise sistêmica evidenciada desde os anos 70 é marcada pelo relativo declínio econômico dos EUA - fenômeno visível quando mirado desde uma perspectiva histórica - e pela emergência do Japão e da Alemanha como grandes potências. No curso dos anos 80 os Estados Unidos transformaram-se de país credor no maior devedor do planeta, enquanto o Japão passou a ocupar a posição de maior credor mundial. Isto, somado à desagregação da União

Soviética, significa, que caducou a ordem econômica e política instituída a partir do pós-guerra. Inelutavelmente, tais fenômenos acarretam sérias consequências geopolíticas, provocando uma redefinição no quadro de alianças entre as potências, e dão lugar ao surgimento de novas e agudas contradições interimperialistas.

Exibindo indiscutível superioridade militar e influência diplomática, aumentadas depois do colapso da URSS, os EUA apresentam-se no cenário mundial como a principal potência imperialista e principal inimigo dos povos. No terreno econômico-financeiro, tendo em vista impor a hegemonia num quadro em que são patentes os seus desequilíbrios estruturais (endividamento e déficit nas contas externas), os EUA assumem a dianteira na aplicação da política neoliberal, principalmente através dos mecanismos de desregulamentação financeira e de política monetária. Não obstante, são visíveis os sinais de declínio histórico da sua outrora inabalável liderança, mormente considerada a emergência do Japão e da Alemanha. Cada vez mais os Estados Unidos recorrem a fatores extra-econômicos para impor e manter sua hegemonia sobre o mundo. Surge, com isso, um perigoso desequilíbrio e uma constante instabilidade, posto que este hegemonismo é cada vez mais contestado e desafiado pelas demais potências. Momentaneamente, as contradições interimperialistas se expressam de modo “pacífico” e diplomático e muitas vezes são encobertas pela unidade existente entre as potências imperialistas na aplicação do neoliberalismo e na espoliação do Terceiro Mundo. Conquanto não se desenhem no desenvolvimento imediato da conjuntura mundial conflagrações de maior envergadura, não está descartada uma situação em que a diplomacia deixe de ser suficiente para dirimir as contradições interimperialistas. Nesse caso, o emprego de outros meios, inclusive a contenda militar, pode impor-se objetivamente.

Já em 1991, em plena euforia pelas derrotas do socialismo, o então presidente norte-americano, George Bush, lançou a idéia de uma “nova ordem internacional”, na qual os EUA reforçariam sua hegemonia exercendo o papel de polícia e juiz supremo do planeta. A Guerra do Golfo de 1991 foi o emblema dessa nova ordem, quando o imperialismo norte-americano conseguiu arrastar atrás de si uma poderosa coalizão de 19 países, incluindo toda a Europa e demais potências capitalistas na agressão ao Iraque. Sob os mais hipócritas pretextos, prosseguiu nos últimos anos a estratégia agressiva do imperialismo norte-americano, com a invasão da Somália e do Haiti; o sórdido bloqueio a Cuba, intensificado pela famigerada Lei Helms-Burton; o bloqueio ao Iraque, que acarretou a morte de dezenas de milhares de crianças e enfermos; o bloqueio à Líbia e ao Irã, através da Lei Amato, também com caráter de extraterritorialidade; as ameaças militares à RPD da Coreia;

o estímulo às provocações militares de Taiwan; a imposição dos acordos de Dayton. Faz parte dessa estratégia a instrumentalização da ONU, a invocação do “direito de ingerência” e a expansão da OTAN rumo ao Leste da Europa sob a hegemonia norte-americana.

Cada vez mais, entretanto, o Japão e a Alemanha-Europa Unida procuram realizar uma política própria e até de contestação ao hegemonismo norte-americano. A recente agressão ao Iraque (1996) não contou com o mesmo apoio anterior. Nela, os Estados Unidos ficaram isolados, na solitária companhia de Israel, em seu fracassado intento de derrubar Saddam Hussein. As Leis Helms-Burton e Amato geraram oposição enérgica, sobretudo de países europeus. Na América Latina, são patentes as divergências em torno da ALCA, como ficou caracterizado durante a recente visita do presidente francês Jacques Chirac. Todas essas iniciativas só se explicam (e assim são vistas pelos rivais) pela pretensão dos Estados Unidos de se transformarem no árbitro e polícia do planeta, fazendo da sua própria vontade e interesses os critérios de julgamento político e moral do Universo. É nesse mesmo contexto que deve ser compreendido o recente acordo militar entre a China, a Rússia e a Índia.

Ofensiva reacionária

O neoliberalismo constitui uma ofensiva reacionária e brutal do imperialismo contra os povos. Em todo o mundo assiste-se a generalizada degradação da vida humana, traduzida na impossibilidade de sobrevivência para a quinta parte da população do planeta; na liquidação da soberania nacional; na perversão da vida institucional democrática; na militarização crescente; no recrudescimento do racismo e do chauvinismo; no obscurantismo cultural e ideológico de que é expressão o pensamento único dogmático vigente, cultor do irracionalismo, do pragmatismo e da ditadura do mercado; na devastação ambiental; na proliferação das doenças endêmicas; na extensão da criminalidade entre os excluídos e nas altas esferas da administração pública e privada; na erosão dos valores éticos e humanistas; no flagelo do narcotráfico e da toxicodependência. Tudo o que é progressista e democrático encontra-se na alça de mira do obscurantismo ideológico do imperialismo e da reação mundial. **No limiar do 3º milênio a humanidade está a braços com inaudita crise de civilização.**

Inevitavelmente, a crise econômica, a ofensiva generalizada do neoliberalismo, os assaltos indiscriminados aos direitos dos trabalhadores e à soberania dos Estados nacionais provocam o descontentamento, a indignação, o protesto, a resistência e a luta dos povos em todos os continentes. A invariável resposta da burguesia e da reação mundial, comprovando a tese de Lênin segundo o



qual "o imperialismo é a reação em toda a linha", é o aumento das restrições antidemocráticas. Por toda a parte, guardadas as particularidades nacionais e regionais, campeia o autoritarismo. Aqui e alhures, as classes dominantes, temerosas da resistência e luta dos trabalhadores e dos povos, modificam o arcabouço jurídico-político dos Estados, reforçam o aparato autoritário, elaboram legislações coercitivas, anti-sindicais e antidemocráticas, visando excluir da participação política as massas populares e as correntes avançadas de esquerda que as representam, especialmente os comunistas. Governos conservadores adotam medidas racistas e chauvinistas, com estatutos legais e medidas policiais contra os imigrantes, do que é exemplo mais infamante a Lei Debré, na França. Perigosamente, na França, na Itália, Alemanha, Bélgica e Áustria, ressurgem movimentos de extrema direita, racistas e para-fascistas. **O mundo vive o período de predomínio da reação, com perigosas ameaças à democracia e à paz.**

Resistência dos povos e alternativa progressista

A contra-revolução neoliberal assestou duro golpe contra a causa do socialismo, o movimento comunista e as lutas de libertação nacional e social. **A ofensiva antinacional, anti-social e antidemocrática ocorre nos marcos de uma situação política e ideológica ainda desfavorável às forças revolucionárias em todo o mundo.** O impacto negativo das derrotas do socialismo sobre a luta dos povos pode ser aquilatado não somente pela brusca alteração na correlação de forças, mas também pela desorganização profunda que acarretou às fileiras comunistas e do conjunto do movimento transformador e pela criação de um ambiente de apostasia, desnorreamento, confusão política e ideológica, demissionismo e perda de perspectiva.

À primeira vista, a constatação de que vivemos um período histórico cinzento, pontilhado de ziguezagues e derrota temporária do movimento revolucionário, corroboraria a tese de que a história chegou ao fim e já não há perspectiva de transformação. Nada mais falso. **Malgrado tudo, a luta pela superação do neoliberalismo e por uma sociedade mais avançada afirma-se e abre caminho.**

É o que se observa no esforço pela defesa e fortalecimento do socialismo na China, em Cuba, no Vietnã, na Coreia do Norte e no Laos, em meio a dificuldades, com avanços e recuos, erros e acertos, realizando experiências nunca antes conhecidas, mas com a determinação de seguir adiante e descortinar um futuro de progresso social. Os comunistas brasileiros tomam como importante dever a tarefa internacionalista de apoiar tais países socialistas, sem entretanto considerá-los "modelos" perfeitos e acabados da nova sociedade. O Partido Comunista do Brasil apro-

vou o Programa Socialista na sua 8ª Conferência de agosto de 1995, definindo, em conformidade com sua compreensão da realidade mundial e brasileira e segundo critérios marxistas-leninistas, a sua própria visão de construção do socialismo, levando em consideração as lições retiradas das primeiras experiências de construção de um sistema avançado e as críticas aos erros cometidos. A visão do PCdoB considera anticientífico o modelo único de socialismo, sendo, portanto, tarefa das forças revolucionárias de cada país a definição de rumos e critérios para a edificação da nova sociedade.

Os sinais de resistência ao neoliberalismo são visíveis na América Latina, em cujos países gesta-se com níveis e formas diferenciados um amplo movimento de caráter democrático, nacional e popular contra a dependência e as ditaduras civis-constitucionais subordinadas ao imperialismo. Greves, distúrbios populares, plebiscitos contra as privatizações, movimentos de rua pela deposição de presidentes corruptos, entreguistas e antidemocráticos são fatos que se multiplicam no dia a dia da vida política e social dos países latino-americanos. A recente vitória eleitoral da FMLN em El Salvador e a quebra do monolitismo do poder do PRI, derrotado na cidade do México para o PRD, uma força de centro-esquerda, são fatores de alento para a luta dos povos latino-americanos e reforçam a resistência antiimperialista.

A resistência ao neoliberalismo está presente nas lutas contra o colonialismo e o racismo, de que é expressão maior o triunfo histórico do povo sul-africano contra o apartheid; na luta do povo angolano pela paz e na revolução armada no Zaire contra a ditadura de Mobutu; na rebelião dos camponeses em Chiapas; na luta dos países árabes pela afirmação de sua independência e do povo palestino por seu Estado nacional; nas rebeliões populares, operárias e estudantis na Coreia do Sul, no movimento libertador no Timor-Leste e em vários outros movimentos, de maior ou menor envergadura na vastidão do Orbe.

A elevação da temperatura da luta sindical e social na Europa é outro significativo sinal de que há resistência e luta contra o neoliberalismo. Destaca-se nesse contexto a iniciativa do proletariado francês, que realizou em 1995 uma greve já histórica de 24 dias combatendo a reforma reacionária da previdência. Somam-se nesse mesmo sentido as manifestações operárias na Alemanha e em vários países europeus contra o desmanche do Estado de bem-estar social e as marchas e jornadas contra o desemprego na Itália. Ainda na França, foi vitoriosa a greve dos caminhoneiros, depois de paralisarem o país por 11 dias, obtendo conquistas como a redução da jornada de trabalho e do tempo de serviço para aposentadoria, além de aumento salarial, que vão na contra-mão do projeto neoliberal. A derrota dos ultraconservadores na Inglaterra e a vigência de governos com plataformas diferenciadas das forças direitistas neoliberais na França e na Itália, com o apoio dos respectivos partidos comunistas, constituem eloqüente resposta das massas à ofensiva neoliberal



e mais um fator de resistência aos planos reacionários da burguesia, com importantes repercussões em todo o mundo.

A luta **afirma-se e abre caminho** na Rússia e nos países do Leste europeu, onde ferve a inquietação social e é intensa a movimentação política. Hoje, passada mais de uma década desde o lançamento da perestroika, não é difícil verificar que a expectativa otimista difundida pelos ideólogos capitalistas sobre os desdobramentos e conclusões dos acontecimentos na Rússia e nos países do Leste europeu foi frustrada pela vida. Desenhou-se um quadro falso de prosperidade e ventura, enquanto o que se passa na realidade guarda mais semelhança com uma tragédia. Longe, muito longe, da sonhada estabilidade política, do desenvolvimento econômico e felicidade consumista, o que se observa é um quadro de crise, cujos sinais estão presentes nos acontecimentos da Albânia, nos impasses da Rússia e de outros países ex-socialistas, além do quadro de tensão nos Balcãs e a emergência de novos conflitos relacionados com as pretensões expansionistas da OTAN rumo ao Leste europeu. A crise na Rússia e nos países do Leste europeu manifesta-se de forma explosiva em todos os campos da vida social - é uma crise econômica, social, política, moral, étnica e cultural. Deriva principalmente de dois fatores: em primeiro lugar, da fragilidade da classe que lidera a conturbada transição à economia de mercado. Sem um histórico de acumulação de capital, avançando com voracidade sobre o patrimônio público, revelou-se uma burguesia mafiosa; em segundo lugar (a enumeração não guarda ordem de importância), o drama da transição capitalista na ex-URSS e em todo o Leste europeu desenvolve-se dentro de outro drama ainda maior, o da crise econômica do capitalismo, que dificulta ao imperialismo empreender ações de maior alcance para promover a recuperação econômica daqueles países, os quais vão vivendo em degradação prolongada, uma agonia lenta, numa espécie de "terceiromundização", derivando daí a abrupta e virulenta liquidação das conquistas da revolução e do socialismo e a eclosão de lutas sociais e políticas de certa envergadura.

A luta e a resistência dos povos também encontram expressão nas múltiplas iniciativas visando a reunir, aglutinar e unificar, à base de plataformas anti-neoliberais, forças democráticas, progressistas e de esquerda. Destacam-se nesse sentido o Fórum de São Paulo, na América Latina, de que nosso Partido é ativo participante, e as ações comuns, inclusive com caráter de massas, desenvolvidas na Europa sob os auspícios de partidos comunistas.

O movimento comunista internacional, atingido por grave crise, decorrente da ação nefasta do oportunismo, das derrotas sofridas pelo socialismo e de graves cisões, dá mostras de revigoramento. Em todos os continentes, muitos partidos reafirmam sua identidade comunista, elaboram linhas políticas consonantes às exigências de nosso tempo e buscam meios e modos renovados para se acercar das amplas massas trabalhadoras. Não são poucas as iniciativas de articulação e unificação de

pensamento e ação, visando reforçar a unidade e a afirmação de uma corrente lúcida, capaz e conseqüente, a fim de levar adiante a causa da luta pelo socialismo. Este processo, lento, sinuoso e a longo prazo, mas que já apresenta resultados visíveis em muitos países, constitui o melhor desmentido da sentença de "morte do comunismo" decretada pelos propagandistas a serviço do imperialismo.

Acumular forças e abrir caminho ao socialismo

Ao realçar a crise e a decadência do capitalismo, de natureza objetiva, e apontar os fatores de resistência, o Partido Comunista do Brasil considera também o quadro desfavorável da presente situação mundial, que obriga o movimento comunista e revolucionário a inscrever sua ação nos marcos da defensiva estratégica. Tendo presente o conjunto da situação internacional e a perspectiva histórica, o Partido Comunista do Brasil, longe de prever o colapso automático do capitalismo e a abrupta desagregação do seu poder político, considera a evolução da luta dos trabalhadores e dos povos desde uma perspectiva positiva, partindo da constatação de que amadurecem gradativamente as condições para o crescimento dessa luta. Pouco a pouco, fazendo sua própria experiência, os povos adquirirão confiança, consciência e organização para as futuras batalhas decisivas contra o neoliberalismo.

Reafirmamos que não há solução consistente para os cruciais problemas da humanidade nos marcos do capitalismo. Em sua fase decadente, quando não se vislumbra a perspectiva de superação da crise, esse sistema só apresenta a perspectiva de crescimento da miséria social, de ameaças à democracia e à soberania das nações. O socialismo coloca-se como única saída global efetivamente progressista para a humanidade.

Ao reiterar esta convicção, os comunistas não perdem de vista as batalhas políticas, econômicas, nacionais, sociais e culturais parciais e setoriais colocadas objetivamente na ordem do dia e a busca de alternativas políticas concretas e viáveis que ajudem os trabalhadores, os povos, os movimentos de libertação e os partidos progressistas e comunistas a acumularem forças para sair vitoriosos nos grandes embates pela libertação nacional e social. **Sob bandeiras amplas, pela democracia, a independência, o desenvolvimento, a defesa dos direitos dos trabalhadores, a paz e o progresso social, vão sendo formadas as grandes vertentes do movimento revolucionário contemporâneo, cujo desfecho histórico só poderá ser a vitória do socialismo.** Ao assumir suas responsabilidades de partido de vanguarda em nosso país e perante o movimento comunista e revolucionário mundial, o Partido Comunista do Brasil dará sua contribuição nesta gesta libertadora da humanidade.



II - Situação Nacional

O Brasil permanece uma nação dependente. O governo FHC, usando o pretexto da "globalização", subordina o país a um projeto que serve à hegemonia do imperialismo norte-americano. A tendência democrática que se reergueu com o fim do governo militar começou a ser invertida no governo Collor e retrocedeu no governo atual. O povo brasileiro sofre as agruras do autoritarismo, da perda de conquistas e da desestruturação nacional. O plano FHC é economicamente vulnerável e impõe o desmonte das instituições democráticas. Esta situação condiciona um quadro político que se caracteriza pela inconstância e a instabilidade. Amadurece a possibilidade de vingar e crescer um grande movimento de oposição democrática, de reestruturação nacional e de retomada e ampliação das conquistas sociais. Nesse sentido, o PCdoB, por sua participação e intervenção no processo político em décadas recentes, está chamado a exercer importante papel.

Os anos 30: a industrialização tardia

O desenvolvimento desigual e dependente é o traço comum e duradouro que marca, desde a origem, a implantação do capitalismo no Brasil. As primeiras relações capitalistas no nosso país se desenvolveram ainda no seio da sociedade escravista. A efetiva consolidação e o desenvolvimento do capitalismo, no entanto, se deu no bojo das transformações econômicas, políticas e sociais deflagradas pela revolução de 1930, ainda que sob a marca da preservação de estruturas arcaicas como a brutal concentração da propriedade da terra nas mãos de grandes latifúndios. O esboço de uma política de industrialização ensaiado pelos dois primeiros governos republicanos (Deodoro e Floriano) foi completamente abandonado pela república dos fazendeiros que se seguiu à posse de Prudente de Moraes.

O tema da industrialização recupera forças após a Revolução de 1930, percorrendo um ciclo que vai até o final do governo Vargas, em 1954, com o interregno da administração entreguista de Dutra. Nesse período, implantou-se grande número de indústrias de base - Fábrica Nacional de Motores, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) -, todas empresas estatais, e deu-se início à implantação da indústria moderna no país.

A eleição de Juscelino Kubitschek inaugura um novo ciclo, o desenvolvimentismo, voltado para a introdução de indústrias de bens de consumos duráveis, principalmente automóveis, eletrodomésticos e autopeças, com ampliação de infra-estrutura com ampla abertura ao capital estrangeiro.

O desenvolvimento baseado no latifúndio e no privilégio ao capital externo gerou tensões insuportáveis na sociedade. Parcelas crescentes do proletariado urbano e rural, do campesinato e das camadas médias urbanas exigiam reformas democráticas e a limitação aos privilégios ao capital estrangeiro. Em 1964, sob aberta inspiração dos EUA e de forças reacionárias internas, é derrubado o governo João Goulart e instalada a ditadura militar.

A facilidade dos empréstimos externos, combinada com a brutal repressão sobre os trabalhadores, propiciou, numa fase de governos militares, um ciclo de desenvolvimento conhecido como "milagre econômico" entre 1968 e 1974.

No início dos anos 70 a situação começa a mudar. Os Estados Unidos retiraram parcialmente, e depois completamente, a garantia em ouro do dólar em circulação no mundo. Os juros internacionais subiram, explodiu a crise do petróleo. Em consequência, o crescimento do Brasil desacelerou e o país entrou num impasse. O general Geisel assumiu a Presidência e tentou uma saída para o alto: aumentar o endividamento para fazer frente aos compromissos externos e tentar diminuir a dependência do país, principalmente de energia.

Geisel tentou basear o desenvolvimento, mais uma vez, no capital externo, mas a dívida voltou a crescer descontroladamente. Seu governo não conseguiu terminar as obras que iniciou (Usina Nuclear de Angra, Ferrovia do Aço etc.). Nos EUA, Reagan assumiu o governo e voltou a elevar as taxas de juros. Os países do Terceiro Mundo com grandes dívidas quebraram em série. O Brasil quebrou em 1982. Quebrado, foi ao Fundo Monetário Internacional, e saiu de lá com a receita dos anos 80 - a década perdida: aumentar as exportações para acumular saldo em dólares e pagar os serviços da dívida; diminuir as importações para economizar os mesmos dólares; cortar gastos sociais e arrochar salários.

O Estado e a política neoliberal

A eleição de Fernando Collor de Mello desencadeou o processo de abertura da economia brasileira à concorrência predatória dos oligopólios internacionais. Ele iniciou também a privatização em massa das estatais, principalmente no setor siderúrgico e petroquímico, e revogou a lei que protegia a indústria nacional de informática. A vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 marcou um novo predomínio na onda neoliberal. Em dois anos de governo, ele conseguiu do Congresso a

quebra dos monopólios estatais nas áreas de telecomunicações, petróleo e navegação de cabotagem; anunciou a privatização das empresas de telecomunicações e da Companhia Vale do Rio Doce, aprovou uma nova legislação sobre patentes, e deu pleno curso à integração associada aos interesses norte-americanos.

O programa de estabilização obteve sólido apoio das classes dominantes e aceitação de vastos setores das camadas médias brasileiras. O fato de ter debelado a espiral inflacionária neutralizou e iludiu contingentes significativos da população pobre. A aliança PSDB/PFL encarregou-se de transformar em programa de governo a conhecida e histórica subserviência das elites brasileiras aos interesses internacionais.

O neoliberalismo concebe um Estado mínimo nas atribuições de desenvolver o país, regular a economia, gerar emprego e fornecer serviços básicos como educação e saúde. Ao mesmo tempo, amplia as funções desse mesmo Estado quando trata de proteger os interesses dos monopólios, principalmente a alta rentabilidade de suas gigantescas aplicações financeiras custodiadas pelo dinheiro público.

O Executivo sobrepõe-se aos demais poderes. Dele partem a centralização e o controle das políticas de estabilização. O Legislativo vai se transformando em órgão auxiliar, homologador dessas políticas, dobrado a chibatadas quando ensaia qualquer veleidade de autonomia. Seu papel de fonte de soberania jurídica do Estado nacional é substituído por acordos e convenções impostos por organismos internacionais, e que, quando muito, são submetidos ao referendo do Congresso Nacional. A edição e reedição de medidas provisórias - o atual presidente é campeão, com uma média de 36 MPs ao mês - caracteriza aberta usurpação, pelo Executivo, de atribuições do Legislativo. O Judiciário também é alvo da mesma tentativa de enquadramento para que seus julgamentos não ameacem as decisões, muitas vezes arbitrárias, e mesmo ilegais, da administração federal.

A "globalização" dependente pró-americana agravou ainda mais as fragilidades da economia brasileira no contexto internacional. Aumentou a dependência do país aos capitais externos para financiar a gigantesca dívida em dólar e promover investimentos internos; definiu a opção pelas indústrias de baixa tecnologia, e praticamente abandonou as indústrias do futuro, ligadas à microeletrônica, computadores, biotecnologia, robótica, novos materiais, entre outras. A privatização de empresas como a Vale do Rio Doce retira do Estado preciosos instrumentos de pressão e negociação das condições que são impostas ao país pelos monopólios internacionais.

O Brasil é constringido a não tirar proveito das próprias contradições entre os blocos econômicos formados pelos Estados Unidos, pela Europa unificada e pelo Japão e sua área de influência. Associado ao projeto norte-americano, sem qualquer contrapartida, abre mão da reciprocidade

natural na relação entre os países que preservam sua esfera de autonomia na relação entre parceiros iguais.

No caso do Mercosul, é notória a pressão americana para incorporá-lo, como extensão do NAFTA, ao mercado cativo de suas grandes empresas. Preocupado com os déficits descomunais na balança comercial, e pressionado por grandes setores industriais e comerciais do país, o governo brasileiro é levado a manifestar certa resistência às pressões norte-americanas contra o Mercosul e ensaiar uma aproximação com a comunidade européia. Mas é duvidoso que não capitule, também neste caso, aos interesses dos Estados Unidos.

A antiga doutrina de contra insurreição criada para dar cobertura aos golpes de Estado e intervenções para derrotar governos e movimentos democráticos e patrióticos no continente é agora substituída pela pregação da conversão das Forças Armadas da América Latina em meras guardas nacionais para enfrentar o narcotráfico e defender o meio ambiente. Tal orientação encontra resistência nas Forças Armadas brasileiras, mas FHC mantém sobre o assunto uma atitude de ambigüidade, embora na prática as reduções no orçamento com os gastos para defesa nacional sejam significativas da verdadeira posição do presidente.

A ofensiva conservadora se volta contra as conquistas sociais acumuladas pelo povo ao longo de décadas de lutas perseverantes contra as gritantes desigualdades da sociedade brasileira. O direito à assistência à saúde e ao ensino público e gratuito torna-se letra morta pela ação destrutiva do governo nessas áreas. A aposentadoria, a previdência pública, a carteira assinada, a licença maternidade, a livre organização sindical, são arrolados como anacronismos. A degradação do meio ambiente atinge dimensão inaudita, ameaçando as próximas gerações, e as últimas reservas indígenas são invadidas e destruídas.

Os valores nacionais, a história e o passado de nossa gente são alvo do achincalhe dos governantes, travestidos em pregadores da excelência da "globalização" e da rapinagem imperialista. Em palestra no Colégio do México, templo do pensamento daquele país, FHC chegou ao cúmulo de comparar a "globalização" com o Renascimento. A hegemonia cultural do neoliberalismo esmaga a cultura nacional e estimula padrões estéticos de acordo com as regras do mercado e os interesses puramente comerciais.

O nível do desenvolvimento econômico atual

O PPA - Plano Plurianual, que FHC enviou ao Congresso para o período 1996-1999, previa um crescimento do PIB de 4% em 1996; 4,5% para este ano; e 5% para 1998 e 1999. Como se sabe, o Brasil cresceu apenas 2,8% no ano passado, e é muito pouco provável que alcance a meta programada para este ano. É verdade que nada há aí



de surpreendente, uma vez que o PPA repete coerentemente as diretrizes do programa de estabilização que originou o Plano Real em 1993. Ou seja, preparar o Brasil para não crescer. Apoiar a estabilização econômica, como acreditava Fernando Henrique em 1993, na nuvem de capitais em circulação pelo planeta implicava em atraí-los com juros exorbitantes, o que certamente inibiria a capacidade nacional para investir e crescer.

A dívida externa alcançou 175,8 bilhões de dólares em 1996. Em 1994, no Ministério da Fazenda, FHC comprometeu o país com o pagamento de 141,3 bilhões de dólares até o ano 2000, na amortização de juros e principal da dívida. Na época, FHC ironizava as advertências dos críticos de seu plano e pintava horizontes róseos indicados pelo México e Argentina. Mas o desastre que abalou o México em 1994/95 obrigou o governo brasileiro a gastar 10 bilhões de dólares para evitar que o Brasil seguisse o mesmo caminho, e a Argentina só é citada hoje em dia como exemplo que deve ser evitado.

A dívida pública interna é o outro elemento desestabilizador da economia nacional. Ela somava R\$ 125 bilhões em dezembro de 1994, pulou para R\$ 170 bilhões em dezembro de 1995 e bateu na casa dos R\$ 210 bilhões em junho de 1996. Cresce movida pelas taxas de juros estratosféricas e pelos dólares que o Banco Central transforma em reservas cambiais para garantir o retorno dos capitais que aqui entram.

Os déficits recorrentes na balança comercial (diferença entre exportações e importações) agravam as contas externas, aumentam a vulnerabilidade monetária, uma vez que para atrair dólares o governo eleva os juros e em seguida emite títulos para comprá-los.

Drenando recursos orçamentários crescentes para custear as despesas financeiras, o governo reduz cada vez mais os investimentos e os gastos sociais. No orçamento previsto para este ano, os recursos destinados ao pagamento de juros e serviços da dívida quase que igualam as demais despesas governamentais, e deverão superá-las em 1998.

O impacto dessa política sobre a população não poderia ser mais devastador. Sem investimentos na produção e em obras, o país acumula falências em massa de pequenas e médias empresas e assombrosas taxas de desemprego nas cidades e no campo. A Grande São Paulo registra a cifra recorde de 16% da mão-de-obra desempregada. Na indústria de transformação, esse percentual bate a casa dos 50%, refletindo aí os efeitos da abertura comercial descontrolada.

É iminente o colapso no sistema público de saúde. O Brasil mantém um gasto de 145 dólares/habitante para o setor, muito distante dos 300 dólares/habitante do Uruguai e Chile e incomparável com a média de 1.200 a 2.000 dólares da França, Estados Unidos e Inglaterra. O país registrou, em 1994, 550 mil casos de malária, 120 mil de dengue e é visível a deterioração dos programas de vacinação em massa sob a responsabilidade do governo federal.

A estrutura fundiária, mantida intacta ao longo de séculos, revela sua face cruel no drama dos trabalhadores rurais sem terra. Aproximadamente metade das terras cadastradas como propriedades pelo INCRA (153 milhões de um total de 325 milhões de hectares) são consideradas improdutivas, evidenciando que a concentração fundiária é socialmente perversa e economicamente iníqua. Mesmo entre as terras produtivas, a preservação de estruturas latifundiárias parcialmente modernizadas, marginaliza milhões de camponeses e assalariados agrícolas.

A educação pública padece da ausência de recursos. A repetência no ensino fundamental e de nível médio é de mais de 30%, e a evasão superior a 5%. No Nordeste, a repetência alcança 38% dos alunos matriculados. O analfabetismo entre a população com idade superior a 15 anos está em torno de 20%, e há 3,5 milhões de crianças em idade escolar fora das redes pública e privada de ensino.

O processo de monopolização dos meios de comunicação de massa cerceia a ampla difusão de conhecimentos, impõe visões autoritárias, parciais e comprometidas com os interesses das classes dominantes e do imperialismo.

Privadas de recursos, as universidades públicas vão perdendo completamente seu papel de centros de elaboração científica. As instituições de pesquisa e tecnologia assistem à evasão de talentos por falta de estímulo e salários dignos. Muitos pesquisadores vão para o exterior depois de amadurecer e completar seus estudos custeados pelo governo, que agora se nega a aproveitar seus serviços.

Agravam-se as condições de vida nos centros urbanos, sobretudo das massas populares, em consequência da precarização da situação de moradia, transporte e intensificação da violência urbana e aumento do tráfico de narcoterrorpentes.

O Brasil do Plano Real

É preciso considerar que a atual orientação econômica, conhecida como Plano Real, é mais que um simples pacote ou medida de curta duração. A ela FHC deu o nome pomposo de Programa de Estabilização. As medidas propostas refletem a tentativa de enquadramento do Brasil aos modelos de integração subordinada concebidos pelos países imperialistas. A aplicação de tal orientação no Brasil significa a acentuação do autoritarismo, o agravamento do caos social e o aprofundamento da dependência do país.

O Plano Real agrava as restrições externas na formulação dos rumos e das possibilidades de nosso desenvolvimento. A introdução da âncora cambial combinada com elevação das taxas de juros e a abertura comercial tornaram irremediável a vulnerabilidade do país em suas contas externas. A semi paridade entre o real e o dólar estimulou as importações ao dar mais poder de compra à moeda nacional e ao mesmo tempo desestimulou as exportações, encarecendo nossas mercadorias pela valorização do real.

A abertura comercial substituiu os tradicionais superávits por déficits recorrentes na balança comercial que, somados ao pagamento de juros, lucros, royalties, fretes e outros serviços, conduzem à dependência de dinheiro externo que só pode ser atraído pelos juros estratosféricos. A entrada desses dólares é financiada pela emissão de títulos, provocando o aumento da dívida interna. Cria-se aí o círculo vicioso que conduz o plano pelo fio da navalha: os juros altos atraem os dólares, que financiam as contas externas mas impedem o crescimento sustentado do país. Como ao mesmo tempo o Brasil perde boa parte de sua base industrial e a taxa de investimento permanece baixa (15% do PIB, quando é quase o dobro entre os países de crescimento elevado), fica difícil encontrar na lógica interna do plano qualquer alternativa para o desenvolvimento nacional.

No seu Plano Plurianual o governo revela a crença no que poderíamos chamar de desenvolvimento importado: o financiamento externo em lugar da poupança própria. Prefeituras, Estados, e o próprio governo federal, como já fazem hoje, buscariam recursos externos para suas obras, como se pontes, escolas e postos de saúde só pudessem ser construídos com pagamento em dólar e não em moeda nacional.

A liquidação de parcela significativa de sua base industrial - o coeficiente importado no consumo de máquinas e equipamentos passou de 34% em 1994 para 47% em 1995 -, somada ao brutal endividamento externo, inibem as potencialidades nacionais e fazem do Plano Real uma cilada para o Brasil e um bom negócio para seus competidores, principalmente os Estados Unidos.

Aplicação do projeto neoliberal no Brasil

É preciso assinalar os antecedentes políticos da aplicação atual do modelo neoliberal no Brasil. Desde o início da década de 80, já se manifestava na América Latina a investida da oligarquia financeira mundial, sobretudo do imperialismo estadunidense, impondo o ajuste das economias de acordo com as novas regras do modelo neoliberal. A justificativa persistentemente invocada era de que as "economias fechadas" e a própria soberania nacional estariam superadas, sendo um estorvo ao novo processo de desenvolvimento. Os países latino-americanos passaram a ser submetidos a uma divisão internacional do trabalho que os subordinava mais acentuadamente à hegemonia dos Estados Unidos. Em geral, as burguesias desse subcontinente procuravam assim se apressar na tentativa de tomarem-se sócias menores dos monopólios globalizados, aproveitando a nova forma de acumulação capitalista internacional. Em novembro de 1989 reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do

governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados, especializados em assuntos latino-americanos. As conclusões dessa reunião ficaram conhecidas como "Consenso de Washington". Nelas foi ratificada a proposta neoliberal do governo norte-americano e foram sistematizadas as linhas fundamentais de orientação aos projetos dos países da América Latina.

No Brasil, a evolução do projeto neoliberal se atraiu em relação à maioria dos países latino-americanos. Tal situação ocorreu, em certa medida, porque a economia brasileira alcançava elevado grau de complexidade e diversidade, provocando a resistência de setores dominantes prejudicados, e a reação popular diante da perda de conquistas garantidas pela Constituição de 1988, obstáculo a essa pretensão pois expressa, mesmo que de forma limitada, a realidade política pós regime militar, impregnada pelo crescente anseio democrático. Também no período do governo Collor não se manifestava ainda em todos os domínios o curso da tendência neoliberalizante.

O 8º Congresso do PCdoB, realizado em 1992, assinalava que o Plano Collor, transformado posteriormente no denominado "Projeto", foi concebido no contexto de forte pressão no sentido da intensificação da internacionalização da economia brasileira. Estava baseado nos paradigmas neoliberais. Estabelecia a necessidade de abertura rápida e completa do mercado nacional e preparava o terreno para garantir as melhores condições aos investimentos estrangeiros.

FHC preparou bases de fixação do plano neoliberal

O governo Itamar Franco, que se instalou com a queda de Collor, cumpriu apenas dois anos de mandato e encerrava no seu interior uma dualidade. Aparecia no curso de crescente pressão para a subordinação do país ao plano neoliberal, refletindo assim, intensamente, essa tendência dominante em seu governo. Por outro lado, expressava, também, tendência no sentido de frear o fluxo liberalizante, estimulada com a vitória do movimento pelo impedimento do presidente da República. Em consequência dessa duplicidade, seu governo teve uma linha ambígua e terminou por prevalecer a evolução da tendência neoliberal, apesar de ainda ter fracassado o processo de revisão constitucional impulsionado desde o governo anterior. O governo Itamar Franco foi submetido ao cerco crescente do centro de poder da "globalização", em sintonia com seus associados internos, exigindo a continuidade das reformas. Fez mudanças constantes no Ministério da Fazenda para atender às demandas do imperialismo norte-americano. O nome que acabou vingando nesse cargo estratégico foi o de Fer-



nando Henrique Cardoso que, através do Plano de Estabilização Monetária, produziu a nova moeda, ancorada no dólar estadunidense; criou um ambiente que favoreceu a sua eleição em 1994, e preparou as bases de fixação do plano neoliberal atual.

A oligarquia financeira mundial e seus aliados no Brasil vinham buscando insistentemente submeter o país às suas imposições, perseguindo formas e meios políticos e econômicos que permitissem alcançar esse objetivo. O fracasso de Collor, que iniciou a empreitada pretendida por eles, e a diminuição do ritmo liberalizante durante o governo Itamar levou-os à busca persistente de uma política que tornasse viável a solução neoliberal no Brasil.

Governo FHC- execução plena do modelo neoliberal no Brasil

A vitória da coalizão de centro-direita, encabeçada por Fernando Henrique Cardoso, na eleição presidencial de 1994, derrotando a aliança de esquerda encabeçada por Luís I. Lula da Silva, estabeleceu uma nova fase política. Foi retomada a orientação neoliberal, elevando-a ao patamar da sua aplicação plena no Brasil. Foram recompostas várias tendências dominantes, principalmente com o reforço dos setores associados à oligarquia financeira internacional. Atraiu também importantes parcelas das forças centristas do espectro político de então e conseguiu a simpatia de alguns setores de esquerda, cooptados pelo projeto neoliberalizante.

No plano político a aliança do partido de Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, com o PFL tem sido o núcleo básico da vitória e da existência do governo FHC. O PSDB surgiu como dissidência do PMDB, para ocupar o lugar de centro-esquerda nas condições políticas do final da década de 80. Porém trocou a defesa de um programa de desenvolvimento nacional soberano e democrático pelo rumo da "subordinação" à "nova ordem" imperialista. No quadro político atual, o PSDB ocupa o espaço da "nova" direita, ou direita "moderna", cuja base social é a burguesia brasileira, principalmente financeira, que se tornou sócia menor do capital forâneo. Este partido cresce, compondo-se por três segmentos: o que assume a defesa da reestruturação neoliberal, segmento predominante, tendo à frente o presidente da República; outro, composto por pequenas parcelas que não aderiram completamente às fórmulas do projeto comandado por Fernando Henrique Cardoso; por último, os adesistas, atraídos pelo rápido aumento da carga de poder deste partido. Quanto ao PFL, sempre esteve colado ao poder e compõe-se fundamentalmente de forças conservadoras e tradicionais dos grandes centros e do interior.

No PFL pode distinguir-se a junção de uma direita que procura se reciclar ao capitalismo "moderno" e outra direita conservadora que procura se acomodar às novas regras capitalistas. Esta parte é composta principalmente por grandes proprietários rurais. Este partido tem sua maior implantação no Nordeste brasileiro. Demonstra maior coesão que os demais partidos das classes dominantes. À sua frente conta com poderosas lideranças regionais, gozando de crescente influência nacional. Vem sendo o ponto de apoio político fundamental ao projeto neoliberal de FHC, e tem conseguido tirar crescente proveito do lugar que ocupa no atual cenário nacional.

Os propósitos do governo FHC vão além do recorrente processo político que vivia o país. Ajusta-se rapidamente às demandas do centro de poder político-mundial, submetendo-se às exigências da oligarquia financeira internacional. Por isso, tornou-se imprescindível para ele retomar o processo de ruptura do modelo constitucional democrático instituído em 1988, para substituí-lo por outro, neoliberal. Desse modo, o êxito de seu governo depende da manutenção do impulso reformista. Mas, para isso, não basta o suporte parlamentar fornecido pelo PSDB e PFL. É preciso alcançar a maioria de três quintos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, exigência constitucional para aprovação das emendas.

Assim tornou-se indispensável, para os propósitos do governo, a adesão da maior parte do PMDB e de outros partidos às reformas. O PMDB foi, na sua origem (MDB), uma ampla frente de tendências opositoras ao regime militar. Após o fim da ditadura e a conquista da anistia e da legalidade de todos os partidos, o PMDB perdeu seu motivo aglutinador principal, transformando-se num aglomerado de forças conservadoras, moderadas e democráticas. Tornou-se politicamente uma corrente centrista, não conseguindo redefinir um programa comum partidário para a nova realidade em desenvolvimento - fazer avançar a transição democrática. A maior parte desse partido acabou apoiando as correntes conservadoras dominantes desde a Nova República, respaldando o "Centrão" durante a Constituinte de 1988. Apoiou as medidas reformistas do governo Collor. Contribuiu para a existência do congresso revisor. E agora fornece decisivo apoio às reformas de Fernando Henrique Cardoso. Uma parte menor de suas lideranças mantém uma linha democrática e resiste à escalada neoliberal. O governo, com o apoio do PMDB, conseguiu aprovar as reformas constitucionais que mudaram o Capítulo da Ordem Econômica da Constituição de 1988, abrindo caminho para a entrega do país aos donos da nova ordem imperialista. A maioria desse partido mantém seu apoio ao presidente da República e participa do seu governo. Disputa com o PFL o lugar de aliado prioritário de Fernando Henrique Cardoso.

Projeto neoliberal é incompatível com democracia

As eleições municipais de 1996 não modificaram a correlação de forças políticas da nova fase inaugurada com a vitória de Fernando H. Cardoso em 1994. Mas é preciso destacar que o PSDB sofreu importantes derrotas, sobretudo na maior cidade do país, São Paulo, e também na capital mineira, Belo Horizonte. Não conseguiu eleger prefeito em nenhuma capital importante, apesar do imenso investimento realizado desde a Presidência da República. Entretanto, o resultado eleitoral de 1996 não abalou a estrutura de equilíbrio do governo FHC. Ele conta com o respaldo do "novo" capital, beneficiário direto das reformas. O poderio das parcelas dominantes apoiadoras do projeto neoliberal torna a grande imprensa, ela própria beneficiária das medidas de governo que protegem o capital, instrumento dessas forças, uníssona na defesa do "choque liberal". Talvez nenhum governante na história política do Brasil teve tanto apoio de mídia. Seus ideólogos e propagandistas referem-se incessantemente à "aprovação" popular ao Plano Real. Procuram lembrar o "prestígio" do presidente, forçando uma justificativa para a necessidade da realização das reformas que garantam o plano. As reformas são pomposamente apresentadas - para esconder sua virulência antipopular - como "mudanças contemporâneas necessárias, das quais o Brasil não pode estar de fora". O objetivo dessa intensa investida político-ideológica é exercer constante pressão sobre a sociedade, deixando-a refém da culpa pelo atraso do país e da ameaça da volta à inflação. Na frente parlamentar, para obter a maioria de três quintos necessários ao empreendimento reformista, distribui vantagens políticas a curto prazo e no varejo.

A trajetória recente do governo FHC demonstra de maneira eloqüente a incompatibilidade entre a reestruturação neoliberal e a democracia. Nesse sentido, destacam-se as formas ostensivas e ardilosas do manuseio do poder na aprovação das emendas constitucionais, o uso constante das Medidas Provisórias em questões fundamentais para o país, as propostas de reformas políticas restritivas à existência de um sistema partidário plural representativo, e a "metódica e crescente concentração de poder em prol do Executivo", denunciada à nação através de um Manifesto por um grupo dos mais eminentes juristas brasileiros e pelo Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça. Mais precisamente, o governo eleito em 1994 vai mudando o modelo constitucional promulgado em 1988 sem a necessária convocação de um Poder Constituinte. Para o êxito de seus objetivos contrários à democratização, recompõe o Estado, passando a assumir uma forma de governo civil autoritário constitucional, que exclui o povo e as correntes progressistas da normalidade do convívio democrático.

Dilema Estado ou mercado é truque ideológico

É preciso considerar os condicionamentos de fundo que levam a essa tendência autoritária dos governos de inspiração neoliberal. A experiência da luta crescente de resistência a tais governos demonstra aos povos que estão diante de uma recomposição regressiva do próprio capitalismo, da volta ao darwinismo social, anterior ao chamado Estado keynesiano, agora em dimensões mundiais. O dilema Estado ou mercado não passa de um truque ideológico. Na realidade, o que está subjacente é o desmonte do sistema alcançado pelas conquistas sociais e civilizatórias deste século, para fazer valer de forma mais escravizadora a acumulação capitalista. Portanto, como vem demonstrando a prática política, não é apenas a estatização que a crítica neoliberal combate, mas o Estado democrático. Este vai sendo substituído pelo Estado ditatorial neoliberal - instrumento direto de preparação e adequação da economia e da sociedade ao capital monopolista financeiro. O avanço da democracia só é possível com o avanço de verdadeiras reformas e sobretudo com a transformação de sentido revolucionário.

A aprovação da emenda constitucional que instituiu a reeleição do presidente da República e demais cargos executivos foi uma demonstração saliente do uso ostensivo do poder por FHC e sua gente, da coação política em proporção inaudita. Com base no PFL, PSDB e maioria adesista do PMDB, quebrou a tradição republicana brasileira de mais de cem anos em proveito próprio. Rompeu assim com um preceito constitucional fundamental da Constituinte de 1988 e que foi reafirmado no Congresso revisor em 1994, estilhaçando partidos, negociando diretamente com cada parlamentar, usando as formas mais rasteiras da politicagem. Para a "modernidade" justifica-se qualquer meio.

Para o neoliberalismo, reeleição é peça política essencial

A sustentação das novas políticas e reformas neoliberais nos países dependentes enfrenta ainda um grande desafio: a definição de uma política de longo prazo, que crie confiança na continuidade dessa orientação. As reeleições (eliminação da alternância no poder, ou pelo menos maior tempo de mandato) passaram assim a ser peça política essencial - âncora política - da estratégia da "nova ordem" global imperialista. Tem sido assim na Argentina, Peru, Brasil e outros países. O suporte financeiro internacional desses modelos em países como os da América Latina funda-se, em última instância, no fluxo permanente de capitais forâneos. Ou seja, no aproveita-



mento (submissão ao pagamento de juros estratosféricos) da onda de liquidez internacional, base do "milagre" da estabilização monetária. Essa onda vive em constante oscilação. A fragilidade e natureza fugaz desses projetos são considerados com bastante realismo pelos centros de poder internacional (Estados Unidos, Alemanha - Europa, Japão), que trabalham assim pela manutenção das mesmas autoridades, conhecidas e fiéis. É a forma encontrada para garantir a governabilidade do novo projeto em execução, diminuindo os riscos da sua própria natureza e da turbulência inevitável nos rodízios do poder.

O jogo bruto empregado na supressão da alternância na Presidência da República do Brasil não foi casual. Respondeu às exigências do grande capital internacional e brasileiro. No plano interno a aprovação da reeleição provocou o surgimento de um novo quadro político. O presidente atual passou a acumular maior poder. Tem a possibilidade de disputar as eleições de 1998 sem mesmo se desincompatibilizar. Entre os grupos dominantes não há a ameaça imediata de um concorrente que o suplante nas próximas eleições. Com esse resultado, Fernando H. Cardoso se afirma como única alternativa capaz de unificar a classe dominante em torno do seu projeto em curso. Na perspectiva das eleições presidenciais de 1998, passa a ser forte pólo aglutinador de forças políticas à direita e ao centro. Conseqüência disso é que criou maiores possibilidades de aumentar seu lastro de apoio político, com a imigração de lideranças nacionais e regionais em sua direção. Vitorioso com a aprovação da reeleição, o governo pretende acelerar as reformas denominadas administrativa, do sistema previdenciário, político-eleitoral; retomar a investida para restringir mais ainda direitos sociais dos trabalhadores e ampliar a ofensiva privatista em áreas estratégicas da economia.

A aprovação da emenda da reeleição, em contrapartida, trouxe o custo pesado das barganhas repetitivas que se acumularam e estão sendo cobradas. A ação arbitrária, sem disfarces, dos propósitos continuístas de FHC semeia animosidade até mesmo entre seus aliados mais próximos. A mudança concretizada através de acordos espúrios com governadores e prefeitos, interessados também nas suas próprias reeleições, fortalece a existência das facções oligárquicas nos Estados. Toda essa sanha continuísta provoca profundo estrago nas já abaladas instituições políticas brasileiras. A reeleição de governadores e prefeitos (sem desincompatibilização) introduz um elemento estranho à tradição política nacional, quebrando o mecanismo do rodízio, que acomodava com esse expediente os interesses mais diversos no âmbito do Estado e do município.

Esta nova situação modifica o processo que permitia certa estabilidade, alimentando dessa forma a acumulação de novos fatores complicadores que podem desembocar em crise maiores. O desmonte das instituições políticas democráticas que o governo FHC vem perpetrando

do se torna mais ameaçador porque o chefe do Executivo quer governar como poder único, convencido de ser o eleito dos eleitos, agindo de maneira a combinar a arrogância com a farsa, no esforço desesperado de aprovar suas mudanças neoliberais. Intervém de modo sistemático na esfera legislativa e nesta estrutura de poder, e atropela o Judiciário. Instituições prestigiosas e tradicionais da sociedade civil como a CNBB, a OAB, a Associação de Magistrados e conselhos profissionais protestam contra o autoritarismo crescente, o estrago social provocado pelo plano fernando-henriquista e a dilapidação do patrimônio nacional. No terreno do movimento organizado de massas, entre os trabalhadores, setores médios, jovens, mulheres e forças culturais, aprofunda-se a incompatibilidade com a política governamental. E no seio das Forças Armadas é crescente a insatisfação de amplos segmentos com a entrega de setores estratégicos da economia e a submissão geopolítica do Brasil.

Formação de ampla frente oposicionista ao governo de FHC

O núcleo do esquema político mantenedor do governo FHC investe persistentemente, utilizando todos os recursos para desmoralizar, dissimular e conter a oposição. Tem se pautado em afastar qualquer ameaça de oposição, com base nas classes dominantes, à continuidade de Fernando H. Cardoso. Em relação ao campo de esquerda, busca sua divisão, cooptação de grupos e elementos vacilantes e o seu isolamento. Desde a eleição presidencial de 1994, o bloco eleitoral vitorioso procurou eliminar do seu campo a existência de concorrentes mais consistentes, forçando o então prefeito de S. Paulo, Paulo Maluf, a desistir de concorrer ao pleito. Beneficiou-se também da longa campanha montada e dirigida contra Orestes Quécia, candidato do PMDB. Tudo, enfim, foi preparado visando impedir a dispersão de forças em torno de Fernando H. Cardoso, para melhor enfrentar a ameaça principal que vinha da esquerda, com a candidatura de Luís I. Lula da Silva. Atualmente, a conduta situacionista segue a mesma linha, aplicada ao quadro político presente.

Representante de importante setor das forças de direita, Paulo Maluf obteve significativo êxito nas eleições municipais de 1996. Foi vitorioso no pleito do mais importante município do país, derrotando o candidato mais destacado do PSDB, lançado pelo próprio FHC, e também a candidata das forças de esquerda, Luiza Erundina. Seu partido, o PPB, cresceu, ocupando o terceiro lugar entre os partidos mais votados nos cem maiores municípios. O partido de Paulo Maluf apóia as reformas do governo, defende as privatizações até em ritmo maior e sustenta as teses neoliberais. Seu maior ideólogo, o ex-ministro de gover-



nos militares Delfim Neto, critica o câmbio supervalorizado, argumentando que o país está importando supérfluos e que as “exportações são o único caminho para gerar emprego”. De certa maneira, expressa anseios de setores produtivos industriais e agrários, ameaçados ou marginalizados pela reestruturação em curso. O objetivo de Paulo Maluf é construir uma alternativa oposicionista, baseada em forças de direita, ao governo FHC, mas não conseguiu ainda condições políticas para sua realização.

O fim do regime militar, depois de duas décadas de luta das forças de esquerda e democráticas contra a ditadura, abriu o processo de transição à democracia. Muitas conquistas democráticas foram alcançadas, representando expressiva vitória das tendências progressistas no Brasil. Essa evolução propiciou a retomada do crescimento dos partidos de esquerda, de base operária e popular. Assim nasceram alguns partidos, e outros conquistaram vida legal. A constituição da Frente Brasil Popular - PT, PCdoB, PSB - em 1989, nas primeiras eleições diretas para a Presidência da República após a ditadura, foi o ponto mais alto alcançado pelas forças de esquerda em eleições nacionais. O bloco de esquerda perdeu o pleito por pequena margem de votos. Mesmo com o impacto provocado pela crise do socialismo, e das limitações e obstáculos ao processo democrático, os partidos de esquerda de uma maneira geral continuaram crescendo no Congresso Nacional, assembleias estaduais, câmaras de vereadores, prefeituras e conquistaram os governos de alguns Estados, apesar da derrota na eleição presidencial de 1994.

Governo tenta barrar crescimento oposicionista

O PT é o maior agrupamento partidário entre as forças de esquerda. Adquiriu maior dimensão política a partir do êxito da Frente Brasil Popular em 1989. No pleito municipal de 1996, dobrou sua bancada de vereadores, mais que duplicou o número de prefeitos e foi o partido mais votado, em aliança com outros partidos de esquerda, nos 100 maiores municípios do país. O PSB, que tem diferenças regionais acentuadas na sua formação e orientação, cresceu também, alcançando significativo desempenho naquelas eleições municipais. Conseguiu eleger, através de ampla aliança de forças de esquerda e democráticas, o prefeito de Belo Horizonte; triplicou sua bancada de vereadores e conquistou três prefeituras de capitais. O PCdoB, apesar de ter sido o alvo central da luta ideológica contra o socialismo e o comunismo, manteve crescimento ascendente. Dobrou sua bancada federal nas eleições de 1994 e, nas de 1996, duplicou o número de vereadores, e mais ainda o de votos. Participou de 147 coligações municipais vitoriosas que elegeram prefeitos. O PCdoB e o PT são as forças de esquerda com maior influência e crescimento nos movi-

mentos dos trabalhadores, popular e estudantil. O PDT sofreu baixas significativas no Congresso Nacional e em alguns Estados, sobretudo em bases tradicionais como o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A sua legenda cresceu nas eleições municipais. Todavia, em função de sua composição heterogênea, em vários municípios ficou fora da frente de esquerda. Por sua origem, compõe ainda o campo da esquerda o PPS e o PV, que têm uma postura conciliadora com FHC, além do PCB, do PSTU e de outros grupos menores.

A investida desabrida do governo contra o movimento oposicionista e a ação uniforme da grande imprensa, cujo intuito é desqualificar a atividade oposicionista, provoca uma situação adversa e difícil para a atividade das correntes de esquerda. A reforma política pretendida pelo governo e seus aliados objetiva criar obstáculos ao crescimento das forças políticas populares e operária; ela está essencialmente voltada para eliminar os direitos democráticos e restringir o pluralismo na democracia representativa. Objetiva o abandono do sistema de representação proporcional, adoção de fórmula distrital mista, fixação de cláusulas de barreira à representação parlamentar, entre muitos outros itens. Além disso, a cantilena ideológica dominante é marcada pelo refrão constante e unísono de que “as esquerdas perderam o rumo da história” e “não possuem alternativa viável”. Pretende dessa maneira desacreditar as tendências conseqüentes e dissuadir as menos consistentes. Apesar disso, as correntes de esquerda crescem, aumentam sua influência na sociedade, vão dando mostras de capacidade administrativa democrática em muitos locais e são as forças melhor situadas para refletir, ecoar e dirigir o descontentamento, as revoltas e os anseios dos trabalhadores e do povo. Essas correntes tornaram-se escoadouros próprios do pensamento crítico e antagônico ao modelo econômico-social que vai se instalando.

A base social de sustentação da frente oposicionista

A frente de oposição ao governo FHC tem na sua base o movimento dos trabalhadores e popular e tem o apoio da maior parte das entidades da sociedade civil. Pode se transformar em grande movimento oposicionista com larga base social de apoio. A execução do plano governamental impõe maiores sacrifícios ao povo. Na sua lógica autoritária e antipopular, tudo é feito em detrimento dos direitos sociais e trabalhistas. Na sua trajetória se acentuam a tragédia do desemprego crescente, desvalorização e precarização do trabalho, desregulamentação das relações de trabalho. A reforma agrária é tratada de forma demagógica, sem enfrentar o sistema de grandes propriedades latifundiárias. Não vai resolver o problema de milhões que precisam



ter acesso à terra, comprando terras para assentá-los. O cortejo de regressão social soma-se aos profundos problemas da discriminação, apartação, criminalidade e violência que se agravam, conformando uma situação de profunda crise social.

Esta situação detona uma multiplicidade de ações, de lutas diversificadas em formas de protesto e revoltas. A luta dos trabalhadores reflete uma crescente tomada de consciência diante da ofensiva governamental contra direitos duramente conquistados. Apesar da situação desfavorável causada pela insegurança constante da perda do emprego, as massas trabalhadoras não deixaram de resistir. O número de greves no país em 1996 chegou a 1.258, o que significa um aumento de 20% sobre o ano anterior. As paralisações envolveram 2,54 milhões de trabalhadores e tiveram como bandeiras principais o atraso do pagamento salarial, melhores salários, redução da jornada de trabalho.

A ação de massas que ganhou maior envergadura por sua amplitude, combatividade, organização e papel catalisador na luta contra a política de FHC é a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ele conseguiu desmascarar e expor a demagogia social do governo FHC para toda a sociedade. Esse movimento cresce por quase todos os Estados e esse crescimento está relacionado a dois fatores essenciais: acentuada concentração da propriedade territorial e a expansão atual do desemprego nas cidades e no campo.

Os estudantes estão submetidos, como a maioria da juventude, a uma dupla negação de direitos: declínio da quantidade e qualidade do ensino público e das oportunidades de trabalho. Eles correspondem a um setor social que tradicionalmente se mantém ativo. Apoiados em suas organizações em vários níveis, reagem à avalanche privatista do ensino e à degradação do ensino público. Saem às ruas contra o "provão", em defesa da educação pública gratuita e da soberania nacional.

As manifestações contra as privatizações das grandes empresas estatais assumem importante papel na luta de resistência. Nomeadamente por sua maior amplitude, a luta contra a venda da Cia. Vale do Rio Doce. Ultimamente ganhou maior vulto a luta contra o desmonte do Estado no atendimento aos direitos na área de saúde e na defesa do SUS, englobando vastos segmentos sociais.

Movimento de massas pode alcançar fase mais avançada de luta

A fase atual da luta de massas e das manifestações da população caracteriza-se ainda pela predominância da variedade de objetivos e multiplicidade de ações sem

interligação organizada. A evolução de uma situação cada vez mais desfavorável para a grande maioria do povo inevitavelmente vai criando o ambiente para a elevação da consciência política, aproximando os objetivos comuns da luta e elevando a ação organizativa. Uma tendência de reanimação do movimento de massas prospera. Cresce a pauta de atividades e jornadas de trabalhadores. Grandes concentrações nacionais começam ser programadas e realizadas.

O movimento de massas vai progressivamente se unificando, podendo alcançar uma fase mais avançada de luta. Refletindo essa situação, passo importante foi dado com a inauguração da Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, com a função de articulação permanente, realizada no início de abril de 1997. Reuniu em nível nacional os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindical, juvenis, de mulheres, de negros, indígenas, e personalidades comprometidas com a luta popular. Esse significativo evento realizou detido trabalho na busca da unidade trabalhadora, popular, estudantil, cidadã, direcionando suas energias às mobilizações encimadas pelas consignas de Reforma Agrária Já, Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução do Salário, Contra a Privatização da Vale, Defesa do SUS, Por uma Política de Habitação Popular, Defesa da Educação Pública e Gratuita. A Conferência tem na sua pauta a realização de um grande Encontro Nacional Democrático e Popular. A extensa manifestação popular nacional do dia 17 de abril em Brasília, liderada pelo MST e com ampla participação de trabalhadores, funcionários públicos, estudantes e da população local, indicou uma viragem para um nível superior na luta de massas. Portanto, uma nova fase de luta e organização popular e de amplos setores da população pode estar em marcha, propiciando assim enorme reforço de base à construção da frente de oposição contra a escalada neoliberal e pela reestruturação nacional, a democracia e a justiça social.

É preciso substituir o projeto oficial

A nova fase política, iniciada com a vitória da coligação que elegeu Fernando H. Cardoso, modificou o equilíbrio de forças que existia anteriormente, deslocando para a direita correntes que ocupavam uma posição intermediária ou de centro no plano político. O PMDB, maior partido no Congresso Nacional pós eleição de 1994, aderiu em sua maior parte aos planos do governo. O processo de direitização política prospera onde o projeto neoliberal avança, impondo a tendência de assimilação do centro pela direita. Por outro lado, a implantação do modelo liberalizante, submisso ao domínio da oligarquia financeira mundial, vai provocar a inconformidade da classe mé-

dia e a revolta das camadas populares com o desenvolvimento mais concentrador e excludente. Progressivamente, aparecem no plano político novos contingentes em luta, que vão engrossar as correntes de esquerda. E, num efeito propagador, ressurgem outras forças que passam a ocupar o espaço político de centro. Nesta condição, não assumem as posições mais conseqüentes, mas procuram demarcar e se opor em importantes questões ao projeto governamental. Abrem-se assim possibilidades de aproximação e de concretização de parcerias entre a esquerda e o novo centro. Atualmente as posições que importantes parcelas do PMDB têm assumido, lideranças que se divorciaram do governo, setores inconformados com o autoritarismo e a "neocolonização" permitem uma convergência de propósitos comuns com as correntes de esquerda.

O plano de FHC vai provocando seus estragos no plano político, econômico e social. Diante disso, é inevitável a reestruturação e crescimento da oposição que se contrapõe ao avanço neoliberal. Entretanto é lógica a necessidade da recomposição das forças oposicionistas, posto que, pelo alcance mundial e nacional das mudanças, impõe-se unir a resistência e criar as condições da alternativa ao projeto neoliberal e avançar na perspectiva transformadora da sociedade. Partindo da resistência, chegar à formulação de um projeto alternativo, numa relação dialética que, para se tornar efetiva e possível de realização, depende do crescimento político, da mudança na correlação das forças políticas e da conquista do governo nacional pelas forças de oposição populares e democráticas. A evolução da luta política contra o governo neoliberal de Fernando H. Cardoso vai firmando de modo crescente, na maioria das forças de esquerda e em amplos setores políticos e sociais da resistência, a tendência de que é preciso substituir o projeto oficial por um que seja baseado em premissas distintas das que são consideradas e aplicadas atualmente.

Projeto alternativo à orientação neoliberal de FHC

Essa realidade em desenvolvimento fornece uma base política importante para o alargamento da frente oposicionista, que tenha como núcleo as forças de esquerda e se estenda aos vários segmentos democráticos e progressistas interessados na mudança da orientação neoliberal do governo de FHC. Ao mesmo tempo, também, a possibilidade de reversão do atual quadro de forças - derrota da coligação de centro-direita, neoliberal, e a vitória de outra política, que seja contrária ao neoliberalismo - somente é possível por meio da formação de uma frente oposicionista de maior amplitude, que

vá além dos segmentos mais conseqüentes. A premência dessas questões se impõe. Está em andamento a conformação dos campos políticos, visando a disputa da grande batalha eleitoral nacional de 1998. Por isso, em resumo, vai se colocando na ordem do dia a discussão de um programa progressista, possível de ser apoiado por forças políticas e sociais mais amplas. É esta a via que permite a vitória.

A construção de um projeto que defina uma alternativa de mudança ao projeto neoliberal, e que tenha o consenso de amplos segmentos políticos, está subordinada à participação conjunta de várias tendências oposicionistas, levando-se em conta suas experiências, contribuições e a evolução do movimento de resistência popular à política governamental. Não é trabalho de um só partido. A constituição do Bloco Parlamentar de Oposição na Câmara dos Deputados (PT, PDT, PCdoB, PSB) e no Senado Federal (PT, PDT, PSB, PPS), reunindo os partidos de esquerda, é um passo importante que indica a possibilidade concreta da formação da frente de oposição e do começo do trabalho comum, multipartidário. Nesse trabalho de elaboração multipartidária, o esforço inicial consiste em desvendar e unificar as premissas básicas do plano oficial para um diagnóstico comum. Simultaneamente, estabelecer as premissas e pontos fundamentais de um projeto de reestruturação nacional, ampliação democrática e retomada do desenvolvimento em ritmo elevado e sustentado. Fernando H. Cardoso e seus ideólogos procuram esconder com zelo uma questão essencial: a opção que eles tomaram não é "natural". É a opção que coloca o Brasil num lugar subordinado, auxiliar, principalmente na reestruturação hegemônica dos Estados Unidos. Nas condições atuais, acarreta uma dependência mais profunda - o espaço nacional é desestruturado e o país se torna mais vulnerável -, com sua economia acoplada a uma imensa "bolha especulativa financeira". Busca sustentar a estabilidade em bases frágeis - o livre fluxo do capital forâneo.

Brasil reúne condições para alternativa própria de desenvolvimento

Essas são as premissas do plano FHC. Há outras possíveis? Sim. Política e tecnicamente não existe apenas a via neoliberal. Em primeiro lugar, o Brasil reúne condições estruturais - físicas, econômicas, recursos humanos e naturais - compatíveis com uma alternativa própria, baseando-se em seus recursos e evidentemente levando em conta a realidade mundial atual. O país já atingiu o nível de uma economia de desenvolvimento médio, diversificada e complexa. Em segundo lugar, é possível



reunir as forças populares e democráticas numa larga frente oposicionista nacional, com base no movimento de massas organizado. Uma frente desse porte contaria com recursos humanos capazes e experimentados para uma nova administração do país. Em terceiro lugar, devemos levar em conta, na construção de uma política nacional, as contradições crescentes que ocorrem entre os Estados Unidos, a Alemanha-Europa e o Japão.

Nas condições atuais, sobretudo considerando a preparação para o desfecho eleitoral de 1998, quando estará em disputa a Presidência da República, os pontos básicos referências para um programa antineoliberal, levando-se em conta as opiniões correntes na oposição mais consequente, são os seguintes:

- Governo democrático composto pelas correntes de oposição ao neoliberalismo, multipartidário, baseado nas forças democráticas e populares, que defina um Projeto Nacional com o objetivo da reestruturação nacional, a recuperação e ampliação das conquistas sociais e a retomada do desenvolvimento ao seu ritmo histórico brasileiro;

- Democratizar a vida nacional, aprimorando o sistema proporcional de eleições; campanhas eleitorais financiadas por fundos públicos; redefinir o instituto da Medida Provisória; democratizar os meios de comunicação de massa; realizar consulta popular acerca dos grandes temas nacionais;

- Democratizar o Judiciário, tendo em vista assegurar uma justiça independente, rápida e acessível ao povo;

- Explicitar uma linha de política econômica que tenha como fator dinâmico da acumulação a valorização da base produtiva instalada, aproveitando-se ao máximo do excedente na formação da poupança interna, visando o aumento das taxas de investimento, de modo a incrementar a produtividade média da economia, estimular os setores capazes de gerar emprego e criar as condições para melhorar a distribuição de renda;

- Recompôr o sistema de moeda e crédito nacional, tendo em vista o amplo desenvolvimento do mercado interno como condição necessária para participação maior no comércio externo;

- Estabelecer um plano de desenvolvimento essencialmente voltado para a extensão do mercado interno e na ampliação do mercado de trabalho;

- Resolver o problema da dívida pública, reduzindo substancialmente as taxas de juros reais e reescalando os prazos dos títulos, tendo em vista o redirecionamento da poupança para o investimento produtivo;

- Fortalecer e recuperar as empresas estatais estratégicas; redefinir o sistema nacional de ciência e tecnologia e adotar uma política científica e tecnológica voltada prioritariamente para vencer os desafios do desenvolvimento econômico e social do país; elaborar um plano de crescimento industrial, agrícola, tecnológico e de servi-

ços; estabelecer o modo de atração e a função do capital estrangeiro tendo em conta os objetivos econômicos estratégicos;

- Rever os acordos acerca da dívida externa, celebrados desde 1994, visando reverter o fluxo de saída de divisas (mais de 140 bilhões de dólares até o ano 2.000) a que o país está submetido;

- Elaborar um sistema tributário progressivo, no qual os impostos e contribuições sociais cobradas incidam mais do que proporcionalmente sobre os setores de maior renda e riqueza;

- Adotar políticas de combate às desigualdades regionais, visando uma melhor distribuição dos recursos nacionais, garantindo um justo equilíbrio federativo;

- Garantir e desenvolver a seguridade social pública e implantar, em sua plenitude, o Sistema Único de Saúde;

- Adotar políticas de democratização da cultura e da educação, recuperando, fortalecendo e universalizando o ensino público, gratuito;

- Fixar a jornada de trabalho em 40 horas semanais, sem diminuição dos salários; salário mínimo compatível com os critérios fixados pela Constituição;

- Realizar reforma agrária que modifique a acentuada concentração da propriedade territorial, democratizando o acesso à terra e ao crédito, e investindo em infra-estrutura apropriada;

- Realizar a reforma urbana para garantir o direito à moradia digna para amplas parcelas da população;

- Adotar e aprimorar uma política ambiental tendo em conta a realidade dos ecossistemas do Brasil e recuperação de áreas degradadas;

- Adotar, na questão amazônica, uma política de desenvolvimento auto-sustentável e de preservação desta Região, tendo em conta seu patrimônio biológico, sua biodiversidade e utilização racional de suas imensas reservas;

- Assegurar a demarcação e a garantia da integridade das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e o respeito à diversidade étnica e cultural;

- Redefinir os objetivos geopolíticos do Brasil em função dos interesses nacionais; avançar a integração política, econômica e social dos países do Mercosul, superando os limites deste enquanto mera articulação comercial regional, para consolidá-lo como pólo galvanizador de uma integração mais ampla dos países da América Latina contra o hegemonismo norte-americano no continente, tendo como base de relação comum a igualdade de direitos, respeito mútuo e cooperação entre os países;

- Lutar com a maioria das nações e povos do mundo, por uma nova ordem mundial de paz, soberania, democracia e desenvolvimento;

Estas são referências, entre outras, que deverão ser discutidas mais amplamente no âmbito do movimento oposicionista.



III - A participação do Partido no processo político

Neste 9º Congresso cumpre fazer um balanço da tática partidária considerando a evolução política recente. A participação do Partido Comunista do Brasil no curso dos acontecimentos políticos, nas instituições democráticas e no movimento de massas tem sido feita com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores, das massas populares, dos setores médios da população, dos jovens, das mulheres, dos negros, dos índios, dos excluídos, enfim da grande maioria da nação, na busca incessante de reforçar a unidade, elevar a combatividade e a organização do conjunto das lutas empreendidas contra os inimigos do povo.

PCdoB - combatente pela democratização do país

O Partido não é uma organização que apenas apregoa a transformação revolucionária ou é espectadora distante dos acontecimentos. Ele tem procurado agir politicamente ao nível do movimento real, exercendo influência em importantes resultados e desfechos na história política recente.

Em resposta às condições impostas pelo regime militar, o Partido assumiu o papel dirigente da resistência armada do Araguaia. Teve importante função precursora no final da ditadura, na luta por um governo democrático, pelo fim do Ato 5 e leis de exceção, pela anistia ampla e irrestrita e pela convocação da Constituinte. E quando, diante do quadro de forças estabelecido, esgotou-se a possibilidade de derrotar a ditadura por meio das eleições diretas, participou da eleição presidencial no Colégio Eleitoral, apoiando a candidatura Tancredo/Sarney para abrir passagem à redemocratização do país. A conquista da legalidade em 1985 permitiu ao Partido aparecer abertamente, com sua fisionomia própria. Pôde demonstrar sua identificação com as aspirações do povo de forma mais ampla. Alcançada a transição à democracia, aplicou-se em levá-la às últimas conseqüências. Empenhou-se para que a tendência progressista predominasse na Constituinte de 1988, estimulando para isso o movimento de massas e intervindo diretamente nos seus trabalhos. Foram alcançadas importantes conquistas na Constituinte de 1988. Entre as forças avançadas que contribuíram para esse resultado, o Partido teve papel destacado e decisivo.

O governo Sarney não levou adiante a democratização do país e tornou-se imperativo para o Partido e as forças populares mais conseqüentes a busca do caminho para reerguer a democratização. A aproximação da eleição presidencial de 1989 levou o Partido a propor a formação de uma ampla frente democrática e popular para retomar o avanço do processo progressista. A proposta resultou na formação da Frente Brasil Popular, constituída pela maior parte das forças de esquerda. A FBP foi ao segundo turno das eleições, quando uma frente mais extensa foi montada com forças democráticas, quase vencendo as eleições presidenciais.

PCdoB - opositor à política neoliberal de FHC

A vitória da candidatura Collor abriu nova fase política no país, bloqueando a tendência democratizadora que se desenvolvia desde o declínio do regime militar, e iniciando a caminhada para a inversão das conquistas democráticas, que é aprofundada pelo governo atual. A queda do governo Collor e a entrada de Itamar Franco produziu breve interregno democrático, mas não chegou a barrar a tendência antidemocrática. Ao mesmo tempo, no plano mundial, fazia-se sentir o impacto da crise do socialismo, com forte reflexo em nosso país. A partir da virada produzida no quadro nacional, o Partido foi ainda a força pioneira em demonstrar os objetivos da política inaugurada pelo governo Collor, alertando para o início do derrube das fronteiras nacionais e da involução política. Simultaneamente o Partido enfrentou a escalada política-ideológica contra o socialismo e as idéias revolucionárias. Respondeu a essa investida, preservando a essência das idéias revolucionárias marxistas e se renovando para colocar-se a altura das mudanças ocorridas.

Hoje o Partido tem como marca, no plano político, o combate sem tréguas à política neoliberal comandada por FHC. Procura demonstrar que essa política segue a iniciada por Collor. Ela reverteu o processo de democratização retomado com o fim do regime militar, e submete o país a uma dependência mais profunda. O PCdoB defende e pratica firme oposição ao governo FHC, como condição essencial para o êxito da perspectiva democrática e progressista. Manteve firme posição e destacada atuação na luta contra a aprovação da emenda da reeleição do presidente da República. Teve importante papel precursor e condutor nas grandes jornadas populares iniciadas no final da década de 70 e que ganharam as ruas e tiveram apoio da maioria da sociedade, desde a luta pela Anistia às Diretas Já e pelo impeachment do presidente Collor.

Cresce a influência do Partido no movimento sindical, através do apoio à CSC (Corrente Sindical Classista) da Central Única dos Trabalhadores, e em termos gerais no conjunto dos movimentos populares. Está ligado a organizações nacionais específicas de massas de jovens e mulheres. Continua



aumentando sua influência no movimento estudantil e juvenil. Na Câmara Federal o Partido destaca-se tradicionalmente por combinar combatividade com qualidade de sua intervenção. Hoje, a bancada federal do Partido destaca-se como importante pólo oposicionista dentro e fora do parlamento. Desenvolve firme atividade contra as emendas constitucionais antidemocráticas e as reformas de FHC. Assume importante papel na denúncia da função subalterna do Poder Legislativo em relação ao presidente da República. Coloca-se como centro de ressonância das reivindicações dos trabalhadores e da população oprimida. Participa da experiência pioneira da criação do Bloco de Oposição Parlamentar na Câmara dos Deputados. Nas assembleias estaduais e nas câmaras municipais as representações do PCdoB têm rumo idêntico ao seguido no parlamento nacional, levando em conta as realidades locais. Nas eleições municipais de 1996, o Partido foi vitorioso em alianças que elegeram 147 prefeitos, participando diretamente dessas administrações na maioria desses municípios. As experiências nos órgãos executivos, quando se aplica uma política justa, permitem, por um lado, maior ligação com as massas e, por outro, aprendizado de gestão administrativa nas esferas municipal e estadual.

PCdoB - contrário à reforma política antidemocrática

O crescimento do Partido está sujeito, evidentemente, a possibilidade de erros políticos que possa cometer. Entretanto, a ameaça real, o obstáculo maior à sua trajetória ascendente provém da chamada reforma política, menina dos olhos das correntes dominantes neoliberais. Essas correntes se fixam obsessivamente na questão da "governabilidade": garantir o avanço da reestruturação neoliberal e, ao mesmo tempo, conter o crescimento da resistência, sufocando-a. Pretendem manter a estabilidade política, o status quo dos partidos dominantes atuais, em detrimento de uma maior e mais diversificada formação partidária e representação parlamentar das correntes populares.

Esse é o conteúdo real da reforma política em andamento nas duas Casas do Congresso Nacional. Entre as propostas que compõem essa reforma, as mais perniciosas aos partidos populares são: a negação do sistema eleitoral proporcional e adoção do sistema distrital misto; a cláusula de barreira para o funcionamento parlamentar; a proibição das coligações proporcionais. O Partido procura desenvolver grande esforço no âmbito do parlamento, trabalhando junto aos aliados proposições alternativas, principalmente acerca das coligações, para garantir a participação parlamentar dos partidos menores. Todavia, não tem conseguido realizar ainda amplo trabalho de denúncia junto ao povo. A luta pela defesa da representação parlamentar do PCdoB, ameaçada pelo arbítrio das forças dominantes, deve ocupar lugar central na atividade de propaganda e de massas do Partido.

Tarefa política partidária - abrir caminho para superar o neoliberalismo

Pela experiência histórica dessas últimas décadas no Brasil, o crescimento e fortalecimento do PCdoB é condição essencial para o avanço conseqüente do processo transformador da sociedade. Por seu projeto programático, por sua trajetória política de rica experiência, contribuições e justa intervenção em momentos decisivos, ele se afirma cada vez mais como força conseqüente e respeitada. O rumo que os setores das classes dominantes, tendo à frente o governo FHC, procuram impor ao país aprofunda a encruzilhada histórica em que se encontra o Brasil. A compreensão do Partido, explicitada em seu Programa, é a de que somente será possível abrir outro rumo superando o neoliberalismo, seguindo o objetivo da conquista do socialismo científico. A viabilidade do socialismo em nosso país depende da aplicação de um Programa voltado para responder às necessidades da fase de transição preliminar do capitalismo atual ao socialismo. O caminho para que seja alcançado o poder político que garanta essa transição compreende uma disputa difícil e formas variadas de aproximação.

O Partido atua no curso da vida política. Não pode ficar indiferente à alternativa que possa reconduzir o processo democratizador e progressista, criando condições para aproximação do objetivo maior. Hoje, a tarefa política se concentra no enfrentamento do mais importante desafio:

- primeiro, reunir o máximo de forças políticas e sociais, concentrando grandes esforços na formação de vasto movimento político de resistência popular para fazer frente à investida neoliberal, invertendo a situação desfavorável ao avanço democrático e progressista;
- segundo, tornar vitoriosa a frente de forças democráticas, populares e nacionalistas que possa concretizar um novo projeto democrático, de reestruturação nacional e de acelerado desenvolvimento para o país;
- terceiro, diante da ofensiva para enquadrar e subordinar o desenvolvimento brasileiro às exigências dos circuitos globais do capital, ou a alternativa democrática de reestruturação nacional se aproxima do projeto de transição ao socialismo, abrindo caminho para superar o neoliberalismo, ou retrocede e acaba submetido por outras formas ao sistema neoliberal.

Cabe ao PCdoB e às forças populares mais conseqüentes fazer prosperar a tendência transformadora avançada, participando da conquista de objetivos intermediários, como meio de acumulação de forças e aproximação do objetivo maior - a transição ao socialismo. O Partido continuará divulgando e defendendo seu programa de construção socialista, procurando, dessa maneira, apontar a perspectiva mais conseqüente para superar o neoliberalismo, conquistando apoio social e político para esse grande empreendimento transformador da sociedade brasileira.

O Manifesto do Partido Comunista, 150 anos depois

O elo essencial entre o movimento real da luta dos trabalhadores, a formação do pensamento marxista e a elaboração do Manifesto, sua expressão-síntese

LORETA VALADARES

Passado um século e meio, o fantasma, desta vez, do próprio *Manifesto Comunista*, continua assombrando, não somente a Europa, mas há muito tempo já, o mundo inteiro. Afirmção jurássica, dirão os apologistas do “mundo globalizado”. Contra-senso, poderão reverberar os arautos do “fim da história”. Dogmatismo, certamente irão ressoar os teóricos pós-marxistas, procurando, com sua lupa criticista, indícios de “reducionismo classista”. Afinal, em um mundo que aparentemente se unifica pelos processos de globalização, vistos como irresistíveis, e após a queda do socialismo, atrever-se a insistir na realidade do espectro do comunismo e ressaltar a atualidade do *Manifesto* que o lançou, não deixa de ser temerário. Mas, pode-se negar que o *Manifesto* comunista por “sua audácia intelectual e sua ambição emancipacionista” seja “parte integrante de um movimento histórico de longo alcance”? (1) Não, na opinião de centenas de intelectuais e ativistas políticos do mundo inteiro que se preparam para saudar a data do aniversário do *Manifesto* em reunião internacional de grande porte em Paris, com seminários, debates, apresentações de textos, etc. Exa-

tamente porque o *Manifesto* comunista representa um marco de nosso tempo é que se faz necessária uma discussão sobre seu caráter, papel e atualidade.

O empreendimento não é fácil. Pois, se como disse Lênin, “este pequeno livro vale por tomos inteiros” e “seu espírito vem dando vida e movimento a todo o proletariado” (2), é imperioso levar em conta as profundas e poderosas transformações ocorridas no mundo ao longo do processo histórico-social de desenvolvimento do capitalismo. Muito embora o processo destas mudanças em grande parte estivesse já delineado nas tendências gerais estruturais do modo de produção capitalista, apresentadas pela primeira vez ao mundo na nova concepção da história proposta por Marx e Engels no *Manifesto*, seria inimaginável conceber seu alcance, e a profundidade e aceleração atingidas nos dias de hoje. Mas como “nos grandes processos históricos, 20 anos não são mais que um dia - embora logo possam vir dias em que se condensem 20 anos” (3), é sob esta formulação, que encerra, de modo concentrado, a extraordinária formulação metodológica do marxismo e a aguda visão tática do movi-

mento operário, que se deve colocar a perspectiva de o *Manifesto do Partido Comunista* e reapenhar sua atualidade.

Como obra teórica e instrumento revolucionário, o *Manifesto* deve ser tratado do ponto de vista do marxismo e sob a ótica da historiografia política. Isto significa que apenas descrever os novos conceitos da ciência social introduzidos pelo *Manifesto* e que constituem o arcabouço do materialismo histórico, sem fazer a leitura política da obra como um todo, pode levar a um entendimento meramente pedagógico, contrário à essência mesma da insuperável lição de método e concepção da história sintetizados no *Manifesto*. Pretender a aplicabilidade de todos os pontos programáticos nas novas condições históricas, à luz das grandes transformações econômicas e políticas e ao longo dos processos da história nestes 150 anos, é visão dogmática e anti-científica. Por outro lado, não preservar a inteireza do *Manifesto* enquanto programa político da classe operária e “melhor explicação sociológica da formação e o desenvolvimento dos proletários como classe em si”... (4) é renunciar a seu eloqüente apelo revoluci-

onário e negar seu papel pioneiro na formulação das idéias e conceitos-chaves que permitem examinar os fatores da transformação do mundo.

O cenário político e social da gênese do Manifesto

O que primeiro salta aos olhos ao se fazer a leitura política do *Manifesto* é sua estreita ligação com o movimento operário em seu processo de constituição e desenvolvimento, em meio às batalhas de classe, lutando para organizar-se enquanto movimento independente e reivindicando papel político próprio. Instrumento vivo da tese marxista segundo a qual teoria e movimento não se separam, o *Manifesto* é ao mesmo tempo expressão teórica e concepção estratégica do movimento operário. Basta acompanhar sua gênese, buscar os antecedentes históricos e teóricos, visualizar o cenário político e sentir o clima para perceber este significado. “O *Manifesto* tem sua história própria”... “reflete, até certo ponto, a história do movimento operário moderno”...(5). E é exatamente o que demonstra a investigação historiográfica sobre o *Manifesto*.

O *Manifesto do Partido Comunista* foi redigido por Marx e Engels, de dezembro de 1847 a janeiro de 1848, como tarefa resultante do segundo Congresso da Liga dos Comunistas, realizado em Londres entre 29 de novembro a 8 de dezembro de 1847. Mas não foi uma simples encomenda da Liga. Marx e Engels já àquela altura desempenhavam importante papel como intelectuais revolucionários e ativistas políticos no debate teórico e no processo de luta pela organização do proletariado enquanto classe independente.

O cenário era a segunda metade dos anos quarenta do século XIX quando se gestavam, em toda a Europa, as revoluções democrático-bur-

guesas em que tomou parte o proletariado, pela primeira vez aspirando emancipação social e papel político.

O clima era pré-revolucionário, em meio à grande crise econômica que se abatia sobre a Europa, atingindo os principais países. França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, em diferentes graus e de acordo com o estágio de seu desenvolvimento industrial, enfrentavam profundas convulsões sociais. Já haviam ocorrido a revolta francesa dos tecelões de seda em Lyon em 1831, a rebelião dos tecelões na Silésia em 1844 e o terceiro cartismo ressurgia, na Inglaterra, no bojo da crise de 1847, ganhando novo alento sob o presságio dos ventos revolucionários que sopravam da França. Estava a caminho a revolução de 1848.

O espírito era borbulhante de idéias e atividades políticas. O debate teórico era intenso, fervilhava a ação conspirativa. Proliferavam as associações de operários, as “organizações secretas”, os comitês de correspondência. Particularmente ativos eram os emigrados alemães em Paris e Londres, que haviam criado em 1834 em Paris a Liga dos Párias, da qual o setor operário mais radical se desprende, criando a Liga dos Justos em 1836, que, sob a influência de Marx e Engels, virá a se transformar na Liga dos Comunistas em 1847.

Este período da gênese do *Manifesto* é muito denso, entremeado de fatos históricos e de lutas sociais, políticas e ideológicas. Difícil é condensá-lo em poucas palavras, sem perder sua riqueza e precisão historiográfica. Mas o que se quer aqui é apenas estabelecer o elo indissolúvel entre a formação do pensamento marxista e, por conseguinte, a elaboração do *Manifesto* – sua expressão-síntese – com o movimento real da luta de classes em uma demonstração viva da substância teórica da categoria *movimento operário* como resultante do próprio processo do movimento do capitalismo (6).



O *Manifesto do Partido Comunista*. A primeira edição publicada em Londres no fim de Fevereiro de 1848

Marx e Engels, que se conheceram na redação da *Gazeta Renana*, na ocasião de uma visita de Engels a Colônia em 1842, começam sua colaboração histórica direta em 1844, quando efetivamente colocam as bases da nova teoria. Engels já escrevera o *Esboço de Uma Crítica da Economia Nacional*, inúmeros artigos para a *Gazeta Renana* e para o principal jornal cartista *The Northern Star*, dois ensaios sobre as condições sociais da Inglaterra, publicados no periódico *Vorwärts* em agosto e setembro de 1844 e trabalhava em seu eloquente livro *A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra* que vem à luz em 1845. Marx, por sua vez, publicara *A Questão Judaica* e a *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* em fevereiro de 1844 no *Deutsch-Französische Jahrbücher (Anais Franco-Alemães)*, revista editada por Marx e Arnold Ruge em Paris, para

onde Marx se mudara após constatar a impossibilidade de continuar como redator chefe da *Gazeta Renana*, devido à censura e perseguição política na Alemanha) e trabalhava em seus *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, obra

inacabada, da qual se conhece apenas três manuscritos, onde fazia a crítica à economia política burguesa e à propriedade privada analisando a essência das categorias

alienação e trabalho alienado. Em contacto com emigrados alemães em Paris, Marx colabora com o jornal *Vorwärts (Avante)*, que sob sua influência assume um caráter democrático. É neste jornal que escreve seus artigos sobre a revolta dos tecelões na Silésia, em 1844, destacando sua enorme importância enquanto expressão do aumento da consciência de classe dos operários alemães e desenvolve a idéia da revolução como tomada do poder político.

A primeira obra conjunta de Marx e Engels é *A Sagrada Família* (publicada em 1845 por J. Rütten, em Frankfurt)(7), ferina crítica à Crítica de Bruno Bauer e ao idealismo dos jovens hegelianos, seguida de *A Ideologia Alemã*, projeto iniciado quando Engels e Marx se encontram na primavera de 1845 em Bruxelas. Por caminhos distintos eles haviam chegado às mesmas conclusões sobre o papel dos “(...) fenômenos econômicos (...) força histórica decisiva, pelo menos no mundo moderno” e são “a base sobre que surgem os atuais antagonismos de classe e esses antagonismos de classe, nos países que graças à grande indústria se acham plenamente desenvolvidos, (...) constituem, por sua vez, a base necessária para a formação dos partidos políticos, para a luta entre os partidos, e, em consequência, para toda a história política”(8).

O conceito de internacionalismo proletário, desenvolvido pelo Manifesto, assume hoje particular importância

Nesta ocasião “Marx, partindo dos princípios básicos acima assinalados, já havia elaborado, em linhas gerais, sua teoria materialista da história e pusemo-nos a desenvolver minuciosamente, nas mais diversas

direções, a nova concepção descoberta” (...) descobrimento que vinha revolucionar a ciência histórica” (...) (9). Assim, em *A Ideologia Alemã*, obra inacabada e

que não foi publicada enquanto viveram por não encontrarem editor, Marx e Engels expõem os fundamentos da concepção materialista da história e do comunismo científico. Já nas *Teses Sobre Feuerbach*, escritas por Marx em 1845 e publicadas pela primeira vez por Engels em 1888, estão postos os princípios básicos da nova concepção de mundo (10). Esta concepção precisava ser divulgada, penetrar no movimento real das idéias e das lutas políticas em curso, polemizar com outras visões de comunismo, atingir o cerne dos círculos operários, sacudir as organizações secretas.

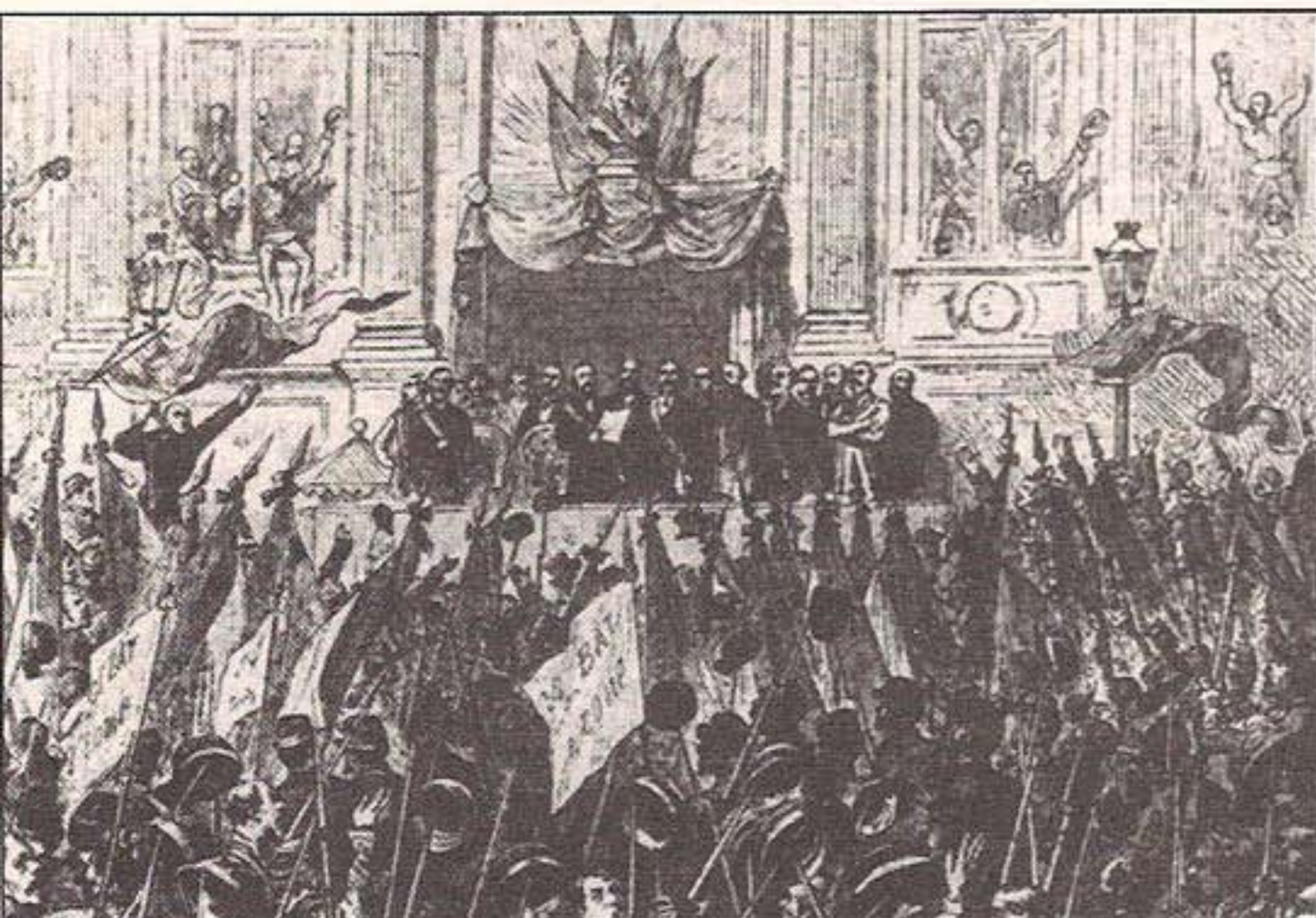
O movimento comunista e seu caráter internacionalista

Marx e Engels lançam-se febrilmente à atividade política prática. Criam o Comitê de Correspondência Comunista de Bruxelas no início de 1846, no bojo de duas “controvérsias que levantaram questões centrais para o movimento comunista daquele tempo”(11) contra o “comunismo igualitarista” de Weitling, que se limitava a conclamar os operários em nome da justiça e fraternidade e contra o “socialismo conservador” de Proudhon, que tentava submeter as idéias socialistas à eco-

nomia burguesa e se opunha à qualquer ação revolucionária do proletariado. Do Comitê de Bruxelas, Marx e Engels se dirigiam a comunistas e socialistas da Alemanha e de vários outros países, expondo suas idéias e propondo a organização de comitês semelhantes em outros lugares. Vários comitês foram surgindo, entre os quais o de Paris, criado na ocasião de uma visita de Engels, em contacto com dirigentes da Liga dos Justos. Militantes da Liga dos Justos em Londres criaram também um comitê de correspondência. Desse modo, Marx e Engels passaram a exercer maior influência sobre a Liga e o conjunto das organizações operárias, expondo suas idéias e os princípios da nova teoria aos operários e intelectuais comunistas e propondo medidas táticas para sua atividade política. Começava a tomar corpo o movimento comunista e seu caráter internacionalista.

A luta contra os socialistas “verdadeiros”, que não compreendiam o estágio de desenvolvimento do capitalismo e apregoavam a passagem direta ao “paraíso comunista”, na base do “amor” e da fraternidade, expressou-se na *Circular Contra Kriege*, jornalista alemão, membro da Liga dos Justos e que havia emigrado para os Estados Unidos. Na *Circular*, Marx combate a idéia de que as desigualdades sociais seriam abolidas a partir da distribuição de terra entre os trabalhadores, o que significaria apenas a extensão da propriedade privada a todos os homens e mulheres e submete à dura crítica a concepção mítica pregada em nome do comunismo. Esta *Circular* desempenhou grande papel na luta ideológica. Foi motivo de acirrados debates entre os círculos operários e comunistas da época, mas contribuiu para Marx e Engels firmarem as bases do comunismo científico.

Considerável influência exerciam também as idéias reformistas do pensador e político francês,



Proclamação da Comuna de Paris na praça diante da Câmara Municipal, 28 de março de 1871

Proudhon, artesão de origem camponesa, que defendia a emancipação dos trabalhadores por meios econômicos e não políticos. Marx publica em 1847 o livro *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon*, onde, em caráter polêmico, submete a uma profunda crítica a visão de Proudhon que reduz a economia política a um esquema de categorias abstratas estabelecendo falsas contradições econômicas, combate seu método antidialético e seu menosprezo pelo papel da ação revolucionária do proletariado. *Miséria da Filosofia* vem a ser a primeira exposição sistemática publicada da concepção materialista da história e será um importante instrumento de propaganda da nova teoria.

Em meio a esta intensa produção teórica e elétrica atividade política, funda-se, a partir da Liga dos Justos, a Liga dos Comunistas. Sobre a história da Liga, Engels fala das transformações ocorridas, principalmente entre os dirigentes da Liga dos Justos de Londres, que “cada vez mais compreendiam melhor quanto era

inconsistente a concepção do comunismo que imperava até então” (...) e “foram cada vez mais dando-se conta de que Marx e eu tínhamos razão, com a nossa nova teoria”(12). E quando Joseph Moll, um dos dirigentes da Liga convida Marx e Engels a ingressar, dando-lhes a “(...) oportunidade de desenvolver nosso comunismo crítico num manifesto”(13) e propondo sua participação no processo de reorganização da Liga, “(...) o que ela tivera até então de censurável para nós era agora abandonado por errôneo por seus próprios representantes (...) podíamos, então, recusar? Claro que não. Ingressamos, portanto, na Liga”(14).

O primeiro Congresso da Liga realizado entre 2 e 9 de junho de 1847 tem caráter principalmente organizativo. São propostos novos estatutos a serem aprovados em Congresso posterior, mas já há mudanças substanciais: a Liga passa a chamar-se Liga dos Comunistas e o slogan “Todos os homens são irmãos” é substituído por “Proletários de todos os países, uní-vos”. Um *Esboço de Confissão de Fé Comunista*, seria en-

viado às diversas filiais para ser submetido à discussão no segundo Congresso, que se realiza em novembro de 1847. Este Congresso consolida as novas posições da Liga, pondo de lado o que ainda poderia haver de utopismo, ao aprovar em seus estatutos como primeiro artigo os objetivos da Liga que são “a derrocada da burguesia, o domínio do proletariado, a abolição da velha sociedade burguesa baseada sobre antagonismos entre as classes, e a fundação de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada”(15).

A redação do Manifesto

Como resultado do Congresso, Marx e Engels recebem a tarefa de redigir um manifesto para dar publicidade à doutrina da Liga. A partir do *Esboço de Confissão de Fé*, Engels havia redigido um novo documento denominado *Princípios do Comunismo*, onde, sob a forma de perguntas e respostas (25 questões), explicava as principais categorias do materialismo histórico e desenvolvia seus princípios. Esta será a principal fonte direta preparatória do *Manifesto do Partido Comunista*. A este respeito escrevia Engels a Marx, em novembro de 1847: “pense um pouco sobre a confissão de fé. Acho que seria melhor abandonar a forma de catecismo e chamá-lo de *Manifesto Comunista*. Uma certa quantidade de história deve ser introduzida e por isso mesmo a forma em que se apresenta é inadequada”(16). Marx e Engels trabalham juntos no *Manifesto* logo após o Congresso, em dezembro de 1847, mas a redação final, a expressão literária, são inteiramente de Marx.

O *Manifesto do Partido Comunista* é escrito em estilo apaixonado, ao calor de uma revolução, em vésperas de acontecer. É em fevereiro de 1848, que surgirá a primeira edição alemã do *Manifesto*, impressa em Londres por J.E. Burghard, sem os nomes de Marx e

Engels. O impacto da revolução na França encobre a força propagandística do *Manifesto* que, “na época, logrou uma divulgação apenas diminuta e não teve inicialmente influência sobre o andamento dos acontecimentos”(17). Mesmo assim, duas outras edições anônimas são publicadas em alemão ainda em 1848. A primeira tradução inglesa é feita por Helen Macfarlane, e é publicada em 1850, na revista cartista *Red Republican*, conforme assinalam Marx e Engels no *Prefácio à Edição Alemã de 1872*, onde pela primeira vez assinam como autores. Seguem-se inúmeras outras traduções do *Manifesto*, conforme assinalam os distintos prefácios, que a partir de 1883, após a morte de Marx, são assinados apenas por Engels. Em 1888, outra edição inglesa é publicada por Samuel Moore, revisada e com notas acrescidas por Engels, que a ela se refere no *Prefácio à Edição Alemã de 1890*. Aliás, sobre a trajetória do *Manifesto*, suas correções, adequações históricas, explicações, cabe notar o papel dos *Prefácios* às suas diversas edições. Passados 150 anos, *O Manifesto* é uma das obras mais editadas (senão a mais) no mundo inteiro, tendo sido traduzido para todos os idiomas em todos os países.

Apesar de concisa e mal-apanhada, esta visão historiográfica posta até aqui permite determinar as vertentes principais que estão na gênese

do *Manifesto*: as batalhas de classe e convulsões político-sociais da época histórica, a profícua produção teórica ao calor do debate teórico-ideológico e a intensa atividade política no seio do movimento operário em curso. São estas vertentes que irão dar ao *Manifesto*, no dizer de Pierre Vilar seu caráter peculiar de “primeira obra-prima da história-síntese, da história explicação”(18), e primeiro programa político fundado em bases históricas.

O papel histórico do proletariado como questão chave do Manifesto

Ao se analisar a trajetória historiográfica do *Manifesto* e situá-lo nos dias de hoje, impõe-se, sobretudo, refazer sua leitura política. É sob esta ótica que aqui se propõe destacar alguns temas centrais e retomar sua perspectiva. Não se pretende, pois, uma exposição sistemática das partes do *Manifesto*, nem uma discussão sobre o desenrolar do processo histórico e todos os pontos programáticos ali postos (obviamente envelhecidos em muitos aspectos). O que se quer é tão somente resgatar seu caráter político eminentemente atual: são os principais conceitos e categorias do materialismo histórico introduzidos pelo *Manifesto* e

por ele postos em movimento que consubstanciam a relação teoria/política em uma perspectiva revolucionária e lhe confere a qualidade de programa político do proletariado.

É a descoberta do papel histórico do proletariado a questão chave do *Manifesto*. Não é uma idéia casual, surgida apenas no contexto das condições imediatas. É uma proposição científica, fundada na história real, que parte de dentro da análise do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo. Descrito de forma viva e sensível, o movimento de origem, evolução, ascensão e conquista do poder pela burguesia é mostrado como “um complexo processo de longa duração e de múltiplas ramificações”(19) que termina por simplificar os antagonismos de classe reduzindo-os a dois beligerantes: a burguesia e o proletariado. A época histórica progressista da burguesia que “só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”,(20) se esgota quando o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas não encontra correspondência nas relações de produção. Marx e Engels ilustram este processo com a imagem do “feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais que desencadeou”(21). Das entranhas do próprio desenvolvimento do capitalismo surge uma nova época histórica, a do proletariado, já que “a burguesia não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que empunharão estas armas - os operários modernos, os *proletários*”(22).

O proletariado atravessa estágios diferentes até constituir-se como classe independente: de massa desorganizada, desenvolve-se, através de lutas locais contra os capitalistas/antagonistas imediatos, formando sindicatos e associações, até alcançar a condição de lutar como



Manifestação diante de catedral Kazanski em St. Petersburgo, 18 de Dezembro de 1876

classe para derrubar o capital em escala nacional. O processo de constituição do proletariado como classe revela, assim, sua característica intrinsecamente revolucionária, pois, “o proletariado não pode erguer-se, por-se de pé, sem fazer saltar toda a superestrutura formada pelas camadas da sociedade oficial” (23). No *Prefácio à edição alemã de 1883*, Engels, que assina sozinho, prestando um tributo a Marx como pioneiro na elaboração das idéias fundamentais do materialismo histórico, assim sintetiza o papel do proletariado na história: a luta de classes “chegou a uma fase em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não pode emancipar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia), sem emancipar, ao mesmo tempo e para sempre, a sociedade inteira da exploração, da opressão e da luta de classes” (24). Esta idéia central do *Manifesto* situa a época histórica da revolução proletária de largo alcance e de dentro do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo. A ruptura - revolução - surge como elemento inerente ao desenrolar histórico da luta de classes, exigência objetiva do próprio papel da classe operária. A revolução, no entanto, não irrompe de forma espontânea: o fator consciente, na perspectiva comunista, é força propulsora.

Esta visão da história exposta no *Manifesto* tem caráter teórico e político. Engels diria, mais tarde, ao escrever sobre a história da Liga que: “agora o comunismo já não consistia em exprimir o mais perfeito ideal possível da sociedade, buscado na fantasia, mas sim em compreender o caráter, as condições e os objetivos gerais daí decorrentes, da luta empreendida pelo proletariado” (25). Aqui se condensam teoria e política: a compreensão da história e os objetivos da luta. O papel histórico do proletariado não

se concretiza espontaneamente, e sim, na visão comunista, a partir do estabelecimento de seus objetivos: “constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (26). Marx e Engels situam estes objetivos no mesmo capítulo do *Manifesto* em que estabelecem a relação dos comunistas com os proletários e a necessidade de sua organização política, de seu partido, pois “os comunistas são a fração mais avançada e resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais” (27). Daqui emana a idéia de Partido como fator consciente e a teoria de Partido que Lênin, de acordo com as condições históricas e preservando o elemento ativo e dinâmico, irá desenvolver (28).

A perspectiva teórica e política do Manifesto nos tempos atuais

Retomar a perspectiva teórica e política do *Manifesto* coloca em evidência questões candentes atuais, ao mesmo tempo complexas e polêmicas: teriam as profundas mudanças, particularmente nos últimos 20 anos, ocorridas a nível mundial no sistema capitalista - os chamados processos de “globalização”, impulsionados pela vertiginosa aceleração dos avanços tecnológicos - modificado (para alguns, acabado) a luta de classes, retirando de cena os beligerantes até então e colocando outros “atores” sociais? Estaria sendo eliminada a contradição capital X trabalho e substitu-

ída por ajustes estruturais? Cidadania? Por fim, seriam as transformações tecnológicas, as novas formas do processo produtivo, os novos mecanismos introduzidos na organização social do trabalho responsáveis pela redefinição

do papel histórico da classe operária? Por “reduzida” que se encontra teria a classe operária perdido o seu papel?

Até agora, nenhuma dessas questões colocadas obteve sustentação teórica que fosse capaz de deslocar o nexo luta de classes/capitalis-

mo, mesmo sob a nova roupagem da globalização. Ao contrário, a marcha atual do capitalismo expõe mais a olho nu a contradição entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção. É certo que em novas condições e com características particulares, nunca, no entanto, o conflito capital X trabalho foi tão agudo, nem o abismo entre as classes tão largo e profundo. As particularidades do alto grau de financeirização e as novas tecnologias desencadeiam um processo de expansão do capital carregado de novas e intrincadas contradições, sem resolver as velhas. Aparece um quadro complexo, onde a mercantilização e alienação do trabalho ganham novas características, ao tempo em que grande quantidade da força de trabalho é eliminada. Resulta um índice de desemprego nunca antes visto no mundo, acompanhado de violenta perda de direitos dos trabalhadores. Surge um enorme contingente de desempregados e sub-proletários, marginalizados do processo produtivo, constituindo um verdadeiro exército de excluídos. Pobreza e exclusão, em proporções sem

Os conceitos e categorias do materialismo histórico introduzidos pelo Manifesto colocam a relação entre a teoria e a política em uma perspectiva revolucionária

precedentes, produtos da atual escalada do capitalismo/imperialismo, contrastam com o elevado índice de lucro e a acentuada concentração do capital.

Este quadro, aqui apenas delineado, longe de “acabar” com a luta de classes, ao contrário, torna-a mais densa. Os atuais processos de “globalização”, não conseguem retirar do cenário político o enfrentamento entre a burguesia e o proletariado, nem eliminar seu *status* teórico enquanto categorias da ciência social. As poderosas forças produtivas desencadeadas pela burguesia a nível internacional, mesmo com suas características novas e percorrendo rotas não previstas, agudizam a contradição com o invólucro que as contém: as relações capitalistas de produção, que continuam mantendo a classe operária no centro do processo

produtivo. As contradições capital/trabalho e burguesia/proletariado permanecem no eixo da explicação da formação econômico social capitalista em qualquer estágio em que se encontre e, como “toda a luta de classes é uma luta política”, (29) mais do que nunca, está a exigir a ação política revolucionária do proletariado.

Quanto à argumentação de que a classe operária teria perdido o seu papel porque as inovações tecnológicas e as mudanças no mundo do trabalho estariam retirando sua força no processo produtivo, não se pode confundir a redução absoluta e relativa da classe, analisada por Marx em *O Capital* (retificando idéia inicial posta no *Manifesto* sobre o crescimento do proletariado), com o lugar que ocupa na produção, qualidade que lhe dá a condi-

ção estratégica capaz de romper as relações capitalistas de produção. Não é a quantidade que define o papel da classe, mas seu lugar ainda insubstituível no processo produtivo que, nas novas condições de alta tecnologia, aumenta a capacidade produtiva, gerando uma extração altamente concentrada de mais-



A insurreição de Junho do proletariado de Paris. Captura de St. Antoine, subúrbio de Paris, pelas tropas governamentais, 26 de junho de 1848

valia e, por conseguinte, um alto grau de exploração do trabalho. Por outro lado, a internacionalização da produção e as novas formas de organização do trabalho imprimem um caráter social cada vez maior à produção, enquanto a grande concentração do capital torna cada vez mais privada a apropriação. A contradição produção social (coletiva) e a apropriação privada (individual), intrínseca ao capitalismo, é insolúvel dentro de seus próprios marcos. O socialismo é a saída histórica, o único regime capaz de resolver esta contradição, transformando a apropriação privada em coletiva.

Mas não teria sido demonstrado pela experiência de sua própria construção que o socialismo se esgotou? Não estaria o apelo político-revolucionário contido no *Manifesto* e ex-

presso nos objetivos dos comunistas, fora da realidade, com a derrota do socialismo? Os erros cometidos, o dogmatismo na concepção de Partido, a estagnação teórica, a não compreensão das fases de construção do socialismo não teriam abalado de tal forma os alicerces históricos e teóricos do socialismo a ponto de torná-lo “um regime do passado”, de um século que já se encontra no limiar de outro?

É verdade que a derrota do socialismo infligiu duro golpe no movimento comunista e nas forças revolucionárias mundiais. Causou pesado impacto sobre a luta dos povos. Provocou brusca mudança na correlação de forças em âmbito internacional. Mas não destruiu seus próprios alicerces teóricos e históricos, porque “não se baseiam em idéias e princípios inventados ou descobertos

por tal ou qual reformador do mundo. São apenas a expressão geral das condições reais de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se desenvolve diante de nossos olhos”.(30) Hoje, impulsionado pelo projeto neoliberal, o capitalismo/imperialismo ganha novo alento, mas não arranca as raízes das contradições que lhes são inerentes. E “diante de nossos olhos” a perspectiva socialista se coloca real e realizável. Porque “os comunistas (...) representam e defendem também, dentro do movimento atual, o futuro do movimento”.(31)

O que a história do século denominado por Hobsbawm de “breve século XX”(32) conta é o nascimento do socialismo, não sua morte. Projeta sua perspectiva futura, não seu confinamento no passado.

O que a derrota do socialismo põe a nu é a incompreensão dos mecanismos de transição ao socialismo, é o dogmatismo na análise de novos fenômenos, é a estagnação teórica, é a cristalização política. Mas não apaga as marcas históricas feitas pela primeira experiência socialista no mundo. Traz, sim, entranhados, ensinamentos também históricos e de longo alcance. Indica que o caminho revolucionário para o socialismo é intrincado, repleto de particularidades, exigindo muita criatividade teórica e política. Revela, sobretudo, que não há modelo universal de socialismo, sua realização necessita partir do material histórico existente, de acordo com época e lugar, segundo as condições concretas e as peculiaridades de cada país.

Ao se fazer a leitura política do *Manifesto* não se pode deixar de chamar a atenção para uma das idéias-chaves ali desenvolvidas: o internacionalismo proletário. Esta idéia relaciona-se com o processo de expansão da burguesia, descrito de forma brilhante por Marx e Engels, introduzindo conceitos que guardam extraordinária contemporaneidade: "mercado mundial"; "caráter cosmopolita da produção"; "interdependência universal das nações" (33). O antagonismo burguesia X proletariado é internacional, a luta do proletariado é internacionalista: visa a emancipação de toda a humanidade. Particular importância assume hoje o conceito de internacionalismo proletário diante dos novos e vorazes mecanismos de globalização capitalista, empurrados pela ofensiva neoliberal que busca atrelar o mundo ao seu projeto.

Novos e instigantes desafios se afiguram para o internacionalismo proletário, conceito de princípio, construção renovada, mantém a força e o vigor no brado emitido pela primeira vez há 150 anos, ao final do *Manifesto*: "Proletários de todos os países, uní-vos".

LORETA VALADARES é profª de Ciências Políticas da UFBA.

NOTAS

(1) Da carta de lançamento do projeto de comemoração dos 150 anos do *Manifesto Comunista* em reunião internacional a ser realizada entre 13 e 16 de maio de 1998, em Paris. A carta é assinada pelo Bureau de organização, coordenado por Francette Lazard.

(2) Lênin, *Obras Escogidas*, em doce tomos, tomo I, Editorial Progreso, Moscou, 1979, p.223

(3) Marx, Engels, *Selected Correspondence*, Progress Publishers, Moscow, 1955, *Carta de Marx a Engels*, 9 de abril de 1863, p. 140

(4) Fernandes, Florestan, *Em Busca do Socialismo, Últimos Escritos & Outros Textos*, Xamã Editora, São Paulo, 1995, p. 169

(5) Engels, Friedrich, *Prefácio à Edição Alemã de 1890*, in Marx, Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Ediciones en Lenguas Extranjeras, Pekin, 1973, p.19 e p.21

(6) Ver Marx, Karl, *O Capital*, Abril Cultural, SP, 1984, vol. 1, tomo 2, p.293, quando diz que "com a diminuição constante do número de magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, (...) da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista" (grifo meu)

(7) Sobre a cronologia dos escritos de Marx e Engels ver *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore, Jorge Zahar Editor, RJ, 1988, p.410

(8) Engels, Friedrich, *Contribuição à História da Liga dos Comunistas*, in Marx, Engels, *Obras Escolhidas*, em três tomos, Alfa-Omega, SP, s/d, vol.3, p. 157

(9) Engels, Friedrich, idem

(10) Observe-se que aqui não se pretende uma cronologia expositiva dos escritos de Marx e Engels neste período até

48, mas apenas, levantar os principais antecedentes teóricos do *Manifesto*

(11) McLellan, David, *Karl Marx, Vida e Pensamento*, Vozes, RJ, 1990, p. 170

(12) Engels, Friedrich, *Contribuição à História da Liga dos Comunistas*, in op.cit. p.159

(13) idem, p.160

(14) ibidem, p.160

(15) Citado por McLellan, David, in op.cit. p. 193. Ver, também, nota 116, p. 188, que se refere aos estatutos do primeiro Congresso.

(16) Marx, Engels, *Selected Correspondence* op.cit., *Carta de Engels a Marx*, 23-24 de Novembro, 1847, p. 45

(17) Abendroth, Wolfgang, *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*, Paz e Terra RJ, 1977, p. 27

(18) Vilar, Pierre, *Marx e a História*, in Hobsbawm, *História do Marxismo*, vol.1, Paz e Terra, RJ, 1987, p. 116

(19) Fernandes, Florestan, op.cit. p.54

(20) Marx, Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, op.cit. p.36

(21) ibidem, p. 40

(22) ibidem, p.41

(23) ibidem, p.47

(24) ibidem, p.8

(25) Engels, Friedrich, *Contribuição à História da Liga*, in op.cit., p. 158

(26) Marx, Engels, *Manifesto*, op.cit. p.50

(27) ibidem, p. 50

(28) Sobre a concepção de partido, sua historiografia, as principais polémicas, ver nosso artigo *Qual Partido?*, in *Princípios* n.23, Editora Anita Garibaldi, SP, nov/dez/jan 1992

(29) Marx, Engels, *Manifesto*, op.cit. p. 45

(30) ibidem, p.50

(31) ibidem, p. 75

(32) Refere-se ao subtítulo do livro de Hobsbawm, Eric, *Era dos Extremos*, Companhia das Letras, SP, 1995

(33) Marx, Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, in *Obras Escolhidas*, op.cit. p.24

A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação

A resistência ativa é uma arma na luta pela transformação da deficiente estrutura educacional brasileira

DERMEVAL SAVIANI

O que se entende por diretrizes e bases da educação? Por que se diz que o Brasil não chegou a edificar um sistema nacional de ensino? Quantas LDBs (Leis de Diretrizes e Bases) nosso país já teve? Quais as concepções de educação, escola, homem e sociedade dos diferentes projetos que tramitam na Câmara e no Senado, durante o processo de elaboração e aprovação da atual Lei da Educação? Quais as perspectivas para a educação nacional, no atual quadro de ofensiva neoliberal?

Essas e outras questões são tratadas no livro de Dermeval Saviani, *A nova lei da educação – LDB: trajetória, limites e perspectivas*, Campinas, Editora Autores Associados, 1997, que já se encontra na 2ª edição.

Pelas informações que fornece e, sobretudo, pelas análises e reflexões que apresenta e suscita, o livro interessa a um público amplo, não apenas a quem atua no campo educacional. Ao abordar a educação como questão nacional, o autor - Filósofo, Livre Docente e Professor Titular da UNICAMP - faz a crítica de como ela vem sendo tratada em nosso país e denuncia o caráter neoliberal das atuais políticas, dentre as quais situa o projeto que resultou na Lei nº 9394/96, a nova LDB. Mais que isso, aponta elementos para se forjar uma estratégia de resistência ativa, com vistas a reverter esse quadro desfavorável à viabilização da educação pública nacional e democrática. É este o tema da conclusão do livro que a *Princípios* reproduz, a seguir, contando com especial cortesia do autor e da Editora Autores Associados.

Uma outra vez deixamos escapar a oportunidade de traçar as coordenadas e criar os mecanismos que viabilizassem a construção de um sistema nacional de educação aberto, abrangente, sólido e adequado às necessidades e aspirações da população brasileira em seu conjunto.

O esboço de um sistema nacional, traçado no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” de 1932, enfrentou resistências expressas nas disputas em torno da elaboração da Constituição de 1934 e acabou

inviabilizado com o advento do Estado Novo em 1937.

A nova oportunidade aberta pela Constituição de 1946 e materializada no projeto de LDB que deu entrada no Congresso Nacional em 1948 se viu engolfada no conflito escola particular-escola pública e se deteve diante do avanço dos setores privatistas.

Desta vez, a circunstância da elaboração de uma nova LDB, propiciada pela Constituição de 1988, criou novas esperanças que resultaram frustradas pela ofensiva neoconservadora

que logrou tornar-se politicamente hegemônica a partir de 1990.

À vista da trajetória percorrida, estamos prestes a transpor o limiar do século XXI sem termos conseguido realizar aquilo que a sociedade moderna se pôs como tarefa dos séculos XIX e XX: a educação pública nacional e democrática.

Como resultado, o déficit histórico em matéria de educação foi se acumulando de forma a neutralizar os pequenos avanços obtidos. Assim é que, em 1890 a taxa de analfabetismo estava em torno de 85% em relação à população total (12.213.356 para uma população de 14.333.915). Hoje pode-se considerar que houve um progresso relativo, já que aquela taxa caiu para cerca de 30% (oficialmente registram-se 21,6% em relação à população de idade igual ou superior a sete anos, o que projeta uma taxa de 33,68% para a população total, tomando-se os dados do Censo de 1991). No entanto, se considerarmos a população total (146.825.475, conforme o mesmo Censo de 91), veremos que 33,68% correspondem a 49.458.776. Portanto, o número absoluto de analfabetos quadruplicou.

Vê-se, pois, que o déficit em termos absolutos tende a aumentar mesmo quando o Estado detém a iniciativa de formular políticas educacionais que, dentro dos parâmetros vigentes, visam equacionar o problema reduzindo as taxas relativas. A situação acaba por se agravar, atingindo limites intoleráveis, num contexto como o de hoje em que o Estado busca demitir-se de suas responsabilidades transferindo-as para outras instâncias. Com efeito, a orientação neoliberal adotada pelo governo Collor e agora pelo de Fernando Henrique Cardoso vem se caracterizando por políticas claudicantes: combinam um discurso que reconhece a importân-

cia da educação com a redução dos investimentos na área e apelos à iniciativa privada e organizações não-governamentais, como se a responsabilidade do Estado em matéria de educação pudesse ser transferida para uma etérea "boa vontade pública".

A situação descrita só poderia ser revertida com a clara determinação do Estado de assumir a educação como prioridade número 1, com a conseqüente vontade política de realizar as ações concretas em que se expressa essa prioridade.

Ilustremos o que foi dito com a questão orçamentária.

A Constituição de 1988 determina que a "União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino" (art. 212). Frise-se: na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ora, manter significa garantir a continuidade do que já existe. Portanto, esse dispositivo supõe o sistema já instalado. Assim, se o sistema nacional de ensino estivesse já implantado e funcionando plenamente, isto é, se todas as crianças pudessem nele ingressar aos sete anos de idade nele permanecendo por oito anos até concluir o ensino fundamental, então tratar-se-ia apenas de mantê-lo funcionando e desenvolvê-lo, isto é, ampliá-lo na medida das novas necessidades postas pela sociedade.

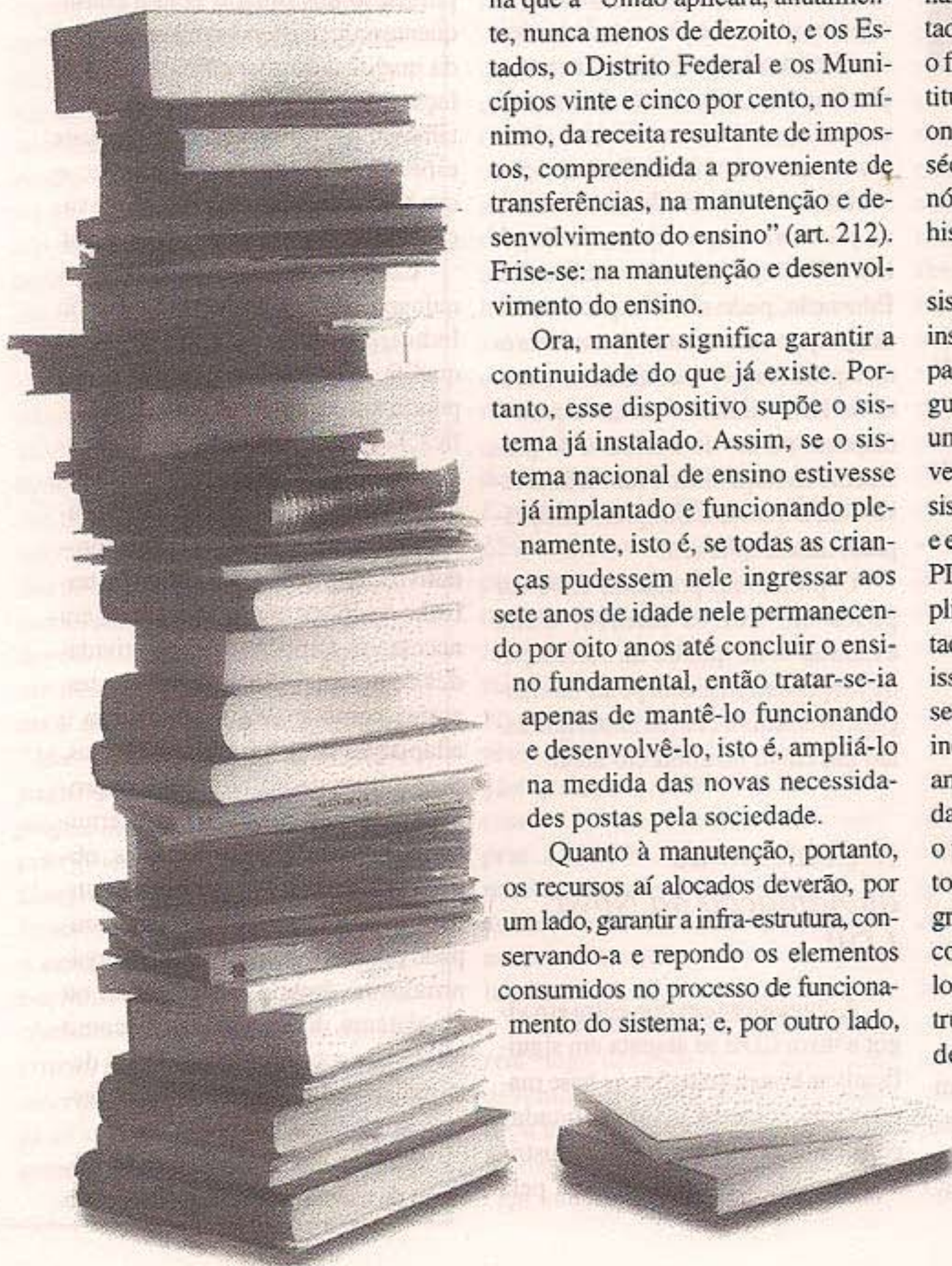
Quanto à manutenção, portanto, os recursos aí alocados deverão, por um lado, garantir a infra-estrutura, conservando-a e repondo os elementos consumidos no processo de funcionamento do sistema; e, por outro lado,

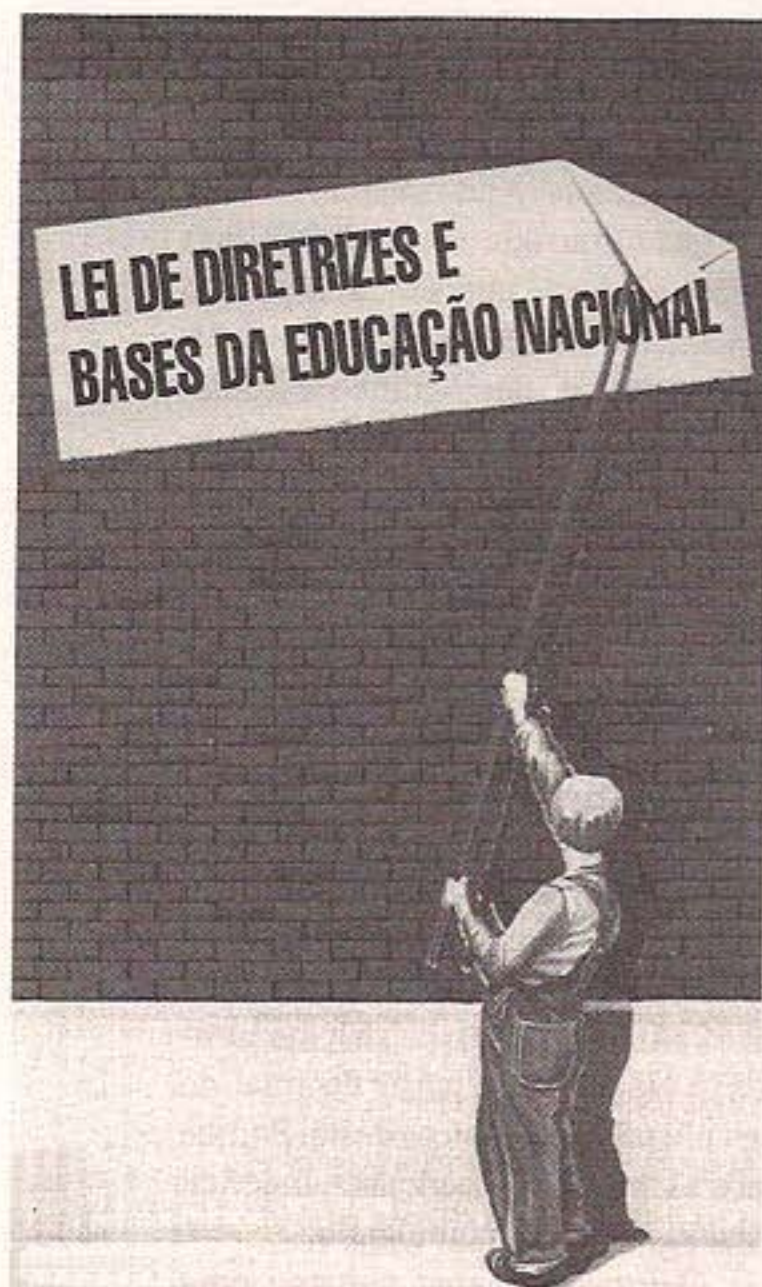
deverão garantir também o pagamento dos salários e as condições de trabalho dos professores e dos demais funcionários que atuam no sistema.

Quanto ao desenvolvimento, duas necessidades se impõem: a ampliação do sistema em decorrência do eventual crescimento demográfico; e a atualização do sistema pela incorporação dos avanços tecnológicos tanto em termos dos instrumentos e métodos como no que respeita ao aperfeiçoamento dos agentes da educação.

Observa-se, pois, que o problema da manutenção e desenvolvimento do ensino estaria satisfatoriamente equacionado nos termos constitucionais, se o sistema já estivesse implantado e funcionando plenamente como o fizeram os principais países que instituíram os respectivos sistemas nacionais de ensino a partir do final do século passado e início deste. Porque nós assim não procedemos, o déficit histórico foi se acumulando.

O nosso problema, portanto, consiste no fato de que o sistema não está instalado. Será necessário fazê-lo. Mas para isso os recursos orçamentários regulares não são suficientes. Impõe-se um plano emergencial que permita investir maciçamente na construção do sistema, elevando-se substantivamente e em termos imediatos o percentual do PIB destinado à educação, o que implica o status de prioridade 1 e a vontade política de que se falou antes. Que isso é possível, o demonstram os países que implantaram os seus sistemas, inclusive aqueles que o fizeram tardiamente como são os casos do Japão e da Coreia. Mas também o demonstra o nosso próprio país através de projetos de impacto que contaram com grandes investimentos públicos em decorrência da vontade política de torná-los realidade. Estão nesse caso a construção de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis, o SIVAM, o gasoduto proveniente da Bolívia e o PROER. Por isso, em outra oportunidade levantei a idéia, sugerindo-a, inclusive, ao MEC, de





se criar uma espécie de PROEN (Programa de Recuperação da Educação Nacional) através do qual seriam captados recursos de monta para viabilizar a implantação de nosso sistema de educação em âmbito nacional logrando-se, assim, universalizar o ensino fundamental, erradicando definitivamente o analfabetismo.

O desfecho da tramitação do projeto da LDB evidenciou, porém, que no âmbito da educação a vontade política que acabou prevalecendo operou em sentido contrário ao esforço necessário para se equacionar um problema que vem se arrastando há mais de um século e que, por isso mesmo, já não pode mais ser escamoteado e cuja gravidade é consensualmente reconhecida.

Conseqüentemente, também os conservadores, em razão de suas pretensões à hegemonia, não se podem furtar às proclamações da importância e prioridade da educação. Por isso, na tramitação da LDB, os em-

bates se deslocaram para questões de filigrana jurídica, tendo como carro-chefe a palavra “inconstitucionalidade”. A cada proposta que implicasse alguma transformação mais significativa, se contrapunha a palavra mágica: “é inconstitucional; não pode. Essa iniciativa é privativa do presidente da República”. Ou então: “fere a autonomia dos Estados, dos Municípios, ou da iniciativa privada”.

Ora, houvesse efetiva vontade política por parte dos setores hegemônicos para se resolver o crônico problema da educação nesse país, tais dificuldades não existiriam. Nessa hipótese, a maioria dos problemas sequer seriam levantados. E aqueles que o fossem estariam rápida e facilmente resolvidos. Um exemplo: digamos que, diante de determinado dispositivo, se constate claramente que, segundo a Constituição, se trata, sem dúvida de uma iniciativa privativa do presidente da República. Então, chama-se o ministro da Educação, pede-se a ele que formule um projeto ou a minuta de um decreto, o presidente o encaminha, e o texto da LDB remete o assunto para o disposto no ato de iniciativa do presidente da República. Pronto. Está resolvida a questão. Simples, fácil, rápido, descomplicado.

O problema, portanto, deve ser posto em outros termos. Cabe examiná-lo no quadro da correlação de forças determinada pelas mudanças estruturais e conjunturais que estão em curso no contexto atual.

O Contexto de Implantação da Nova LDB

A conjuntura em que entra em vigor a nova LDB se assenta em significativas transformações na base material da sociedade, identificadas como uma nova Revolução Industrial cuja base científica é dada pela

microeletrônica e cuja expressão tecnológica se traduz na automação dos processos produtivos marcando, pela via da informática, a vida social em seu conjunto.

Diferentemente do período da Primeira Revolução Industrial, quando aconteceu a transferência de funções manuais para as máquinas, o que agora está ocorrendo é a transferência das próprias operações intelectuais para as máquinas. Por isso também se diz que estamos na “era das máquinas inteligentes”.

Ora, se o advento da indústria moderna (Primeira Revolução Industrial) conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, com a conseqüente redução, tendente à supressão, da qualificação específica, na Revolução Microeletrônica, ora em curso, também as qualificações intelectuais específicas tendem a desaparecer, o que traz como contrapartida a elevação do patamar de qualificação geral.

Com efeito, a introdução da maquinaria, obra da Primeira Revolução Industrial, eliminou a exigência de qualificação manual específica, impondo um patamar mínimo de qualificação geral, equacionando no currículo da escola primária, como requisito para que os trabalhadores pudessem se adequar ao processo produtivo mecanizado. Mas, além do trabalho de operar com as máquinas, era necessário também realizar atividades de manutenção, reparos, ajustes, assim como o desenvolvimento e adaptação a novas circunstâncias. Subsistiram, assim, no interior da produção, tarefas que exigiam determinadas qualificações específicas, obtidas por um preparo intelectual também específico. Esse espaço foi ocupado pelos cursos profissionais organizados no âmbito das empresas ou do sistema de ensino, tendo como referência o padrão escolar, mas determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo.

Portanto, sobre a base geral e comum da escola primária, o sistema de

ensino se bifurcou entre as escolas de formação geral e as escolas profissionais. Estas, por não estarem diretamente ligadas à produção, tenderam a enfatizar as qualificações gerais (intelectuais) em detrimento da qualificação específica, ao passo que os cursos profissionalizantes, diretamente ligados à produção, enfatizaram os aspectos operacionais vinculados ao exercício de tarefas específicas (intelectuais e manuais) no processo produtivo considerado em sua particularidade.

É essa situação que vem sendo revolucionada. Ao transferir para as máquinas, agora de base eletrônica, inclusive as operações intelectuais específicas, dispensa-se a exigência dos cursos profissionalizantes. Eis por que o modelo de profissionalização da Lei 5.692/71 fracassou, enquanto instituições do tipo das "Escolas Técnicas Federais", por enfatizarem as qualificações intelectuais gerais em articulação, porém, com o trabalho produtivo, contêm maior potencial para responder a essas novas necessidades desde que devidamente reorientadas.

Parece, pois, que a revolução em curso alberga virtualidades que, sendo desenvolvidas, conduziriam ao limiar da consumação do processo de constituição da escola como forma principal, dominante e generalizada de educação. Em consequência, a universalização de uma escola unitária que desenvolva ao máximo as potencialidades dos indivíduos conduzindo-os ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais-intelectuais, estaria deixando o terreno da utopia e da mera aspiração ideológica, moral ou romântica para se converter numa exigência posta pelo próprio desenvolvimento do processo produtivo (SAVIANI, 1994: pp. 147-164).

Efetivamente, o grau de desenvolvimento das forças produtivas nas condições da atual revolução tecnológica torna essa possibilidade factível, uma vez que praticamente toda a produção dos bens socialmen-

te necessários passa a poder ser feita por complexos automáticos, liberando o homem para o usufruto de uma ampla margem de tempo livre possibilitando-lhe o cultivo do espírito, a criação cultural, o desenvolvimento pleno de suas faculdades.

No entanto, para que esse grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas possa produzir todos os seus frutos, beneficiando toda a humanidade, é necessário que se preencha uma condição: a apropriação coletiva de seus resultados. E isso é obstaculizado pelas relações sociais vigentes que, dificultando a generalização da produção baseada na incorporação maciça das tecnologias avançadas, dificultam também a universalização da escola unitária.

Sabe-se, com efeito, que as relações sociais próprias da sociedade capitalista se baseiam na apropriação privada dos meios de produção e, conseqüentemente, dos produtos daí decorrentes. Assim, enquanto o capitalismo socializou a produção, ele manteve sob controle privado a apropriação. Nesse contexto, as revoluções tecnológicas se, por um lado, aumentam a capacidade de produção humana, por outro lado, têm sido feitas sob o signo do aumento da produtividade, entendida como o incremento da margem de valorização do capital. Com isso, o desenvolvimento das forças produtivas humanas, em lugar de beneficiar o conjunto da humanidade, redundam em benefício daquela parcela que detém a propriedade dos meios de produção. O panorama atual é, pois, atravessado por esta contradição: estão já disponíveis as condições tecnológicas

capazes de produzir os bens necessários para manter todos os homens num nível de vida altamente confortável; no entanto, o incremento da produtividade produz o efeito contrário, provocando a exclusão e lançando na miséria um número crescente de seres humanos.

Em suma, as transformações no âmbito econômico, ancoradas na revolução microeletrônica, foram acompanhadas no plano social por um reordenamento nas relações de

classe beneficiando os detentores do capital em detrimento da força de trabalho, para o que se foi instituindo, a nível político, uma nova relação Estado-sociedade traduzida na orientação denominada neoliberal,

Esse processo foi ganhando maior visibilidade a partir da década

de 1970 como resposta aos sinais de esgotamento da "Idade de Ouro", período da grande expansão capitalista que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial (HOBBSAWM, 1995). Certamente não terá sido por mera coincidência que os dois maiores protagonistas da corrente neoliberal, Friedrich von Hayek e Milton Friedman tenham sido agraciados com o Prêmio Nobel de Economia respectivamente em 1974 e 1976. A tendência em pauta foi sendo articulada e difundida por organismos internacionais, à testa o Banco Mundial, tendo sido assumida por alguns governos (Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos) ao longo da década de 1980, tornando-se hegemônica na década de 1990, favorecida pelo desmoronamento do chamado "socialismo real".

A orientação neoliberal se caracteriza por políticas claudicantes: o discurso reconhece a importância da educação mas os investimentos na área são cortados

Uma das características principais desse novo quadro é a globalização, com o conseqüente enfraquecimento dos Estados Nacionais, o que faz com que a tendência dominante se reproduza de forma semelhante nos diferentes países, de modo especial aqueles dependentes dos grandes centros produtores de tecnologia e que controlam as finanças, vale dizer, o fluxo de capitais.

Tomando como eixo o livre mercado, advoga-se a redução do Estado através dos processos de privatização, desregulamentação, redução da carga tributária e extensão das leis de mercado mesmo para aquelas áreas que tradicionalmente eram consideradas próprias da esfera pública e da alçada do Estado como a saúde, a previdência social e a educação. E as possíveis resistências da população trabalhadora e das forças políticas a ela articuladas tendem a ser quebradas pelo crescente desemprego que repercute no enfraquecimento de suas organizações cujas lideranças se procura cooptar ou neutralizar.

A nova LDB será implantada, pois, num contexto de dificuldades para os setores populares e seus representantes progressistas, sendo-lhes a correlação de forças claramente desfavorável. Verifica-se, com efeito, um refluxo no ascendente processo de organização e nas grandes mobilizações que caracterizam o campo educacional nos anos 80. Como enfrentar essa situação?

A Estratégia da Resistência Ativa

À vista dos elementos dispostos e tendo presente o desfecho da

tramitação do projeto de LDB no Congresso Nacional, resulta inviável que as forças progressistas, vale dizer, a comunidade educacional organizada, venham a assumir a dianteira do processo de implementação da nova LDB. Parece que a única alternativa que resta é o desenvolvimento de formas de resistência.

Tem-se constatado, entretanto, que as resistências às iniciativas de política educacional, por parte do movimento crítico e progressista, têm se revestido de um caráter passivo. Quando se anuncia uma medida de política educacional, tendem a surgir vozes discordantes que expressam suas críticas, formula objeções, alertam para os riscos e apontam as conseqüências negativas que poderão advir, caso a medida proposta venha a ser efetivada. São, em geral, manifestações in-

dividuais que, embora em quantidade significativa e representativa de preocupações e anseios generalizados entre os profissionais que militam no campo educacional, acabam não ultrapassando o âmbito

do exercício do direito de discordar.

Ora, esse procedimento podia surtir algum efeito prático durante o governo Collor, mas não é mais suficiente no contexto atual. Isso porque naquele caso se tratava de um governo destituído de legitimidade, competência e sustentação política, razão pela qual, ocorrendo resistência, a iniciativa se inviabilizava. O governo Fernando Henrique Cardoso, ao contrário, dispõe de legitimidade, competência e base política para fazer valer

suas propostas. Diante de eventuais resistências contemporâneas, altera a tática e, através de nova investida, acaba efetivando a sua proposta. Aos críticos só resta conviver com o fato consumado, tendo que se ajustar de algum modo à nova situação.

Nesse novo contexto, a resistência passiva termina por resultar inútil. Daí a necessidade de se passar à resistência ativa. Esta implica pelo menos duas condições: a primeira se refere à forma, isto é, a exigência de que a resistência se manifesta não apenas individualmente, mas através de organizações coletivas, galvanizando fortemente aqueles que são, de algum modo, atingidos pelas medidas anunciadas; a segunda diz respeito ao conteúdo, envolvendo, portanto, a formulação de alternativas às medidas propostas, sem o que será difícil conseguir a mobilização.

O relativo impasse em que desembocou o encaminhamento da nova LDB tem a ver com a prevalência da resistência passiva. A mobilização anterior se arrefeceu e a capacidade de resistência foi quebrada pela adoção da estratégia das reformas pontuais. A falta de alternativas a essa forma de encaminhamento da política educacional, assim como ao seu conteúdo, tem imobilizado as chamadas "esquerdas".

Nesse contexto de crescente desemprego parece que faz todo o sentido que os sindicatos retomem vigorosamente a luta pela redução da jornada de trabalho. Ora, esse é um ponto que tem importantes conseqüências no âmbito da educação. Quando comentamos a Seção referente à Educação de Jovens e Adultos, salientamos a importância das medidas incluídas no Substitutivo Jorge Hage em especial a redução da jornada de trabalho para viabilizar a freqüência à escola. E observamos, diante da sua

A situação de precariedade do sistema educacional só pode ser revertida quando o Estado assumir a educação como prioridade número 1

exclusão do texto aprovado, que medidas como essas não tinham mesmo chance de figurar no texto legal nestes tempos neoliberais em que os direitos dos trabalhadores tendem a ser comprimidos, senão eliminados, jamais expandidos.

No entanto, embora a redução da jornada de trabalho contrarie a orientação política dominante, ela tem respaldo no desenvolvimento da produção que permite, pelo incremento tecnológico, uma maior produtividade em menor tempo de trabalho. A articulação entre as organizações do âmbito educacional com as organizações operárias em torno desse objetivo comum, é um exemplo de como se pode acionar a estratégia da resistência ativa. Além do mais, como se trata de pontos que a lei não incluiu mas também não proibiu, na esteira da luta pela redução da jornada de trabalho é possível reintroduzir as outras medidas correlatas como o direito a horas de estudo durante a jornada de trabalho, recepção de programas de teleeducação no local de trabalho, oferta de trabalho em tempo parcial etc., no próprio processo de implantação da nova LDB. E isso com base na Constituição e no artigo quinto da mesma LDB que considera que o acesso ao ensino como direito público subjetivo abrange também os jovens e adultos devendo, em consequência, lhes ser garantido pelo Estado.

Vários outros exemplos poderiam ser mencionados para ilustrar como, através da resistência ativa, se poderia ocupar os espaços deixados pelas diversas lacunas ou omissões do texto da lei.

Entretanto, penso que a referida estratégia poderá ser desencadeada sobre a base das duas ins-

tâncias consideradas centrais no projeto aprovado pela Câmara porque através delas se garantiria a efetiva participação da população organizada, em especial da comunidade educacional, nas decisões relativas à política educacional. Refiro-me ao Fórum Nacional de Educação e ao Conselho Nacional de Educação.

No Primeiro Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo

apenas de formular uma proposta de plano mas também de acompanhar e avaliar a execução do referido Plano Nacional de Educação.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 87 da lei, é atribuída à União a tarefa de encaminhar ao Congresso Nacional, no prazo de um ano, o Plano Nacional de Educação para os dez anos seguintes. Ora, o resultado do trabalho do Fórum, caso não haja espaço para



A resistência ativa se manifesta não apenas individualmente, mas através de organizações coletivas, galvanizando aqueles que são atingidos pelas medidas da nova LDB. Na foto, 45º Congresso da UNE. BH, 1997.

Horizonte entre 31 de julho e 3 de agosto de 1996, colocou-se como tema central a reunião de subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Educação. Ocorreu-me, então, sugerir que, a partir desse I CONED, se constituísse um Fórum Nacional de Educação, com caráter permanente e estruturado à base de comissões técnicas, com a tarefa de levar a cabo um diagnóstico consistente a partir do qual se possa formular metas a curto, médio e longo prazo e delinear os meios e as ações que permitam viabilizá-las. A esse Fórum caberá a tarefa não

ser incorporado em termos oficiais, se constituirá como proposta alternativa àquela do MEC, podendo ser eventualmente considerada pelo Congresso Nacional, permanecendo, de qualquer modo, como referência para a análise e avaliação da execução e possível alteração do plano que vier a ser aprovado.

Eis como se pode acionar a estratégia da resistência ativa. Resiste-se à tendência dominante mas formulando e apresentando proposta alternativa que, pelo conteúdo e pela forma de mobilização, permite conduzir o embate com alguma

chance de reverter a situação, se não imediatamente, acumulando energia para o momento em que a correlação de forças se tornar mais favorável.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Educação não deve ser pensado como um espaço fora de cogitação. Ao contrário, deve ser considerado de forma atenta, buscando articular-se com ele tendo em vista os objetivos maiores da educação brasileira. Com efeito, pela forma como foram indicados os seus membros, pela sua composição atual e pelas suas atribuições, é da maior importância a interlocução com o CNE. Em seu interior se

encontram elementos que aliam uma consistente qualificação intelectual ao enraizamento na experiência das batalhas travadas pela comunidade educacional organizada. Não podemos permitir o seu isolamento o que, além de enfraquecer as nossas lutas, implicaria o risco de sua neutralização ou cooptação.

A estratégia proposta parte da consideração de que a mudança da situação está exigindo alteração nos conceitos que até então orientavam as forças de esquerda, com a conseqüente alteração também nas formas de luta. O conceito de Estado está se "alargando", quando se constata o espaço que vem sendo ocupado pelas chamadas organizações não-governamentais, o mesmo acontecendo com o conceito de partido. Por isso talvez esteja na hora de retomarmos, de forma atenta às circunstâncias em que vivemos, a metodologia gramsciana de análise das situações, com os conceitos daí de-

correntes como o de Estado ampliado, envolvendo a articulação entre sociedade política e sociedade civil, e o de partido, também ampliado, abrangendo tanto o partido político que estava voltado mais diretamente para a sociedade política, como o partido ideológico que visa à hegemonia no seio da sociedade através dos organismos da sociedade civil.

A articulação entre as organizações do âmbito educacional com as organizações operárias em torno da redução da jornada de trabalho é um exemplo da estratégia da resistência ativa

Em suma, há transformações de caráter orgânico que respondem às necessidades de desenvolvimento da humanidade. Contra essas não cabe resistir o que, aliás, seria reacionário. Tais transformações se manifestam, via de regra, na forma de crises de conjuntura cuja

raiz reside nas contradições da estrutura social vigente. Nesse quadro, eis como se configura a correlação de forças: uma vez que os interesses dominantes procuram conservar a estrutura de que são beneficiários, busca-se evitar que as contradições da estrutura vigente venham à tona, interpretando-se a crise conjuntural como um acidente de percurso, um desvio que não só pode como deve ser corrigido. Tais interesses caminham, pois, na direção de frear o processo histórico.

Inversamente, os interesses dominados caminham na direção da aceleração do processo histórico. E isto porque não interessa às camadas dominadas a manutenção da estrutura e sim a sua transformação, tendo em vista a construção de um novo tipo de sociedade livre da dominação. Nessa perspectiva a crise de conjuntura é vista efetivamente como ma-

nifestação das contradições da estrutura que devem ser explicitadas e superadas através da transformação da própria estrutura social.

É este o embate que se pôs no processo de tramitação da nova LDB e que será reposto no encaminhamento de sua implantação. Os que se identificam com a forma social atualmente existente procurarão responder às questões postas pela implantação da nova legislação educacional na direção da consolidação do status quo, evitando mudanças ou incorporando aquelas inovações que concorrem para esse objetivo. De outro lado, os que visam à transformação da ordem existente se empenharão no encaminhamento das questões educacionais em sintonia com as necessidade de transformação.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996, embora não tenha incorporado dispositivos que claramente apontassem na direção da necessária transformação da deficiente estrutura educacional brasileira, ela, de si não impede que isso venha a ocorrer.

A abertura de perspectivas para a efetivação dessa possibilidade depende da nossa capacidade de forjar uma coesa vontade política capaz de transpor os limites que marcam a conjuntura presente. Enquanto prevalecer na política educacional a orientação de caráter neoliberal, a estratégia da resistência ativa será a nossa arma de luta. Com ela nos empenharemos em construir uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades e aspirações da população brasileira.

DERMEVAL SAVIANI é Prof. da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Canudos, Cem anos: a guerra está sendo reavaliada

Merece destaque o fato de que, até recentemente, ao se falar de Canudos exaltava-se a bravura dos que lá morreram, mas não se caracterizava o levante sertanejo como uma luta social

HAROLDO LIMA

Estamos reverenciando o primeiro centenário da Guerra de Canudos. As datas registram episódios diferentes. Há três anos, aqui mesmo em *Princípios*, novembro de 1993, homenageamos o centenário da fundação do arraial do Belo Monte, o povoado fundado por Antônio Conselheiro na antiga Fazenda Canudos, onde hoje se encontra o açude de Cocorobó. Aos 22 de setembro passado, fez 100 anos da morte de Antônio Conselheiro. E aos 5 de outubro último registrou-se o primeiro século da destruição completa do arraial do Belo Monte, do fim da Guerra de Canudos.

Está sendo muito significativa a passagem desse primeiro século de Canudos. A consciência cívica nacional colocou na ordem do dia o reexame crítico da guerra sertaneja e, sobretudo nos últimos três anos, multiplicaram-se sensivelmente os atos, estudos e realizações relacionados com Canudos.

Centenas de publicações foram feitas nesse período, dezenas de seminários, obras de arte, excursões e palestras sobre Canudos. Especialmente na Bahia e em S. Paulo os eventos foram numerosos, com iniciativas de instituições diversas, onde se destacaram as Universida-

des de Feira de Santana, a Estadual da Bahia, com seu Centro de Estudos Euclides da Cunha, a Federal da Bahia, a Católica de Salvador e a Universidade de Santa Cruz, que mobilizaram professores e estudantes em pesquisas valiosas, debates e palestras. Os jornais *A Tarde*, da Bahia, e o *Estado de S. Paulo*, do qual foi correspondente Euclides da Cunha, apresentaram encartes e matérias analíticas, com extensos e penetrantes estudos sobre Canudos. Um professor, notabilizado pelos estudos minuciosos feitos sobre o tema, José Calasans, publicou importante obra, a *Geografia de Canudos*. O livro *A Guerra do Fim do Mundo*, de Vargas Llosa, espalhou-se pelo exterior através de 15 idiomas e, em português, chegou à sua 17ª edição. Em 1993 foi traduzido para o francês *Os Sertões*, diga-se de passagem, somente agora. E em 1994 foi ele traduzido para o alemão. Também, somente agora.

A produção artística também esteve presente nesse registro histórico. Músicas, poemas, pinturas, documentários, vídeos e até um longa metragem foram feitos. Na Bahia compositores de sensibilidade, como Fábio Paes, e vozes belas, como as de Rose e Jurema Paes, evocaram

Canudos em cantos lancinantes, sendo diversos os grupos musicais típicos que cantam e dançam Canudos lá nas beiradas do Vaza-Barris, na nova Canudos, em Uauá e em Euclides da Cunha, cenário da "guerra do fim do mundo". Canudos ganhou hoje no Brasil sua produção artística mais grandiosa, exuberante, expressiva e valorosa nos 400 quadros e gravuras do "Projeto Canudos", dos quais 100 quadros compõem a extraordinária coleção "Canudos Rediviva", tudo do grande artista plástico baiano Tripoli Gaudenzi.

Toda essa produção e movimentação teve um sentido geral. É que não foi feita apenas uma reprodução dos fatos e datas de Canudos, não se trabalhou para resgatar apenas os sítios canudenses e os vestígios arqueológicos da guerra, mas procurou-se fazer uma reavaliação histórica da Guerra de Canudos. Na verdade, este centenário marca essa reavaliação, no fundamental já feita.

Canudos foi um acontecimento trágico da História do Brasil. Camponeses, desempregados, recém libertos da escravidão, homens simples e rudes, golpeados pela seca, banidos pelo latifúndio, perseguidos

pela intolerância e brutalizados pelo abandono governamental se aglomeraram, à cata da esperança perdida, em busca da sobrevivência ameaçada e em torno de uma líder carismático e forte, de grande arrojo e capacidade de organização, que era Antônio Conselheiro. Para esses homens a República apareceu sob a forma de aumento de impostos e atuou como se estivesse desmerecendo da religião, ao valorizar o casamento civil e afastar a Igreja do Estado. Contra isto revoltaram-se os conselheiristas. Foram tidos como inimigos da Pátria, ameaçadores do Estado.

A Nação foi posta em armas para enfrentar o reduto conselheirista. Tropas foram mobilizadas de norte a sul do país. Um clima de ódio a Canudos foi preparado junto à população pelo Governo e pela mídia da época. A opinião pública ficou aguerridamente hostil aos canudenses. As notas oficiais não tinham o menor escrúpulo na veiculação das notícias mais absurdas, como a de que Canudos estava articulada com o exterior recebendo armas e dinheiro para restaurar a Monarquia no Brasil. Quando chegaram ao Rio de Janeiro as notícias da derrota da terceira campanha, comandada pelo Coronel Moreira César, foi uma comoção. A massa depredou e empastelou as redações e as tipografias dos jornais monarquistas *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *Apóstolo*. Gentil de Castro, um monarquista, foi assassinado, em meio a um clima frenético de artificial patriotada. Escreveu Euclides: "...um ditado único, monótono... persistiu, como aspiração exclusiva - o esmagamento dos inimigos da República.." A manipulação da opinião pública pelos meios de comunicação sempre foi um problema grande no Brasil.

O plano urdido visava a destruição, o assassinato, a torpeza. O General Zenildo de Lucena, atual Ministro do Exército do Brasil, apre-

Imagens da quarta expedição militar. Bahia, 1897



Ruínas da Igreja de Santo Antônio



Batalhão de infantaria na trincheira



Divisão Canet



Soldados no Rio Vaza-Barris



Sepultura do Capitão Aguiar

sentando recente publicação sobre Canudos escreveu: “Coube ao Exército o encargo de neutralizá-la (a “ameaça” de Canudos) antes que como um incêndio de proporções imprevisíveis se alastrasse pelo interior do país.” (1) Efetivamente a dita “ameaça” de “um incêndio de proporções imprevisíveis”, que poderia “se alastrar pelo interior do país”, diz respeito à visão antiga e invertida sobre Canudos que, pelo visto, ainda perdura em meios castrenses inatingidos pela reavaliação em curso sobre o episódio. Entretanto, o “encargo de neutralizá-la”, não foi o “encargo” dado pelo Presidente civil de então ao Exército. A orientação que o Presidente da República Prudente de Moraes deu quando se despedia no Rio de Janeiro de um corpo expedicionário que embarcava para a Bahia foi a seguinte: “...que não fique pedra sobre pedra”! E foi essa a orientação cumprida. Como diria Euclides da Cunha, não foi uma guerra, foi “uma charqueada”. Mataram 15 mil sertanejos, morreram 5 mil soldados.

A resistência dos canudenses foi firme, decidida, extraordinária, heróica. Improvisaram táticas de guerra, desenvolveram a guerra sertaneja, versão catinguera da guerra de guerrilhas. Naquele sertão bravo, exposto ao sol escaldante, naquelas terras calcinadas, de macambiras e faxeiros, naquela paragem agressiva que vez por outra torna-se terna na sombra de um umbuzeiro, forjaram-se comandantes militares intrépidos, temidos e respeitados, cuja expressão maior foi Pajeú. Em uma singela homenagem aos centenários guerrilheiros de Canudos abramos aqui um parágrafo a Pajeú.

Pajeú foi um homem acima dos prognósticos. Negro, da estirpe de Zumbi dos Palmares, revelou-se pessoa afeita às façanhas que requeriam inteligência fulminante, audácia acima da coragem, liderança

incontestada e golpe de vista tático instantâneo. Aprendera a guerrear guerreando e a confrontar-se com o rival vencendo-o. Venceu, com seu povo, as três primeiras campanhas.

Quando a quarta expedição aproximava-se de Canudos num cerco mortal, Pajeú procurou emboscar as forças do governo. Teria que atraí-las a um lugar mais favorável ao ataque guerrilheiro, ao cenário da armadilha. Tinha que dar a entender que estava fugindo, sendo perseguido, e fazer com que o Exército fosse atrás dele até onde ele queria. Deixemos Euclides descrever esse episódio em suas cores brilhantes:

“O inimigo (os homens de Canudos) aparece outra vez. Mas célere, fugitivo... Dirigia-o Pajeú. O guerrilheiro famoso visava, à primeira vista, um reconhecimento. Mas, de fato, ... tinha objetivo mais inteligente: provoca um delírio de descargas e um marche-marche doido ... Desapareceu. Surgiu logo depois, adiante ... Passou, num relance, acompanhado de poucos atiradores, por diante, na estrada. Não foi possível distingui-los bem. Trocadas algumas balas, desapareceram... Duas horas depois, ao transpor o general o teso de uma colina, o ataque recrudesciu de súbito ... O tiroteio frouxo ... transmudou-se numa fuzilaria furiosa. ... Não se via o inimigo, ... metido dentro das trincheiras-abrigos ... e encoberto nas primeiras sombras da noite que descia. A situação era desesperadora. Triunfara o artil. Os expedicionários ... haviam imprudentemente enveredado ... pela paragem desconhecida, acompanhando, sem o saberem, um guia ardiloso e terrível, com que não contavam - Pajeú.”

Pajeú foi, inquestionavelmente, o grande vulto militar da guerra de Canudos. Morreu como morrem os heróis, em meio a uma empreitada intrépida. A última expedição fechava o cerco sobre Canudos. Pajeú, que sempre emboscara o adversário



Moradores do Arraial de Canudos capturados pelas tropas federais

bem antes de Canudos, agora estava ali, vendo seu reduto ser emboscado. De pronto localizou o ponto mais fraco do seu inimigo e lançou sobre ele fulminante ataque. A surpresa e impetuosidade foram tais que o cerco ficou em perigo e, em decorrência, a própria quarta expedição. Os três generais, atônitos, tiveram que fazer grande concentração de forças para repelir o golpe de Pajeú. Conseguiram. Era 24 de julho de 1897. Pajeú morreu. Um herói. Foram precisos três generais para abatê-lo...

Canudos permaneceu cerca de 80 anos como uma guerra que ocorreu no sertão da Bahia, no início da República, contra fanáticos e insubmissos. A versão oficial prevalecia, "uma ameaça". E ficara o registro épico de Euclides da Cunha,

contando a saga dos sertanejos em Os Sertões, naquilo que parece ter sido a maior aventura literária brasileira.

Talvez seja a partir da década de 80 que a consciência nacional começou a despertar-se para uma reavaliação de Canudos. Em 1986, o então Secretário de Educação da Bahia, Edivaldo Boaventura, para preservar os sítios históricos, criou o Parque Estadual de Canudos, hoje dirigido pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha, da Universidade Estadual da Bahia, que realiza notável trabalho. A intelectualidade, notadamente da Bahia e de S. Paulo, debruçou-se sobre o episódio, investigando-o de um ponto de vista crítico. E a literatura, e as Universidades, e as conferências, e as poesias, e as pinturas, e as peças e as mú-

sicas e foram delineando um novo perfil de Canudos.

O que merece destaque é que, até então, ao se falar de Canudos exaltava-se a bravura dos que lá sucumbiram, mas não se caracterizava nitidamente aquela como uma luta social. Hoje, a reavaliação feita, sobretudo nesses últimos 20 anos, salienta ter sido Canudos expressão da luta social sertaneja brasileira da época, tratada cruelmente, brutalmente, a ferro e fogo, num erro clamoroso das elites de então. Antes, via-se Canudos como um movimento de rebelados que resistiram com bravura. Hoje vê-se Canudos como "um crime da nacionalidade", na expressão dita há tempos por Euclides da Cunha. Antes, era a exaltação dos vencidos. Hoje é a denúncia do genocídio.

Essa mudança da forma de se abordar Canudos é a marca mais importante desse centenário. Mudança que começou, mas que precisa avançar.

Em Salvador, por exemplo, não há um monumento ao Conselheiro, nem uma rua com seu nome. No Pelô - o Pelourinho, reduto da negritude baiana - não se exalta Pajeú. Entretanto, em Niterói, há uma rua homenageando o coronel conhecido como o "Corta Cabeça" de Canudos, o Coronel Moreira Cesar. Quando, pouco após o golpe de 64, o escultor Mário Cravo Jr. fez uma escultura belíssima do Conselheiro, em tamanho maior que o natural, e a colocou em frente ao Teatro Castro Alves, em Salvador, a reação levou à retirada da peça do local em que estava, e provocou, numa espécie de desagravo, a construção e inauguração pelo Exército de um monumento intitulado "aos heróis de Canudos", ao lado do Forte de S. Pedro. A historiografia brasileira oficial precisa reescrever o capítulo de Canudos.

Nessa revisão histórica parece que definitivamente iniciada diferentes setores da sociedade participam.

Quando dirigi-me a Canudos, logo depois de ter deixado o Presídio Político em 1979, para um ato à beira do açude Cocorobó, em registro ali feito do acontecimento, impressionou-me a fala de bispos da Igreja Católica, à frente dos quais D. José Rodrigues, de Juazeiro, pedindo perdão aos conselheiristas pela incompreensão de autoridades eclesásticas da época!

A intelectualidade tem contribuído, e muito, para a revisão em curso, e precisa fazê-lo bastante, pois foi lamentável seu posicionamento sobre Canudos há cem anos atrás. Grosso modo, durante a guerra, ficou quase toda ela contra os conselheiristas, com poucas exceções, como Machado de Assis, que fez dos sertanejos uma defesa, moderada contudo. Vargas Llosa, a propósito, faz um comentário cáustico. Diz ele, "os intelectuais tiveram uma grande responsabilidade, pois os jagunços eram gente muito primitiva ... e, ao menos explica que confundissem a República com o diabo. Mas, que os republicanos, gente que representava o Brasil mais ocidentalizado, confundissem um movimento

campesino de tipo religioso com uma conspiração anti-republicana dos monárquicos, dos latifundiários, ou da Inglaterra, foi muito mais grave ..."

Houve um setor que não precisou fazer revisão, por que nunca aceitaram a visão distorcida e elitista criada e imposta sobre Canudos. São os poetas populares, os artistas anônimos, a tradição do povo para quem Canudos nunca deixou de ser uma esperança destrozada de redenção dos pobres. A resistência ideológica da literatura de cordel, dos repentistas semianalfabetos e dos compositores populares contribuiu, e muito, para ensinar aos esclarecidos a verdade de Canudos. Alguns são mais antigos. Outros aparecem até hoje, não se sabe bem pela mão de que autor. Como esse:

O soldado morria,
porque queria matar.
O sertanejo matava,
por que queria viver.
... coisa bem diferente,
que se precisa entender.
Venceu o acampamento,
acabou-se o povoado.
O tempo veio depois,
o fogo acabou as casas,
a água escondeu o chão.
Mas o nome de Canudos
ninguém esquece, patrão.
Canudos é protesto
ecoando no sertão.
(*A Tarde*, 26/6/93)

HAROLDO LIMA é deputado federal pelo PCdoB da Bahia e exerce seu quarto mandato na Câmara dos Deputados. É membro do Comitê Central e da Executiva do Partido Comunista do Brasil.

NOTAS

(1) - Canudos, campanha militar, Ministério do Exército, 1997.



Fotografia utilizada no documentário *Canudos*, escrito e dirigido por Ipojuca Pontes

Castro Alves, o poeta do povo

Logo é consagrado nacionalmente, não por ter sido apenas o “poeta dos escravos”, mas pelo tom vigoroso de sua poesia, de versos ressonantes, indignados e expressivos

RONIWALTER JATOBÁ

O país comemora este ano o sesquicentenário (150 anos) de nascimento de Castro Alves. O poeta, registrado Antônio Frederico de Castro Alves, deixou um conjunto dos mais belos poemas do chamado romantismo brasileiro.

Filho de médico, Castro Alves nasceu em Curalinho, hoje Castro Alves, Bahia, em 1847, e morreu em Salvador, em 1871. Durante sua brevíssima existência, afinal viveu apenas 24 anos, o país passou por intensas lutas sociais e políticas. No período, o Império, como nos dias de hoje, reformava a sociedade brasileira com soluções que vinham do exterior. Havia conflitos. A Revolução Praieira (1848) foi um grupo destoante das classes médias, em Pernambuco. A Guerra do Paraguai (1865-1870) foi um desastre econômico que agravou a debilitada economia interna baseada no trabalho escravo. Nas regiões de cultura agrícola mais ativa, o café, e nos centros urbanos mais desenvolvidos, formava-se um coro republicano e abolicionista. Segundo o professor Alfredo Bosi, a estréia da poesia de Castro Alves “coincide com o amadurecer de uma situação nova: a crise do Brasil puramente rural; o lento mas firme crescimento da cultura urbana, dos ideais democráticos e,

portanto, o despontar de uma repulsa pela moral do senhor-e-servo, que poluía as fontes da vida familiar e social no Brasil Império”.

Artista de seu tempo, Castro Alves elegeu, portanto, a realidade brasileira como temática de seus versos. Logo é consagrado nacionalmente, não por ter sido apenas intitulado o “poeta dos escravos”, mas sobretudo pelo tom vigoroso de sua poesia, de versos ressonantes, indignados e expressivos. Vida e obra, inclusive, se confundem. Em 1862, entra no curso de Direito em Recife, onde já começava a campanha liberal-abolicionista, da qual foi o poeta mais destacado. Ali apaixona-se pela atriz Eugênia Câmara para quem escreve o drama *Gonzaga* ou a *Revolução de Minas*. Viaja para o Rio de Janeiro. Recomendado por José de Alencar, é apresentado a Machado de Assis, que adora seus versos. Transfere-se para São Paulo, onde se matricula na Academia de Direito do largo São Francisco, no terceiro ano do curso. Arrebata corações, mas parece não nutrir muito carinho pela cidade: “Casas que parecem feitas antes do mundo, tanta são pretas; ruas que parecem feitas antes do mundo, tão desertas”. Em São Paulo, com a saúde já abalada pela tuberculose pulmonar, sofre um acidente durante uma caçada, obri-

gando-se a amputar uma perna. Regressa à Bahia em 1870 e falece no ano seguinte em Salvador.

Para o professor Benjamin Abdala Jr., Castro Alves, que soube usar o vigor de sua palavra em favor do oprimido, também criou uma poesia sensual. “Sua poesia amorosa é passional, composta com muito envolvimento. O que, segundo Mário de Andrade, revolucionou a poesia romântica, causando uma verdadeira mudança na concepção da temática do amor na poesia do Brasil”. Mas é na nota editorial da primeira edição de *Obras completas*, publicadas em 1921, que se define acertadamente sua trajetória poética: “Além de lírico intimista, houve em Castro Alves o poeta social, o abolicionista exaltado, o cantor dos escravos. Construiu, destarte, o futuro moldando valores novos e novos motivos de viver, com o pensamento embebido em valores eternos - a liberdade, a justiça, a caridade, a fraternidade humana. Assim, viveu extraordinariamente o seu tempo, pois viver o seu tempo é viver a sua vanguarda, antecipando-se ao futuro, construindo-o revolucionariamente”.

Roniwalter Jatobá é jornalista e escritor.

Seleta:

o sensual e o social

O navio negreiro

Era um sonho dantesco... O tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho,
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar açoite...
Legiões de negros como a noite,
Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras, moças... mas nuas espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs.

.....
Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus...
Ó mar! por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão?
Astros! noite! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...

O século

Quebra-se o cetro do papa,
Faça-se dele - uma cruz
A púrpura sirva ao povo
P'ra cobrir os ombros nus
.....
Basta!... Eu sei que a mocidade
É o Moisés no Sinai;
Das mãos do Eterno recebe
As tábuas da lei! - Marchai!
Quem cai na luta com glória,
Tomba nos braços da História,
No coração do Brasil!
Moços, do topo dos Andes,
Pirâmides vastas, grandes,
Vos contemplam séculos mil!

Boa-noite

É noite ainda! Brilha na cambraia
- desmanchado o roupão, a espádua nua -
O globo de teu peito entre os arminhos
Como entre as névoas se balouça a lua...

Mulher do meu amor! Quando aos meus beijos
Treme tua alma, como a lira ao vento,
Das teclas de teu seio que harmonias,
Que escalas de suspiros, bebo atento!

Saudação a Palmares

Nos altos cerros erguido
Ninho d'águias atrevido,
Salve! - País do bandido!
Salve! - Pátria do jaguar!
Verde serra onde os palmares
- Como indianos cocares -
No azul dos colúmbios ares
Desfraldam-se em mole arfar!...
Salve! Região dos valentes
Mandam aos plainos trementes
Os gritos do caçador!
E ao longe os latidos soam...
E as trompas da caça atroam...
E os corvos negros revoam
Sobre o campo abrasador!...
Palmares! a ti meu grito!
A ti, barca de granito,
Que no soçobro infinito
Abriste a vela ao trovão.
E provocaste a rajada,
Solta a flâmula agitada
Aos uivos da marujada
Nas ondas da escravidão!

Breve cronologia:

1847 - Nasce Castro Alves.
1848 - Revolução Praieira, em Pernambuco.
1850 - A Lei Eusébio de Queiroz proíbe o tráfico negreiro.
1851 - Guerra do Prata.
1854 - É construída a primeira ferrovia brasileira.
1864 - O Paraguai declara guerra ao Brasil.
1865 - Começa a Guerra do Paraguai.
1870 - Manifesto no jornal A República dá início ao movimento republicano no país. Castro Alves publica, em Salvador, *Espumas flutuantes*.
1871 - É votada a Lei do Ventre Livre. Falece Castro Alves.
Livros póstumos: *Gonzaga ou Revolução de Minas* (1875), *A cachoeira de Paulo Afonso* (1876), *Vozes d'África*, *Navio Negreiro* (1880), *Os escravos* (1883), *Obras completas* (1921), organizada por Afrânio Peixoto.

Limite e conhecimento*

Infinite Potential – The Life and Times of David Bohm, F. David Peat, Addison/Wesley, 1996, 353 p.

O físico David Bohm (1917-1992) influenciou significativamente a cultura do nosso século. Uma carta de condolências do Dalai Lama e uma homenagem da American Physical Society, quando do seu desaparecimento testemunham a diversidade desta influência. David Peat tem credenciais para escrever esta biografia. Dotado de formação em física, foi amigo e colaborador de David Bohm. Esta última qualificação pode sugerir que o autor não tinha a independência necessária a tal empreendimento. O receio não se confirma, pois, apesar da manifesta simpatia face à obra de Bohm, diversos são os temas incômodos tratados. Não se trata de biografia semi-oficial. Outras são, contudo, as suas limitações.

Os 5 primeiros capítulos acompanham Bohm de seu nascimento à sua afirmação como físico, na Universidade de Princeton. Uma infância traumatizada pelos conflitos entre os pais e pela doença mental da mãe. A adolescência despertou vocações que definiriam a sua vida: a física, na qual o encontro com Oppenheimer abriu grandes perspectivas; e a política, expressa no início dos anos 40 por uma adesão ao Partido Comunista. Com pouco mais de 30 anos Bohm era um físico reconhecido, com trabalhos fundamentais em física do plasma e com um livro – “Quantum Theory” – bem recebido nas universidades americanas. Os capítulos 6 e 7 são dedicados aos desdobramentos daquelas vocações. Alvo da “caça às bruxas” desencadeada pela campanha anti-comunista nos EUA, Bohm, mesmo absolvido pela Justiça, perdeu o emprego em Princeton e não conseguiu obter outro posto acadêmico nos EUA. Nesta mesma época ele elaborou uma proposta de reinterpretação da teoria quântica, denominada inicialmente pelo termo técnico de ‘variáveis escondidas’ e em seguida pelo expressão mais epistemológica de ‘interpretação causal’, onde se recupera um tipo de determinismo análogo àquele da física clássica. Os quatro capítulos seguintes são dedicados à peregrinação que levou Bohm ao Brasil, onde trabalhou na USP, a Israel, a Bristol e finalmente a Londres.

Do período brasileiro Peat realça dois aspectos. Bohm decididamente não gostou da estada no Brasil; reclamava do clima, do barulho, da alimentação, de sua saúde e da universidade. Da narrativa de Peat podemos inferir também que dificilmente ele se sentiria bem em qualquer outro lugar, primeiro porque saiu dos EUA forçado pelas circunstâncias políticas (o que leva Peat a denominar o capítulo de ‘Brazil: Into Exile’) e segundo porque ele vivia uma situação desconfortável com a acolhida, em geral desfavorável, que a comunidade dos físicos reservou à sua interpretação causal. A expressão ‘exílio’ não é exagerada. Quando chegou a São Paulo, o consulado norte-americano

no confiscou seu passaporte informando que ele o teria de volta apenas para retornar aos EUA. Temendo mais perseguições e necessitando viajar para intercâmbios referentes ao seu trabalho científico, Bohm optou pela cidadania brasileira. Em seguida, com a cidadania norte-americana casada, lutou durante quase 30 anos para recuperá-la. Peat realçou também as relações entre Bohm e o físico brasileiro Mario Schönberg, e a sua influência na obra de Bohm. Apesar dos laços de proximidade, ambos comunistas e de origem judaica, discordavam profundamente sobre questões científicas, como aquela da interpretação da teoria quântica. Schönberg insistiu na necessidade de se adotar formas mais flexíveis para a causalidade, sugerindo a leitura de Hegel. Ele tinha um bom argumento para convencer Bohm, “dizendo que Lenin havia sugerido que todos os bons comunistas deveriam ler o filósofo alemão”. Como apontado por Peat, esta influência está presente no livro “Causality and Chance in Modern Physics”, que teve “a maior parte do texto escrito no Brasil”. Desde então Bohm, mantendo-se crítico da interpretação da complementaridade, nunca voltou à ênfase inicial na recuperação de um determinismo semelhante ao da mecânica clássica. Outros aspectos da estada de Bohm no Brasil são tratados superficialmente, como a criação do IFT, em São Paulo, e a posição de Bohm, conflitante com esta iniciativa (p.149). Peat não registra que esta instituição se afirmou, ainda nos anos 50, como um centro de excelência em física teórica.

Os cinco últimos capítulos cobrem um período cronológico maior. No final dos anos 50, sob o impacto do relatório Khrushchev sobre o stalinismo e da invasão da Hungria pelas tropas soviéticas, ele afasta-se do marxismo. Ainda nesta época, Bohm deixa uma marca permanente na história da física, com a descoberta do efeito Aharonov-Bohm. Pouco depois ele estabeleceu uma ligação duradoura com o indiano Krishnamurti, tendo sido de tal ordem esta ligação – participou de experiências educacionais, praticou meditação e aderiu à dieta vegetariana – que Bohm cogitou mesmo de abandonar a física. Peat sugere que a relação entre Bohm e Krishnamurti foi tão acrílica, e marcada por uma certa ingenuidade, quanto foi sua relação anterior com o marxismo. No terreno da física Bohm abandonou o programa da interpretação causal, evoluindo para um conjunto de sugestões, menos desenvolvidas nos aspectos físicos e matemáticos que o programa anterior, que ele englobou sob o título do livro “Wholeness and the Implicate Order”. Nesta fase ele buscou estruturas algébricas capazes de reproduzir, em determinadas condições, o contínuo espaço-tempo das atuais teorias físicas. No final dos anos 80 ele voltou a trabalhar no programa original dos anos 50, sem retornar, contudo à ênfase epistemológica no determinismo. O livro “The Undivided Universe”, publicado postumamente, condensa esta fase. Neste período Bohm dedicou também grande atenção a temas como linguagem, criatividade, percepção, educação, consciência e diálogo, atraindo a atenção de um público diversificado.

Aparentemente nada escapou da 'lente de aumento' de Peat, incluídas as paixões, a personalidade complexa e as dificuldades do casamento. O ponto forte da biografia é evidenciar o homem que produziu obra tão significativa. Uma vida marcada por adversidades, entra as quais se incluem rupturas dolorosas, com Oppenheimer, com o marxismo e com Krishnamurti, e sucessivas depressões (a última, em 1991, é descrita em detalhes no livro), foi também de intensa criatividade. Significativamente uma de suas últimas frases foi 'sinto que estou no limite de algo...'. A fraqueza do livro é a forma superficial com que os aspectos científicos, epistemológicos e históricos da obra de Bohm são tratados. Não que existam equívocos na informação apresentada, mas a análise é pobre e muita informação importante é desconsiderada. Exemplifico: Narrando a recepção da interpretação causal entre os físicos dos anos 50, Peat sugere que tenha havido uma "conspiração de silêncio" (p. 133) contra aquela interpretação. Na literatura científica especializada há, entretanto, diversos trabalhos publicados, como os de Einstein, Pauli, Rosenfeld, Heisenberg, Halpern, Takabayasi e Fock, que expressam, de forma diferenciada, críticas àquela interpretação. Do mesmo modo há um leque de publicações de Louis de Broglie e Vigier, por exemplo, que aderiram ao programa proposto por Bohm. Contudo, os argumentos científicos, epistemológicos, filosóficos e mesmo ideológicos presentes nestes debates não são objeto da análise de Peat; aliás, nem mesmo referência é feita a tais artigos. Curiosamente, um dos poucos artigos científicos citados (p. 128, nota 27) tem a referência truncada. Embora Peat use largamente a correspondência com amigos, onde aspectos científicos estão presentes, ele usou escassamente, por exemplo, a correspondência científica com Pauli, Einstein e Rosenfeld. Por outro lado sugestões interessantes, a exemplo da afirmação de que o livro Quantum Theory aproxima-se mais do ponto de vista de Pauli que do de Bohr, são simplesmente enunciadas (p.108), sem argumentações. Outras teses, como a que "o marxismo de Bohm também jogou um papel na sua física" (p.66), e que um trabalho feito por Bohm, no final dos anos 40, e não aceito para publicação em revista especializada, "continha a essência da teoria da renormalização, que mais tarde veio a dominar a física teórica" (p.72), embora acompanhadas de certa argumentação, carecem completamente de referências a quaisquer fontes.

A biografia feita por Peat levanta uma ponta do véu sobre a vida e a obra de Bohm, mas o que ela deixa entrever é tão, ou mais, interessante que o revelado.

Olival Freire Jr.

*Publicado no "Jornal de resenhas", publicação conjunta de "Curso Editorial, USP, Unesp, Folha de S. Paulo, n. 30, p.3, 13 de setembro de 1997.

A televisão, de registro de acontecimentos a criadora da realidade

Sobre a televisão, Pierre Bourdieu, Jorge Zahar Editores, R\$ 16,00

Quando saiu na França, no final do ano passado, o livro *Sobre televisão*, de Pierre Bourdieu, causou várias polêmicas. Quase todas as críticas foram negativas. Agora, lançado no Brasil, o efeito não foi diferente. Pessoas de televisão, ofendidas, saíram em defesa do meio de comunicação, e críticos de televisão não sabiam se aplaudiam ou atacavam o livro. Só por isso vale a pena lê-lo. É um texto pequeno, 143 páginas, na verdade duas aulas dadas em um curso do Collège de France, e transmitidas pela televisão francesa. Uma verdadeira audácia, críticas à televisão dentro da própria televisão!

Pierre Bourdieu, um intelectual de renome, critica os programas jornalísticos, os talk shows, e os programas de debates que acabam pasteurizando todos os assuntos, transformando-os em espetáculos banais. São os programas de variedades, de fofocas, sensacionalistas, que interessam a todo mundo, mas não alteram a vida de ninguém, alienam do ponto de vista emocional, deixando de transmitir os fatos que realmente interessariam a todos. Com seu raciocínio, Bourdieu checa a ideologia e a censura que estão por trás das imagens e das palavras escritas. Em sua tentativa de se diferenciarem, os canais de televisão acabam ficando cada vez mais parecidos, nivelados pela superficialidade. A tão decantada concorrência não produz criatividade. Pelo contrário, gera a banalização:

"para ser o primeiro a ver e a fazer alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, acaba-se por fazerem a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros campos produz a originalidade e a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização".

Em suas divagações, Pierre Bourdieu acaba muitas vezes culpando a falta de cultura dos jornalistas que se espantam com fatos altamente previsíveis. A falta de cultura aliada à necessidade de audiência que atrai os anunciantes, também seriam responsáveis por convidados não muito ilustres e muitas vezes medíocres em suas áreas, mas facilmente manipuláveis pelos jornalistas e que acabam por produzir personagens que, legitimados pela telinha, se tomam autoridade de determinado assunto. Ou seja, a televisão – que deveria ser registro dos acontecimentos – passa a ser criadora de realidade. Mas que realidade é essa? É sobre isso que Pierre Bourdieu discorre em seu texto, desmontando os mecanismos de censura que estão por trás das imagens e das palavras veiculadas pela televisão.

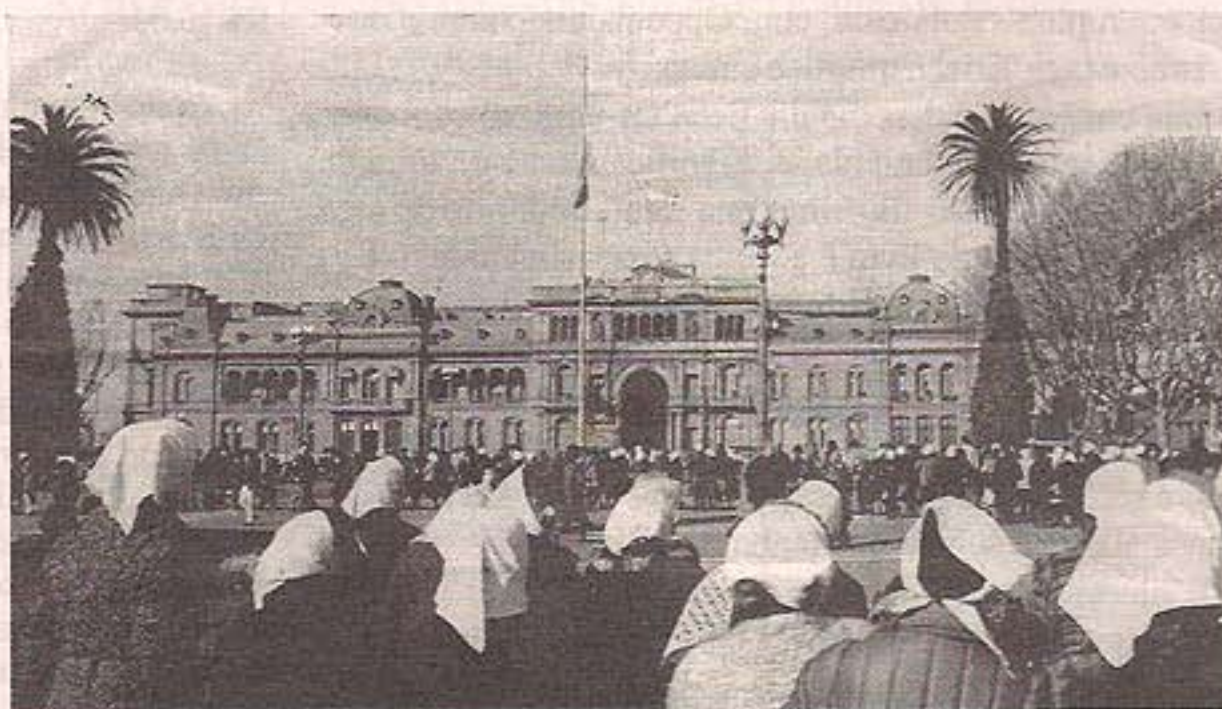
Em suas divagações, Bourdieu acaba por questionar o papel do jornalista como um todo. Sem dúvida, é um texto provocativo, mas que vale a pena ser lido, nem que seja para você se sentir ofendido. Bourdieu terá atingido o seu alvo, que é o de repensar o papel da imprensa que cada vez mais se torna uma imprensa espetáculo.

Simonetta Persichetti

Cartas dos leitores

Leitoras ilustres

“O editorial da *Princípios* número 45 apresenta uma lista de personalidades nacionais e internacionais que lêem nossa revista. Gostaria de somar como assíduas leitoras já há alguns anos a *Associação Mães da Praça de Maio* de Buenos Aires (foto), Argentina, que, pela mediação da Doutora Cesira Luchtti, incansável lutadora junto a essa mulher extraordinária e de expressão internacional Hebe de Bonafini, presidenta desta Associação, tem traduzido várias matérias da *Princípios* para o espanhol e publicado em



seu jornal mensal.

Desde 1977, com a palavra de ordem não esqueceremos, não perdoaremos, julgamento e castigo para os assassinos da ditadura, todas as quintas fei-

ras, às 15:30 horas na Praça de Maio elas reafirmam sua luta.

Maria Teresa Gonzalez
Florianópolis/SC

Linguagem mais acessível

“Estando o departamento de circulação da revista *Princípios* em campanha, pretendendo ampliar o número de leitores em todos os lugares onde haja trabalhadores interessados em discutir a conjuntura nacional e internacional, sob a perspectiva socialista, e, solicitado para enviar opiniões e sugestões sobre os artigos dedicados ao tema trabalho, é que, agradecendo, formulo crítica construtiva, ousando dizer que as matérias do número 43, com exclusão da firmada pelo deputado Aldo Rebelo, que trata, também, da construção do partido

e é de leitura fácil de ser assimilada, as demais têm bastante conteúdo filosófico, seus autores demonstram elevado conhecimento da dialética marxista, contudo, entendo, não estarem ao alcance da compreensão do nosso trabalhador.

Sou de opinião que a linguagem das matérias deverão estar mais ao alcance da compreensão da massa trabalhadora, pois, plagiando o poeta Martins Fontes dela é que há de surgir um mundo novo.”

José Pereira de Carvalho
Atibaia/SP

Pesquisa em história recente

“Sou recém-formado em História e me interesse muito pela nossa história recente, mais precisamente pelos chamados anos de chumbo e a Guerrilha do Araguaia, com planos de desenvolver um trabalho de pesquisa sobre o tema. Por isso escrevo-lhes para saber como posso ter acesso a certas fontes, documentos sobre o período militar, ou melhor dizendo, sobre a luta armada.”

Almir de Paula e Silva
Guará/SP

Por razões técnicas a seção *Olho Vivo* não pode fazer parte desta edição de *Princípios*.

Já nas lojas.

vivanoel

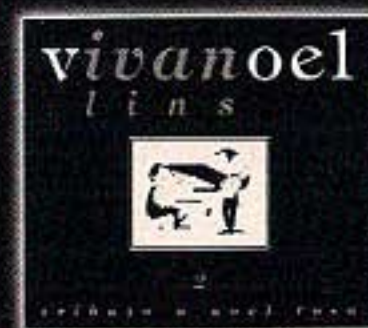
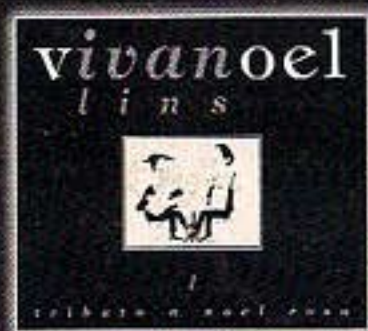
l i n s



1

t r i b u t o a n o e l r o s a

Já na história.



Vivanoel, o mais novo trabalho de Ivan Lins, é mais que uma homenagem a Noel Rosa. É uma homenagem à música. São dois CDs imperdíveis onde Ivan Lins e seus convidados dão novas interpretações à melodia, aos versos e ao espírito de Noel Rosa. Sem dúvida, um dos maiores gênios da música brasileira de todos os tempos. *Vivanoel* é uma viagem inesquecível ao Rio boêmio, a sambas eternos e sucessos de velhos carnavais. É a genialidade do Poeta da Vila recriada por Ivan e um time dos melhores músicos e intérpretes do país: Caetano Veloso, Chico Buarque, Nana Caymmi, Emílio Santiago, Fátima Guedes, MPB 4 e muitos outros. Para quem gosta de boa música, só há uma coisa a dizer: "*Vivanoel*". Mais um lançamento da Gravadora Velas.



<http://www.velas.com>

Herói de todas as américas



CHE